

Relatório da unidade curricular de

Terminologia

Manuel Célio de Jesus da Conceição



2023

Relatório de Unidade curricular para prestação de provas para obtenção do título académico de agregado em Ciências da Linguagem, conforme estipulado na alínea b), do artigo 5º, do Decreto-lei nº 239/2007, de 19 de junho e no ponto ii), da alínea c), do número 3, do artigo 4º, do Regulamento de atribuição do título académico de agregado da Universidade do Algarve, publicado no Despacho 2251/2020, de 17 de agosto.

« la recherche scientifique est reliée à la réalité
du monde qu'elle étudie par la médiation de la
langue de travail et de pensée »

(Guyon, 2019)

Índice

1. Nota introdutória.....	1
2. Enquadramento.....	3
2.1. Epistemológico.....	3
2.2. Institucional e curricular.....	23
3. Programa da unidade curricular.....	30
3.1. Objetivos de aprendizagem.....	31
3.2. Conteúdos programáticos.....	32
3.3. Metodologias de ensino e avaliação.....	33
3.4. Bibliografia.....	38
3.5. Cronograma.....	41
4. Desenvolvimento do programa.....	42
4.1. O conceito de terminologia.....	42
4.1.1. Terminologia, Ciências da Linguagem e interdisciplinaridade.....	42
4.1.2. Abordagens teóricas e metodológicas.....	45
4.1.3. Funções e implicações culturais, sociais, políticas e económicas.....	53
4.2. Terminologia: termos e discursos.....	55
4.2.1. Unidades terminológicas.....	55
4.2.2. Definição terminológica.....	60
4.2.3. Variação e equivalência terminológicas.....	66
4.3. Terminologia, mediação e comunicação.....	78
4.3.1. Terminologia e terminografia.....	81
4.3.2. Terminologia e políticas linguísticas.....	88
4.3.3. Terminologia e comunicação de ciência.....	92
5. Notas finais.....	97
6. Bibliografia.....	99

1. Nota introdutória

O presente relatório pretende refletir a conceção, preparação, lecionação e avaliação da unidade curricular (UC) de Terminologia que se enquadra no Mestrado (2º ciclo) em Ciências da Linguagem da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade do Algarve. O mesmo foi elaborado com vista à prestação de provas de agregação em Ciências da Linguagem, conforme estipulado pela alínea b) do artigo 5º do Decreto-lei n.º 239/2007, de 19 de junho e no ponto ii), da alínea c), do número 3, do artigo 4º, do Regulamento de atribuição do título académico de agregado da Universidade do Algarve, publicado no Despacho 2251/2020, de 17 de agosto.

A UC escolhida constitui-se como síntese de grande parte da minha carreira por sistematizar conteúdos da área da terminologia, em que trabalho desde a minha dissertação de Mestrado, e por dar destaque ao trabalho em contexto de diversidade linguística. Tenho vindo a trabalhar nesta perspetiva e reivindico alguma responsabilidade na configuração epistemológica e teórico-metodológica da área das políticas linguísticas no quadro do espaço de ensino superior e de investigação europeu. A relação inequívoca entre terminologia e políticas linguísticas tem sido por mim estabelecida, por exemplo, pelo uso de métodos e de recursos da terminologia no ensino e aprendizagem de línguas, da tradução e da mediação, e pela atividade que me parece significativa no âmbito da comunicação de ciência.

Considero que esta UC deve assumir-se como estruturante no currículo de segundo ciclo em Ciências da Linguagem, sobretudo no que respeita ao estudo da verbalização dos saberes e da interpretação das respetivas representações linguísticas, discursivas e comunicativas, por vezes multilingues e multimodais. Deve também ser estruturante (ou fundacional) na delimitação e/ou avaliação dos usos e da gestão das línguas que fundamentem as opções tomadas por todos os intervenientes nas diferentes interações comunicativas.

O primeiro capítulo do relatório apresenta o enquadramento epistemológico, institucional e curricular da UC, explicitando a sua delimitação concetual, a relação

com ciclos de formação anteriores na mesma área e o seu enquadramento no respetivo plano de curso.

O capítulo dois explicita o programa da unidade curricular, incluindo objetivos, conteúdos, metodologia de ensino e de aprendizagem e avaliação e bibliografia.

No terceiro capítulo é relatada a lecionação das sessões de seminário em função das horas de contacto e do trabalho autónomo pedido aos alunos.

Por fim, o último capítulo contém a bibliografia do relatório.

O trabalho que desenvolvo nas diferentes dimensões da minha atividade (investigação, serviço docente, extensão e divulgação científica e gestão) pauta-se, explicitamente, pela eulogia do multilinguismo, reivindicando o respeito equitativo por todas as línguas, variedades e falares, reforçando a dimensão cultural e o respetivo impacto no ato e no processo de comunicação. Este posicionamento insere-se no que recentemente se tem designado por justiça epistémica.

Esta nota prévia expôs sumariamente motivações, contextos e desafios do estudo e do ensino da terminologia, essencialmente sob a ótica das políticas linguísticas, no seio da formação em Ciências da Linguagem. As páginas seguintes desenvolvem detalhadamente estes aspetos.

2. Enquadramento

O pensamento fundacional acerca desta unidade curricular assenta numa perspetiva epistemológica em que a reflexão sobre o processo de conhecimento emerge da própria atividade, assumindo assim o enquadramento teórico-metodológico desta visão de construção de conhecimento em consolidação permanente. Levar os alunos a perceberem a concetualização e racionalização dos fenómenos do conhecimento e dos saberes concebe-os como atividade dinâmica, recuperando a visão aristotélica do dinamismo das estruturas e refutando o seu estaticismo kantiano.

Trata-se de salientar o dinamismo do processo de transformação da informação em conhecimento, e, mais especificamente, em conhecimento académico potencialmente adaptável a outros contextos e a variáveis desconhecidas. Usando recursos eventualmente enquadráveis nas autoestradas da informação¹ (já uma metáfora algo gasta) e potenciadores da tão propalada sociedade do conhecimento² (designação algo vaga), esta abordagem pretende, sobretudo, no sentido de Citton (2010), reabilitar (verbo usado pelo autor) as virtudes da interpretação e da intuição face aos dados linguísticos, terminológicos e comunicativos.

2.1. Epistemológico

A unidade curricular de Terminologia, integrante do plano curricular do 2º ciclo em Ciências da Linguagem, insere-se no quadro de uma abordagem multilingue e interdisciplinar que enfatiza o estudo de interface com todos os aspetos que envolvem a comunicação do conhecimento e dos saberes. A problematização

¹ Esta metáfora terá sido proposta por Al Gore, no início da década de 90 do século passado para se referir à internet, e aos recursos digitais que permitem escoar grandes quantidades de informação a grande velocidade.

² O termo terá surgido no âmbito da Estratégia de Lisboa da União Europeia que afirmava pretender que fosse, a breve trecho, a sociedade do conhecimento mais competitiva e mais dinâmica do mundo.

epistemológica da relação entre línguas e diversidade linguística e cultural, entre conhecimentos e comunicação e das diferentes interfaces com outras áreas do saber, e as conseqüentes abordagens teórico-metodológicas, tal como as permanentes mudanças sociais e políticas em que vivemos, levam-nos a uma imperiosa reflexão sobre estes conceitos e sobre a respetiva conexão com aspetos sociais de que são exemplos a identidade, a inclusão, a diversidade e a equidade.

Em 2018, a consultora McKinsey³ identificava megatendências que provocam mudanças globais e que estão a reformatar o nosso mundo:

- mercados emergentes e urbanização;
- conexões globais de pessoas, bens, dados;
- aceleração tecnológica e digitalização;
- envelhecimento, sobretudo no mundo ocidental.

Estas megatendências são enquadradoras da nossa reflexão e justificam a abordagem contextualmente ancorada em que se têm em conta os requisitos sociais emergentes para a formação académica e científica, por um lado, e, por outro lado, visam que essa mesma formação possa ter impacto. Todas elas exigem uma abordagem diferente aos fenómenos locais por via da uma consciencialização do global.

A vida em comunidade sustenta-se no fenómeno comunicativo de que o código verbal é elemento essencial e estruturante. Chamemos-lhe língua, no sentido saussureano em que designa código próprio a uma comunidade, ainda que sem discutir, por ora, a aparente tautologia: a língua é própria a uma comunidade; uma comunidade pode definir-se pela(s) língua(s) que usa. Este código verbal, duplamente articulado, como nos ensinou André Martinet, vincula-se a condicionantes sociais e pragmáticas e a fenómenos cognitivos próprios à capacidade humana que é a linguagem. Tem sido ao longo da história motivo de conflitos incessantes, objeto de mudanças e de variações, alvo de medidas de política explícita, ou não, e ainda instrumento de controle e veículo de imposição

³ <https://www.mckinsey.com/> (acedido a 21 de maio de 2023).

ideológica, mais ou menos potenciador da liberdade que deveria ser inerente à condição humana. A definição política de fronteiras administrativas raramente respeitou as fronteiras linguísticas (talvez nem fosse possível) pelo que a definição de comunidades político-administrativas (os estados/nação) raramente coincide com a definição de comunidades linguísticas.

“E o que é uma fronteira, se não uma história? Nunca simplesmente uma linha, um marcador, uma parede, um limite. Primeiro, é uma ideia. Uma ideia que é então apresentada como uma realidade. Não existe apenas no mundo. Tem de ser concebida, só pode ser contada.” (Crawford, 2023: 31).

O conceito de língua, na sua relação com o espaço, com o contexto e com a comunidade tem, pois, que ter em conta fenómenos de territorialização e de desterritorialização, concebidos, contados e/ou vividos. Na relação com o tempo, este conceito assume valor memorialístico e patrimonial inquestionável. Numa perspetiva do indivíduo, do falante, a língua é vista como expressão da essência, da identidade individual e social.

O que se entende, hoje, por língua (e/ou variedade) relaciona-se com o indivíduo e com a comunidade, salientando a sua relevância para a afirmação da identidade (cada vez mais multilingue e multicultural), para a manutenção e a promoção do património cultural e para a disseminação dos saberes e dos conhecimentos. As questões linguísticas relacionam-se também com os direitos linguísticos e com a justiça, com a qualidade de vida, com a educação e com a ciência.

As línguas são expressões de essências culturais. É por elas, com elas e nelas que construímos a nossa existência cognitiva, social, memorialística e patrimonial que nos situa no tempo e no espaço. São também expressões de saberes, como afirma Gutiérrez (1998), *“la ciencia empieza en la palabra”*, uma vez que o conhecimento só se consubstancia no ato da construção linguística e comunicativa. As línguas não são meros códigos neutros de estruturação de mensagens e de informação. Aprender línguas permite observar o mundo de outros pontos de vista, permite descentrarmo-nos, o que transcende o valor instrumental e simplista que se atribui às línguas como fatores de competitividade ou de empregabilidade.

Uma língua é um código próprio a uma comunidade, um dos seus elementos definitórios, caracterizador e limitador, ainda que o conceito de comunidade também possa ser de delimitação discutível. Tudo seria aparentemente fácil quando, numa visão romântica, se faziam associações biunívocas entre língua e estado, língua e nacionalidade. O código usado é também ele de delimitação complexa por permitir o desaparecimento de formas e o surgimento de outras. Os arcaísmos, os neologismos e outros fenómenos de criatividade linguística e discursiva são a prova dessa complexidade. Ainda assim, a língua é o que permite a expressão da comunidade, que define, em grande medida, as suas identidade e cultura, que permite a construção de um sentimento de pertença e que serve de base para a indexicalidade, para a reflexividade da relação com o aqui e o agora, na relação com o passado e com o devir. Por outras palavras, fixa a existência da comunidade no espaço e no tempo. Num dado território, num dado momento, em função de determinadas vivências cronológicas e sociais, fala-se uma ou mais línguas. Na referida comunidade, a(s) língua(s), ou melhor, os usos da(s) língua(s), encerra(m), limita(m) e ostenta(m) o respetivo património, o respetivo conhecimento, o respetivo saber, tudo o que define essa comunidade em relação às outras. A relação entre língua e território sustenta a noção de património e até de nacionalidade, em alguns casos, de nacionalismos, levando à exclusão ou expulsão de minorias que possam não se deixar assimilar. Tal como definido no artigo 1º da *Declaração Universal dos Direitos Linguísticos*⁴, podemos chamar comunidade linguística a toda a sociedade humana que, radicada historicamente num determinado espaço territorial, reconhecido ou não, se identifica como povo e desenvolveu uma língua comum como meio de comunicação natural e de coesão cultural entre os seus membros. A denominação língua própria de um território refere-se ao idioma da comunidade historicamente estabelecida neste espaço.

Devemos ainda assim refutar a singularidade linguística das comunidades, porquanto cada vez mais em todas elas se verificam situações de multilinguismo. Ainda que frequentemente a língua própria, termo usado na Declaração, seja a

⁴ Disponível em <http://www.penclubportugues.org/comites/declaracao-universal-dos-direitos-linguisticos/> (acedido a 22 de julho de 2023)

língua do exercício político, da organização social e a da escolarização, a coesão entre os membros da comunidade já não se estabelece apenas na dita língua ou na variedade dominante, e carecem de atenção todas as outras aí presentes. Refira-se ainda que também a ligação territorial pode ser questionada, dado que os meios de comunicação digitais, por exemplo, virtualizam, de alguma forma, a comunidade e desterritorializam os falantes das línguas. Deve sublinhar-se ainda que nem todas as línguas (e comunidades) são passíveis de caracterização territorial dada a dispersão histórica dos seus falantes. É comum citarem-se os casos das línguas romani ou íidiche, mas esta particularidade aplica-se, hoje, a um número muito significativo de línguas de que as línguas pluricontinentais, as línguas de herança e de diáspora, como o português, são exemplo.

A conceção monolíngue das comunidades é, então, cada vez mais, caso raro e a complexificação dos tecidos sociais por via de mobilidades, migrações, miscigenações e outros processos de troca justificam multilinguismos sociais passíveis, também eles, de necessidades de alguma regulação para garantir a equidade comunicativa e alguma coesão social nessas mesmas comunidades. Por regulação não se entende normalização, mas apenas a existência de princípios (ou mesmo, por vezes, regras) que salvaguardem os direitos de expressão, individuais e coletivos, tal como preconiza a Declaração acima citada.

O uso das línguas e as representações que os falantes fazem desses usos e das próprias línguas, contextualmente ancorados, enformam dimensões culturais, etnológicas e artísticas das línguas e dos que as usam e nelas/com elas/através delas se exprimem e existem. Destas representações e do peso social que podem alcançar emergem juízos de poder, de necessidade e de utilidade em relação às línguas e aos que as usam. Decorrem ainda posturas ideológicas geradoras de hierarquias precisamente entre línguas e entre os seus falantes. Ainda que se enfatize a questão da representação, sabemos, desde a reflexão de Austin (1962), que não se pode a tal reduzir a função da língua, sob pena de se cair naquilo a que este autor chamou a ilusão descritiva, como se a língua se limitasse a descrever a realidade e não se lhe reconhecesse, entre outras, a função performativa.

Uma língua é, então, um sistema de signos com que um conjunto de seres humanos, voluntariamente e de modo consciente, concebe, estrutura e troca informação a que atribui significados, denotativos ou conotativos, por forma a estabelecer comunicação. O significado que se atribui à informação é a base do conhecimento, do saber. Consideramos aqui informação como conjunto de dados consolidados que é fundamental para o conhecimento, sendo que os dados são a parte atômica da informação e só têm significado em função de um contexto e uma intenção. A abstração que se cria relativamente à informação constitui o conhecimento, sendo que o saber é o uso consciente do conhecimento que permite, por exemplo, ajuizar e tomar decisões. Qualquer um destes conceitos carece de verbalização e de estruturação discursiva com intenção comunicativa e, por isso, se enfatiza a necessidade de uma conceção de língua que ultrapasse a dimensão meramente formal das disciplinas da linguística e se inscreva numa visão mais ampla das Ciências da Linguagem.

Há, em cada língua, uma ilusória unidade e, sobretudo, possibilidades de variação em quase todas as suas unidades mínimas superiores aos fonemas, potencialmente ilimitada no caso dos lexemas. É essa variação que permite a inovação e a capacidade de verbalizar a evolução em todas as áreas da atividade humana, sempre mantendo a aparente unidade, por via do respeito de regras, sobretudo gramaticais, mas, também, lexicais e pragmáticas. A dicotomia entre unidade e variação sustenta abordagens puristas e normalizadoras, que garantem a unidade, por um lado, e, por outro, abordagens descritivas de usos que revelam as mudanças e as variedades e que permitem que se fale de diversidade no seio de uma mesma língua, de que os falares e os dialetos são exemplos. É sempre necessário encontrar um equilíbrio entre ambas por forma a evitar a fragmentação desregulada. Afirmou Zabaltza (2006: 50) que

“las lenguas dejan de ser una emancipación del “espíritu del pueblo” para ser meras elaboraciones de las administraciones estatales, que son las que elevan una variedad dialectal a la categoría de lengua nacional”.

No entanto, sem a citada emancipação fossilizariam e, não existindo variedades, as línguas não poderiam expressar as atividades das respetivas comunidades, pois

“les savoirs et savoir-faire émergent de communautés de pratiques (cultures académiques, traditions disciplinaires, guildes d’artisans, écoles professionnelles, etc.), qui ont leur propre langage, aussi bien en termes de réseaux conceptuels, de schémas discursifs que de modes d’interaction” (Benaroyo, 2019 : 119).

Existem, pois, falares próprios a comunidades, a regiões, a contextos a profissões, a práticas religiosas, entre outros. Tradicionalmente considera-se que os falares, os dialetos se identificam em relação a uma dada língua se forem mutuamente compreensíveis, se partilharem uma tradição literária ou se coexistirem num território politicamente delimitado. Critérios discutíveis em perspetivas menos estruturais da língua. Diz Moure (2019: 120) que

“em Ocidente os dialetos tornam-se em línguas quando os seus falantes tiverem poder suficiente como para garantirem uma série de instituições que assegurem a sua unidade e cantem também as suas particularidades e excelências.”

Não sendo as comunidades estanques, também as línguas têm contacto entre si e é possível encontrar continuidades, particularmente nas zonas fronteiriças entre comunidades política e administrativamente delimitadas e entre línguas da mesma família. Esta continuidade não é concebível numa perspetiva prescritivista que uniformiza os usos à luz do que se convencionou chamar uma norma (preferivelmente culta, cidadina, académica). É, ainda assim, facilmente atestável em qualquer abordagem descritivista dos usos reais, nem sempre respeitadores nem seguidores de regras que podem usar num mesmo discurso elementos de duas ou mais línguas, criando um falar específico, raramente identificável como dialeto de uma ou de outra língua, mas assumindo-se como um falar próprio que pode vir a reivindicar um estatuto semelhante ao de língua.

Da relação entre variedades, falares e línguas numa comunidade, e das representações dos respetivos estatutos, todas elas constitutivas da identidade, emergem conflitos linguísticos, e, conseqüentemente, conflitos sociais, que medidas

de política linguística apropriadas ajudarão a debelar e, preferencialmente, sanar. Estas medidas decorrem da necessidade de regulação e apaziguamento das relações sociais e, em tese, devem ser desprovidas de componentes ideológicas que se fundamentam em relações de poder, criadoras de hierarquias entre línguas e, por arrasto, entre os que as usam. Não devem, no entanto, cair em extremismos exacerbadores de militâncias linguísticas que se baseiam no dilema moral das línguas minorizadas, que muitos resolvem com radicalizações.

Além da expressão do eu e da construção do outro no discurso e na interação, é pelo uso das línguas que se estruturam e veiculam informação, emoções, valores e saberes, ou seja, língua e conhecimento (no seu sentido mais lato) são faces da mesma moeda. Através destes usos, os indivíduos mostram a consciência que têm de si e dos outros, a consciência das estruturas sociais e culturais em que se inserem; afirmam assim a sua dimensão de coletivo e a consciência do supraindividual da sociedade em rede.

A inclusão de todas as variedades e falares feita, por exemplo, pela dialetologia e a sociolinguística, como objeto de estudo da linguística e das Ciências da Linguagem, é, agora também, reivindicada pela terminologia. Tal posicionamento justifica-se pela necessidade de não descuidar formas de conhecimento (profissional, artesanal, etnológico, etc) que apenas existem na e pela verbalização em determinadas variedades, em falares específicos ou em línguas menos estudadas. Esta abordagem é central nos estudos que podemos agrupar sob a designação de linguística para o desenvolvimento, proposta por Zouogbo (2022). Realça-se, assim, a relevância do conhecimento local, enfatiza-se o potencial das nossas sociedades multilingues, multiculturais, multissemióticas e superdiversas e consubstancia-se uma mudança epistemológica cujas consequências são sintetizadas na seguinte frase de Noguchi (2022: xiv):

“I gained valuable insight into how the power difference between modern knowledge and “embodied local/indigenous knowledge” can significantly influence outcomes even within inclusive and participatory processes.”

Em suma, as línguas são elementos constitutivos das comunidades e a sua gestão é um dos aspetos primordiais da respetiva identidade, da forma de ser e estar dos falantes que as constituem e das relações entre eles. Como afirmou Beyssade (1998: 237) « *la réflexion sur la langue est d'autant plus difficile que cette réflexion s'élabore dans la langue elle-même* ». Se a perspetiva do designado relativismo linguístico vem enfatizando que as línguas determinam a forma como os seus falantes veem o mundo, as diferentes visões podem gerar belicimos sob a forma de indiferença, discriminação ou até incriminação, como acima referido. As medidas que visem criar tolerância, equidade e respeito mútuo revelam a necessidade de consciencialização da diversidade. O espaço educativo é, indubitavelmente, o mais privilegiado para a afirmação sustentável dessas medidas, fortalecendo o caráter plural e potenciador do desenvolvimento das dimensões políticas, culturais e epistemológicas da vida em comum. Devem estas medidas incluir políticas linguísticas promotoras da dita diversidade e, no âmbito de uma ética para o multilinguismo, considerar a relação essencial do indivíduo com a(s) língua(s).

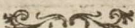
Os repertórios linguísticos dos falantes (cada vez mais vastos) permitem mobilidades e facilitam a inclusão, não sem, no entanto, serem também fontes de hierarquias e de exercícios de poderes causadores de exclusão e geradores de iniquidades sociais. Há línguas que abrem portas e há línguas (às vezes apenas sotaques) que as podem fechar. A gestão da competência linguística, assim como o seu incremento, são, também, estratégias de vida em sociedade, que mostram a inseparabilidade entre línguas e conhecimentos. Esta inseparabilidade não é nova e aparece claramente expressa, por exemplo, no *Tratado elementar de química*⁵ que Lavoisier publicou em 1789, folios VI e VII.

⁵ Os excertos reproduzidos foram retirados da obra disponível na biblioteca digital Gallica, da Biblioteca Nacional de França, acedido a 14 de maio de 2023 em: <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/btv1b8615746s/f15.image.r=.langEN> .

L'impossibilité d'isoler la Nomenclature de la science & la science de la Nomenclature, tient à ce que toute science physique est nécessairement formée de trois choses : la série des faits qui constituent la science ; les idées qui les rappellent ; les mots qui les expriment. Le mot doit faire naître l'idée ; l'idée doit peindre le fait : ce sont trois empreintes d'un même cachet ; & comme ce sont les mots qui conservent les idées & qui les transmettent, il en résulte qu'on ne peut perfectionner le langage sans perfectionner la science, ni la science sans le langage, & que quelque certains que fussent les faits, quelque justes que fussent les idées qu'ils auroient fait naître, ils ne transmettroient encore que des impressions fausses, si nous n'avions pas des expressions exactes pour les rendre.

No folio XXXII, termina o discurso preliminar do Tratado com a afirmação de que o progresso científico decorre de questões de precisão linguística.

M. l'Abbé de Condillac ajoute à la fin du chapitre V : « Mais enfin les sciences » ont fait des progrès, parce que les » Philosophes ont mieux observé, & qu'ils » ont mis dans leur langage la précision » & l'exacritude qu'ils avoient mises dans » leurs observations ; ils ont corrigé la » langue, & l'on a mieux raisonné ».



Trata-se de questões de filosofia da linguagem e de filosofia das ciências que não pretendemos aqui tratar. Lembremos, no entanto, a distinção tripartida que Russell (1940: 341) estabelece entre as abordagens filosóficas deste aspeto:

“A. Those who infer properties of the world from properties of language. These are a very distinguished party; they include Parmenides, Plato, Spinoza, Leibniz, Hegel, and Bradley.

B. Those who maintain that knowledge is only of words. Among these are the Nominalists and some of the Logical Positivists.

C. Those who maintain that there is knowledge not expressible in words, and use words to tell us what this knowledge is. These include the mystics, Bergson and Wittgenstein; also certain aspects of Hegel and Bradley.”

Qualquer que seja a abordagem, a relevância da relação entre língua e conhecimento é o aspeto central. Como adiante se verá, por nos situarmos no âmbito da terminologia textual e multilingue e por considerarmos que o termo tem necessariamente uma dimensão cognitiva, as nossas abordagens aos dados linguísticos e terminológicos privilegiarão o ecletismo que representa o uso simultâneo do que consta das três alíneas supracitadas. Ainda que (numa inspiração kantiana⁶) se possa eventualmente condicionar o conhecimento à experiência não se pode cingir esse mesmo conhecimento às questões linguísticas e discursivas que aparentam mais obviamente testemunhar a dita experiência. A experiência aqui referida decorre da ligação entre a razão pura, a razão prática e o juízo e permite que além de perceber o mundo se ordenem conscientemente, por via da compreensão, as sensações. Pelo facto de a compreensão ser consequência de interpretação e por, para tal, ser necessária a verbalização, consideramos, pois, as línguas como verbalizações de conhecimentos e afirmamos, assim, também a relevância da terminologia para a estruturação da ciência, para o respetivo progresso e para as decisões relativas a políticas linguísticas.

⁶ Muito sinteticamente, poderemos afirmar que o legado da obra de Kant relaciona o conhecimento (razão pura) com a moral (razão prática) e a capacidade de tomar decisões (juízo).

Os usos terminológicos revelam a relação da comunidade organizada (sob formas como nação, estado, região, grupo, empresa, instituição, família, ...) com a(s) língua(s). O seu estudo evidencia as necessidades de intervir nos assuntos relativos às línguas, às formas de corrigir potenciais injustiças (que podem chegar a perseguições) eventualmente cometidas contra os falantes que não usam determinados termos, uma determinada variedade ou uma determinada língua. Este estudo visa essencialmente enfatizar, não só de um ponto de vista epistemológico, mas também do ponto de vista teórico-metodológico, processos de construção e de partilha do conhecimento (linguístico, cultural, social).

Os resultados da investigação em terminologia não se referem, pois, apenas à forma correta, ao respeito por uma suposta norma, variedade ou variante privilegiada⁷. Carecem de fundamentos provenientes de abordagens no quadro da ecologia das línguas e da ecolinguística. Não podem descurar os aspetos epilinguísticos que, com alguma serendipidade⁸, as investigações recentes em Ciências da Linguagem, e não só, têm mostrado, pois a respetiva relevância é cada vez mais enfatizada por revelarem as diversidades expressivas, ontológicas, etnológicas e culturais. Estas abordagens encontram fundamentação no pensamento pós-fenomenológico de Ihde (1990), por exemplo, em que se enfatizam a mais valia dos aspetos sensoriais e dos suportes multimodais em ciência e se propõe uma análise multicultural da relevância da ciência e da técnica no nosso dia-a-dia.

A convivência de línguas e/ou variedades linguísticas numa comunidade, tal como a riqueza dos repertórios multilingues dos falantes, complexificam essas identidades, ricas e múltiplas por essência. Relembre-se que o conceito de identidade tem uma natureza dupla, salienta o que é idêntico e sublinha o que é distintivo, marcando algum grau de diferença entre indivíduos e entre comunidades. A identidade linguística é individual, no seio do coletivo, e coletiva, agregando individualidades, e assume diferentes formas em função das línguas/variedades do contexto social e do repertório individual.

⁷ Testemunho da abrangência do conceito pode ser encontrada em Rajagopalan (2013a). Em Conceição (2018) apresentamos uma abordagem relativamente à língua portuguesa.

⁸ Magalhães (2022) explica a origem do conceito de serendipidade e a relação com a investigação científica.

O estatuto fundacional da identidade que tem a língua decorre do seu poder de mediação, por um lado, simbólica, estruturando grelhas conceituais que filtram a forma de ver o mundo e, por outro lado, potenciadora de ação, por via de estratégias de negociação e pelo discurso. Decorre ainda de fatores epilinguísticos (transcendendo a mera estrutura) e da forma como os falantes se constroem no próprio discurso, ocultando ou ostentando a sua essência, e além da razão, do conhecimento, desenvolvendo a sua personalidade e as suas emoções. Entendemos aqui as emoções numa ótica de processo e produto cultural e estético, no âmbito de uma perspectiva de desenvolvimento inspirada na teoria ecológica do desenvolvimento humano de Bronfenbrenner, publicada inicialmente nos anos 70 do século passado, que o autor mais tarde renomeou como modelo bioecológico (meados dos anos 90) e reformulada em Bronfenbrenner e Evans (2000). Neste modelo salienta-se a relevância dos sistemas e dos processos de proximidade e os sucessivos alargamentos contextuais da relação do indivíduo com o mundo, de microsistemas a sistemas globais que consideram, por exemplo, o impacto dos fenómenos naturais.

Nesta dicotomia entre proximidade e alargamento constroem-se os inequívocos espaços multiculturais e multilingues em que vivemos e constroem-se os processos de aquisição de conhecimentos. Torna-se impreterível a reflexão sobre as línguas e têm que se delinear políticas linguísticas consentâneas com as necessidades emergentes dos falantes e das comunidades em que interagem. A emergência e a aceitação da sensibilidade linguística (começando pelas salas de aula) parece ser uma hipótese de gestão pacífica das diversidades e de promoção da respetiva sustentabilidade.

As trocas emocionais dos indivíduos, a afirmação de identidades e a consistência de valores das comunidades têm existência na língua e pela língua. São sobretudo endolingues, embora também possam ter alguma natureza exolingue, e acentuam o poder simbólico da língua que lhe atribuiu Bourdieu (1977). Estas trocas revelam ainda a possibilidade de existência de crenças sobre a própria língua, crenças que em contextos multilingues servirão de suporte, mais ou menos justo,

para juízos de valor sobre as línguas e sobre os que as falam, legitimando hierarquias e relações e poder entre os que as usam.

O aspeto comunicativo (na sua aceção constitutiva da comunidade) em que se desenrolam narrativas que decorrem das dinâmicas sociais sedimenta o estatuto identitário da língua. Realce-se que vimos usando o termo língua numa aceção categorial, genérica, hiperonímica de todas as línguas e variedades. Realce-se, também, que a abordagem que vimos expondo reivindica uma certa humanização (socializada, claro) das Ciências da Linguagem, da terminologia e da reflexão sobre as línguas e os seus usos, não nos limitando a posicionamentos que apenas reconhecem o estatuto de ciência a uma linguística, por vezes, excessivamente formal, desumanizada, desprovida de elementos de natureza ecolinguística e epilinguística.

Raras são as comunidades, os grupos, os territórios, as regiões ou os países que se encontram em situação de monolinguismo e, da mesma forma, são, cada vez menos, os indivíduos monolíngues. O multilinguismo é, pois, regra e não exceção. A diversidade linguística não se verifica apenas num espaço, atesta-se, com muita frequência, numa mesma situação de interação. Perguntar numa língua e receber resposta numa outra, ler numa língua, comentar a leitura numa outra são práticas do dia-a-dia de muitos falantes a quem é exigida uma competência multilíngue que é posta em prática, não de forma adicional ou sucessiva, mas praticamente em simultâneo. O estudo das línguas em contacto vai agora além da constatação das interferências, da contaminação com estrangeirismos e, nestas situações, os eventuais posicionamentos normalizadores e/ou puristas encontrarão cada vez mais resistências.

O conceito de multilinguismo tem sofrido inúmeras mudanças nos anos mais recentes por via do incremento exponencial das mobilidades, da digitalização e da virtualização das comunicações que têm promovido o conseqüente aumento de coocorrências incessantes de línguas e de variedades. Genericamente, podemos considerar multilinguismo a existência num mesmo contexto de várias línguas e/ou variedades e o facto de um falante ser capaz de atuar em sociedade com recurso a várias línguas e/ou variedades. Multilinguismo não significa, em caso algum,

múltiplos monolinguismos. A competência multilingue (ou plurilingue) não é a soma ou a junção das diferentes competências monolíngues.

O contacto das línguas nos contextos multilingues pode obrigar à conceção e aceitação de gramáticas comunicativas algo desrespeitadoras das gramáticas de cada uma das línguas e à procura de um equilíbrio entre normas monolíngues. Fala-se então em normas multilingues, na aceção explicitada em Cruz-Ferreira (2010), ou seja, nas normas dos usos das línguas em populações multilingues que decorrem das diferentes dinâmicas desses usos ou ainda no comportamento linguístico partilhado por populações multilingues. Significa isto que se perspetiva uma nova aceção de língua como ato de usar a língua ou *languaging*, que Swain, (2006;2) define como “*a dynamic using of language to make meaning*”. Surge, assim, a necessidade de observar o ato de usar mais do que uma língua numa mesma interação, sejam os já conhecidos fenómenos de mistura de línguas (*code-mixing*), de alternância de línguas (*code-switching*) ou os mais recentes designados por translinguismo e *re-languaging*. Translinguismo é um termo criado nos anos 80 do século passado, cujo conceito tem vindo a evoluir e hoje se usa para designar o uso simultâneo de duas ou mais línguas. A discussão deste conceito e as suas implicações teóricas estão descritas em Vogel e Garcia (2017). *Re-languaging* remete, numa dada interação, para a capacidade de reformulação discursiva numa outra língua ou outra variedade, visando a compreensão.

A diversidade linguística presente nas referidas interações revela categorias diferentes que incluem multiplicidades elaboradas no seio de diferentes áreas das Ciências da Linguagem, tais como a neurolinguística e a psicolinguística (léxico mental e empréstimos), a linguística e a sociolinguística (dimensão pragmática ou a alternância de línguas - *code-switching, translanguaging, re-languaging*), a sociologia ou a antropologia, que assumem o uso da língua como ato social e espelho da organização social. No quadro da comunicação multilingue são também atestáveis ocorrências de hibridismos e de diglossias sociais e todas as diversidades mostram a existência de minorias linguísticas e são potenciadoras de conflitos. As minorias podem ser autóctones (mais ou menos politicamente protegidas) ou alóctones (mais ou menos aceites e integradas). Os estatutos das diferentes línguas definem-se por

oposição ao estatuto de oficial, ou de nacional, da língua com mais poder. Repare-se que também o conceito de dialeto ou o de falar se definem por oposição ou desrespeito em relação a uma norma. Isto ainda que, como defende Moreno Cabrera, “*las lenguas las hace el pueblo*” (2002: 151).

As línguas têm sido vistas como instrumento económico e transformadas em mercadoria, são Commodificadas. São estas razões para a urgência do estudo terminológico e da consequente definição de políticas linguísticas a todos os níveis (micro, meso e macro) como garante, não da defesa de línguas (o que talvez seja uma expressão metafórica demasiado bélica), mas do impedimento do desaparecimento de algumas línguas, de dialetos e de falares e de regulação tão equitativa, quanto possível, dos diferentes usos. A promoção da competência multilingue, por via da terminologia e da definição das referidas políticas, é, simultaneamente, a prova do respeito pelos indivíduos, pelo seu repertório linguístico e pelos usos que fazem das línguas e é também garante da promoção de multiliteracias e da inclusão que são pilares de qualquer comunidade. O lugar institucional mais óbvio para esta prática é a escola, enquanto estruturação social e promotora de igualdades de caminhos. A era pós-COVID-19 levará, provavelmente, a uma nova forma de ver a globalização. A glocalização talvez ganhe relevância e movimentos nacionalistas já estão a tentar reverter de alguma forma (mais ou menos fundamentalista) essa globalização, insistindo sobre o aqui e o agora, reforçando o apego ao local e, o que pode parecer uma contradição em si, afastando outras minorias.

No âmbito meramente comunicacional (eventualmente inspirado na ação comunicativa de Habermas⁹), atestam-se, assim, os valores transformacionais, não só instrumentais, mas sobretudo racionais, do uso das línguas e os respetivos alcances estratégicos. Permite-se também nesta perspetiva a possibilidade de existência de incomunicação, no sentido que lhe dá Wolton (2020), isto é, a inexistência de comunicação em sentido pleno que obriga à procura de uma zona de

⁹ Uma síntese desta teoria pode ser consultada em <https://plato.stanford.edu/entries/habermas/#TheComAct> (acedido em 19 de maio de 2023).

mínimo entendimento comum, de compromisso. A análise de Wolton enfatiza a comunicação política no contexto da constituição do modelo europeu, mas, *mutatis mutandis*, podemos reter

“l’incommunication non comme échec de la politique, mais comme condition de l’intercompréhension et de l’action. L’incommunication est un nouveau modèle de Communication” (p.14).

À gradação escalar entre não comunicação ou comunicação (termo de Wolton), a incomunicação é a comunicação visível nos contextos multilingues. Deve-se à coexistência (mais ou menos pacífica) de falantes de diferentes línguas e/ou variedades e corresponde a mecanismos de resposta, que, de um ponto de vista linguístico, se evidenciam pela presença de recursos e estratégias que tentam solucionar as eventuais falhas no processo comunicativo. Exemplos de recursos e estratégias são a procura de outras formas de estruturar o discurso e de encenar, no seu seio, a informação e o conhecimento que se quer transmitir (uso de sinónimos, reformulação, simplificação, repetição, exemplificação, translinguismo, etc.). Estes mecanismos (fundacionais da variação terminológica, que adiante trataremos) são de mobilização imprescindível sempre que ocorre comunicação e se quer reverter a situação, evitando os seus impactos mais nefastos, tais como a intolerância, a exclusão e o antagonismo extremo.

Em todos os casos, por a comunicação ser o estabelecimento de uma relação, ou seja, englobar em si a noção de alteridade, deve reiterar-se a relevância da negociação como fator de afirmação mútua dos parceiros da interação. É também garante do respeito pelo outro e pela sua liberdade, como aceitação de contradição, em suma, como elemento criador de confiança, que Wolton (2020: 127) considera ser *“le retour de l’anthropologie et de l’humanisme contre la technique et les réseaux”*. Consideramos confiança, numa dimensão ética e epistemológica, como relação interpessoal que envolve disponibilidade e boa vontade, expressas pelo envolvimento moral, e até afetivo, dos sujeitos na interação comunicativa em que verbalizam/testemunham conhecimentos, exigindo fiabilidade e criando segurança.

Recentrando o propósito na função identitária das línguas, ou melhor, dos usos das línguas, ainda que o excuro pelas questões de comunicação tenha pretendido

descentrar a reflexão sobre línguas e variedades da tradicional reflexão sobre as suas unidades linguísticas constitutivas e do conceito tradicional de contacto de línguas, certo é que a existência de diversidade linguística justifica o trabalho terminológico, inserível na definição de políticas linguísticas, e justifica a necessidade de critérios para a sua implementação e respetiva monitorização.

As línguas (incluindo variedades e falares) que cada um usa, mais ou menos ativamente, instauram-nos na comunidade e no mundo e espelham, exprimem e constroem diversidades. As relações que estabelecemos uns com os outros decorrem da capacidade individual e coletiva da sua gestão e, em primeira instância, do uso das línguas. Como escreveu Derrida (2001: 44)

“Já é preciso saber em que língua eu se diz, eu me digo. Pensamos aqui não só no eu penso, como no eu gramatical ou linguístico, no eu ou no nós no seu estatuto indentificatório, tal como o esculpem figuras culturais, simbólicas, socioculturais. De todos os pontos de vista, que não são apenas gramaticais, lógicos, filosóficos, sabe-se bem que o eu da anamnese dita autobiográfica, o eu-me do eu lembro-me se produz e se profere diferentemente consoante as línguas”.

Do conhecimento do *eu* do *outro* e do *nós* e da vontade ou recusa do seu reconhecimento nascem relações de hierarquia entre usos que levam à descapitalização de uns e ao crescimento hegemónico de outros. Urge, assim, garantir a manutenção e maior implementação, que poderá também ser apoiada por mecanismos de mediação intergeracional, interlinguística e entre níveis de especialização que reforcem as categorias espaciais, temporais e sociais dos seus usos. O espaço não é apenas geográfico e físico, mas deve considerar também aspetos psicossociais do quotidiano e institucionais de que são os melhores exemplos a escola, as organizações culturais ou os locais de trabalho. No que concerne o tempo, além da dimensão histórica, diacrónica, devem incluir-se também subcategorias da ordem do tempo natural, do tempo social em que, dada a situação, se deve institucionalizar particularmente o tempo curto para ação imediata (as diacronias curtas), sob pena de o património linguístico e, por inerência, cultural ser extinto e reduzido ao testemunho livresco, ou apenas oral, da sua existência.

Nesta concepção do uso das línguas enquanto elementos de um multilinguismo em que coabitam, é inexorável reforçar os mecanismos de mediação. Na sequência do que escrevemos em Conceição e Zanola (2020: 13), entendemos mediação como o processo complexo de construção e/ou desconstrução que, pela verbalização, transforma saberes e conceitos em unidades linguísticas/discursivas ou que, pela adaptação de verbalização existente, torna essas unidades acessíveis a públicos diferenciados pelas línguas/variedades que usam ou pelo nível de proficiência que têm em cada uma delas. É uma estratégia e é um recurso comunicativo, contextualmente regulados, independentemente de serem intra ou interlinguísticos.

O aparente encolhimento do presente, proveniente da chamada aceleração do tempo e a pseudo-ubiquidade e a virtualização, que permite a digitalização, podem ser trunfos significativos para o enquadramento epistemológico aqui apresentado. Por via das metodologias e das ações das humanidades digitais (e da inteligência artificial) a preservação patrimonial imaterial pode ser reforçada com recurso a bases de dados e de conhecimentos expressos de forma multimodal que poderão desencadear motivação e interesse para o incremento de todas as línguas, todas as variedades, todos os falares. Ainda que o individualismo pareça afirmar-se e que a globalização nos imponha o uso de línguas de poder, de tecnologia, de uma *lingua franca*, é nas vivências locais que nos exprimimos e nos construímos. Um equilíbrio entre o global e as dimensões locais impõe-se, sendo que somos seres sociais, mas com traços inequivocamente únicos.

No quadro da filosofia *ubuntu*, cuja ideia geral é “eu sou porque nós somos” (dissonante, por exemplo, da perspetiva cartesiana em que existo porque penso), como afirmamos em Conceição (2021), podemos lembrar que “*somos as nossas línguas*”. É necessário promover esta consciencialização das responsabilidades individual e coletiva da preservação e criação de condições de sustentabilidade para todas as línguas, os dialetos, as variedades, os falares minoritários ou minorizados. Para isso também contribui a terminologia. Como afirmaram Frath & Daval (2019) num trabalho que põe precisamente em análise as perspetivas *cogito* e *ubuntu*:

“*Nos pensées et nos idées nous viennent essentiellement de notre communauté linguistique, qui nous transmet par la langue une*

expérience de vie et une vision du monde stockées dans des corpus de connaissances qui nous disent ce qui existe et comment agir” (185-186).

Carecemos de decisões fundamentadas sobre a gestão das línguas para que a diversidade seja sustentável, por isso enfatizamos a necessidade de formação no âmbito desta UC na aceção em que a concebemos. Sucumbir ao deslumbramento da pseudo-utópica e suposta excelência pela internacionalização monolíngue criará distopias e até contra-utopias, no sentido que lhes dá Tsini (2021) ao analisar aquilo a que chama de desenvolvimento mascarado de decadência. A afirmação das diversidades, para o desenvolvimento e para o diálogo não se podem deixar ofuscar nem por uma *lingua franca* nem por discursos metacientíficos (às vezes acientíficos), pseudofactuais baseados na suposta panaceia da ciência dos dados (por vezes com valor epistemológico discutível) e que representam claras quebras na cadeia significativa social, sendo, assim, promotoras de exclusões. Políticas linguísticas promotoras da sustentabilidade (durabilidade) da diversidade visam criar futuro, não um futuro temível e temido referido por movimentos emergentes (por vezes bastante nacionalistas e/ou negacionistas) mas futuros esperados, futuros em diálogo, em desenvolvimento inclusivo e equitativo.

A abordagem epistemológica que aqui defendemos transcende aceções mais utilitaristas que se cingem à observação das línguas como instrumento de codificação, de trabalho, como valor económico frequentemente ligado à potencial empregabilidade, sendo as competências linguísticas e comunicativas consideradas como produtos transacionáveis. É no seio desta conceção de língua(s) e da necessidade de políticas linguísticas que enquadramos o ensino e a investigação em terminologia no seio das Ciências da Linguagem. Parafraseando a denominada teoria das portas de Cabré (1999), digamos que chegamos à terminologia pela porta das Ciências da Linguagem e pela reflexão sobre o impacto da gestão das diversidades multilingues preconizados pelas políticas de línguas. Portas como a da ontologia, a das ciências cognitivas ou a das ciências computacionais são usadas por outros percursos epistemológicos e teórico-metodológicos.

O estudo das línguas, das suas variedades e das relações que entre elas se estabelecem, quando em contacto, é foco de diferentes disciplinas no âmbito das Ciências da Linguagem. Estudar a relação entre processos de lexicalização e de verbalização de conhecimentos e de saberes, estabelecendo olhares interdisciplinares com a cognição e com a gestão da diversidade de recursos linguísticos e comunicativos, mobilizados em função da necessidade, da intenção e do suporte comunicativo é, genericamente, o objeto da terminologia (multilingue) que se socorre dos estudos em políticas de línguas e em comunicação de ciência. Entendemos, para este efeito, por comunicação de ciência a mobilização de recursos linguísticos e comunicativos apropriados para uma correta e eficaz interação relativa a conhecimentos, a saberes ou a técnicas. Políticas de línguas é correspondente, neste contexto, ao conjunto de decisões tomadas por um grupo, uma organização ou uma instituição acerca do uso de línguas.

Face ao acima explicitado, é nosso material de trabalho a verbalização expressa em discurso, comunicativa e contextualmente ancorado. As opções teórico-metodológicas que de seguida detalhamos assentam neste enquadramento que enfatiza o equilíbrio entre tensões e aporias contextuais, locais, e uma certa desterritorialização.

2.2. Institucional e curricular

A constituição da terminologia, enquanto disciplina curricular no âmbito da tradução e/ou dos departamentos de Linguística, primeiro, depois dos de Ciências da Linguagem, e mais tarde dos de Comunicação, tem poucas décadas na Europa. Os assuntos relacionados com os denominados vocabulários técnicos (ou mesmo com as gírias) foram, até então, estudados numa ótica etimológica e explicativa de nomenclaturas e de classes e categorias estruturantes do saber sobre a natureza, por exemplo. Foi ainda considerado, este estudo, sob abordagens essencialmente contrastivas no quadro da formação e do exercício de tradução. Na sequência da necessidade de normalização de designações técnicas e científicas, por um lado, e, por outro, por imperiosa afirmação de algumas línguas em relação a outras, desenvolveu-se um quadro epistemológico fundacional da terminologia enquanto

área do saber, área de estudo e de investigação e, posteriormente, instrumento de afirmação de políticas linguísticas e não só. O início da era normalizadora é atribuído a Eugen Wüster, os contextos de afirmação linguística (e de defesa) são os do Canadá francófono, da Catalunha e, mais tarde das línguas românicas¹⁰.

Em várias áreas de formação superior, terão sido desde sempre os vocabulários específicos objeto de estudo, dado que são estruturadores dessas próprias áreas. Enquanto elemento de formação de tradutores, regista Delisle (2008: 272)¹¹ a atenção dada a estes vocabulários nas formações especializadas em tradução profissional que se iniciou na Universidade de Otava em 1936. A mesma fonte afirma

“l’enseignement de la terminologie a commencé à l’Université de Montréal en 1969, plus précisément à l’École de traducteurs rattachée du Département de linguistique et de philologie. (...) Le nouveau cours (...) est confié à Robert Dubuc, alors chef des Services de Linguistique de Radio Canada (...) le cours est jumelé au séminaire de traduction technique celui de traduction technique à fin de le rendre le plus concret possible, mais dès 1973 il est dissocié de ce séminaire et devient un cours autonome ” (idem).

A disciplina de terminologia foi, nesta senda, sempre situada

“dans la perspective de la linguistique moderne dont elle est une application et une spécialisation avec d’autres disciplines qui traitent du signe linguistique” Auger (1979: 457).

No ensino superior europeu, a história do espaço curricular atribuído à terminologia é semelhante, ainda que ligada não só à tradução, mas também aos estudos lexicais e ao ensino de línguas como aconteceu em França. Referimos especificamente o caso francês, dada a relevância que abaixo referiremos para a inserção da terminologia nos currículos da Universidade portuguesa.

A importância dos estudos lexicais (incluindo a neologia) e dicionarísticos devidos a Bernard Quemada, Alain Rey entre outros, a criação de estruturas e

¹⁰ Trataremos da história da terminologia nos primeiros seminários (ver abaixo) no quadro da explicitação da evolução teórico-metodológica da disciplina.

¹¹ Ainda que se dedique especificamente à terminologia no Canadá, tem esta obra informações muito relevantes sobre a sua história na Europa.

instituições públicas para os potenciar e o desenvolvimento da reflexão linguística e didática relativa ao ensino da língua francesa para estrangeiros e para fins específicos, levaram a que se começasse a dar particular atenção, na formação universitária, aos vocabulários técnicos. Começaram, pois, a ser incluídos nos currículos, sendo que maior ênfase foi dada a partir da criação das licenciaturas em Línguas Estrangeiras Aplicadas no final dos anos 70 do século XX.

A terminologia, enquanto disciplina, surgiu na Universidade portuguesa nos primeiros anos da década de 90 do século passado, na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa por proposta de Maria Teresa Rijo da Fonseca Lino. Tendo-se doutorado em Paris em 1987, com uma tese com o título *Unités lexicales et situations d'énonciation. Réseaux d'associations sur un domaine d'expérience : la mer*, orientada por Robert Galisson, e colaborando durante muitos anos nos trabalhos de lexicologia e de neologia com Bernard Quemada, entre outros, Teresa Lino propõe que, no âmbito do Mestrado em linguística, especialização em lexicologia e lexicografia (que coordena) seja incluído um seminário anual designado Vocabulários e Terminologias. Aqui começaram os primeiros estudos de terminologia. Pouco tempo depois proporá também a criação de uma opção para as licenciaturas e findo o Mestrado, na altura com a duração de 4 anos, serão inscritas as primeiras teses de doutoramento em terminologia. As primeiras dissertações de Mestrado nesta disciplina começaram a ser apresentadas em provas públicas em 1993. As duas primeiras teses de doutoramento foram defendidas em dezembro de 2001. São as de Conceição (2001) e de Costa (2001). A dissertação do autor deste relatório foi defendida em dezembro de 1994 e foi a primeira no âmbito da socioterminologia em língua portuguesa (Gaudin, 2003). A área de especialização do Mestrado, criada por Teresa Lino, formou largas dezenas de mestres em terminologia e no doutoramento subsequente formaram-se também muitos especialistas em terminologia; uns e outros trabalham desde então em várias instituições de ensino superior (universitário e politécnico) na grande maioria das instituições portuguesas, mas também em todas as latitudes da lusofonia e da francofonia, além de outros espaços geolinguísticos. É de reconhecida relevância

para a Terminologia e para o espaço que hoje reivindica no ensino superior a formação promovida pela Professora Teresa Lino e pelos que formou.

Na Universidade do Algarve, ainda que abordagens terminológicas tenham sido incluídas na disciplina de Português que lectionei, inicialmente, em 1994/1995 (Licenciatura em Ensino de Biologia e Geologia), foi em 2002, que, com a alteração dos planos curriculares das licenciaturas em Línguas e Literaturas Modernas (que deixaram de ser em ensino) foi criada a opção de terminologia. Foi depois incluída na oferta formativa do Mestrado em Linguística (mais tarde designado por Ciências da Linguagem). Com a criação da licenciatura em Línguas e Comunicação foi incluída no primeiro semestre do terceiro ano a unidade curricular de Terminologia e Comunicação. A alteração do currículo desta licenciatura em 2021, cujo nome também foi alterado por imposição da A3ES, passando a ser designada por Línguas e Comunicação Intercultural, foi criada unidade curricular de Terminologia e Mediação. Nos currículos do Mestrado em Ensino no 1º Ciclo do Ensino Básico e de Português e História e Geografia de Portugal no 2º Ciclo do Ensino Básico e do Mestrado em Ensino de Português e Inglês no 2º ciclo do Ensino Básico, da Escola Superior de Educação da Universidade do Algarve, foi criada, em 2015, uma unidade curricular semestral de Terminologia Linguística. As pós-graduações em Tradução e em Revisão de Texto também contemplaram o estudo da terminologia nas respetivas óticas específicas.

O trabalho pedagógico de ensino e aprendizagem, tendo como objeto as línguas, a comunicação, a mediação e a relação entre línguas, conhecimentos, saberes, a ciência, não se cinge às unidades curriculares de 1º ou de 2º ciclo, contendo a designação Terminologia. Ao longo dos anos fomos incluindo em diferentes concretizações pedagógicas de outras unidades curriculares conexas perspetivas de análise terminológica e de observação e estudo das línguas e de verbalizações dos saberes. Tal pode ser atestado, por exemplo, nas unidades curriculares de: Literacia Científica I e II (licenciatura em Ciências da Educação e Formação); Comunicação de Ciência em Línguas Inglesa (optativa da licenciatura em Línguas Literaturas e Culturas); Metodologia da Investigação em Ciências da Linguagem (mestrado em Ciências da Linguagem); Seminários de Investigação

Avançada em Ciências da Linguagem I e II (Doutoramento em Ciências da Linguagem); Comunicação e Humanidades Digitais e Comunicação de Ciências em Media Arte Digital (Doutoramento em Media Arte Digital); unidades curriculares da Pós-Graduação em Comunicação de Ciência; a UC optativa de Comunicação de Ciência oferecida no quadro do Colégio Doutoral da UAlg; a recente criação do SPOC¹² em Science Communication para os bolsiros (mestrandos e doutorandos) do projeto Blue Route¹³.

Feito o enquadramento alargado da área em que se insere a unidade curricular em foco neste relatório, cinjamo-nos ao curso de Mestrado em Ciências da Linguagem. Trata-se de um curso de 2º ciclo, cuja estrutura em funcionamento foi publicada em Diário da República a 12 de julho de 2016, através do Aviso nº 8705/2016. O primeiro ano do curso tem 6 unidades curriculares com 10 ECTS, cada uma com 44 horas de contacto (39 em regime de Seminário e 5 em regime de Orientação Tutorial), sendo as restantes horas de trabalho autónomo.

A unidade curricular de Ciências da Linguagem – Teorias e Aplicações (CLTA) é a única que é fixa no 1º semestre, sendo que nesse mesmo semestre funcionam mais duas e as restantes três no segundo semestre. As unidades oferecidas em cada ano são objeto de decisão dos órgãos competentes em função das possibilidades de gestão do serviço. A unidade curricular de Terminologia só não foi oferecida nos anos em que tive redução de serviço letivo por exercício de funções de gestão ou dispensa de serviço.

A UC de Terminologia funciona preferencialmente no segundo semestre, tendo os alunos frequentado CLTA, Metodologia de Investigação em Ciências da Linguagem (não sendo fixa, por nos parecer muito relevante para a formação e para a iniciação à investigação, temo-la oferecido praticamente em todas as edições) e uma outra unidade curricular de 2º ciclo desta área. Em regra, apenas os alunos provenientes da licenciatura em Línguas e Comunicação (agora Línguas e Comunicação Intercultural) já estudaram Terminologia; este aspeto é muito relevante para o

¹² Small Private Open/Online Course.

¹³ BLUE ROUTE -PTInnovation 072 – Preparing the new OCEAN economy 2030, the blue route of discovery, F3 – EEA Grants.

desenho da UC que adiante se detalha. Esta UC reivindica a sua relevância na formação de 2º ciclo em Ciências da Linguagem por permitir a aquisição e o desenvolvimento de competências de análise linguística, por permitir a aquisição e aplicação de conteúdos e de métodos da ciência terminológica que fazem jus à conceção interdisciplinar dos estudos sobre as línguas.

O que abaixo diremos sobre a estrutura e funcionamento da UC respeita integralmente:

a) o que a lei portuguesa determina para o segundo ciclo¹⁴ e a respetiva deliberação de criação do curso (acima referida);

b) o quadro europeu de qualificações e os designados descritores de Dublin¹⁵ que facilitam a comparação internacional de competências e de resultados esperados da formação em cada um dos três ciclos (neste caso do 2º) do ensino superior;

c) as linhas orientadoras resultantes da publicação do projeto *Tuning* (de que sou coautor) sobre a definição dos ciclos de formação nesta área¹⁶.

Genericamente, retomando alguns descritores acima referidos, podemos afirmar que aqui se consideram, entre outros “a capacidade de compreensão sistemática num domínio científico de estudo”; “competências, aptidões e métodos de investigação associados a um domínio científico”; e “ser capazes de comunicar com os seus pares, a restante comunidade académica e a sociedade em geral sobre a área em que são especializados”.

¹⁴ A lei nº46/86 de 14 de outubro (e as sucessivas alterações, sendo a última a lei nº85/2009 de 27 de agosto), Lei de bases do sistema educativo, estabelece o quadro geral do sistema educativo. O decreto-lei nº 42/2005 de 22 de fevereiro (alterado pelo decreto-lei nº 107/2008 de 25 de junho) fixa os princípios reguladores de instrumentos para a criação do espaço europeu do ensino superior. Um desses princípios (provavelmente o que tem maior visibilidade) é o que define o sistema europeu de transferência de créditos. (ECTS). O decreto-lei nº 74/2006 de 24 de março (e as sucessivas alterações, sendo a última a do decreto-lei nº 27/2021 de 16 de abril) aprova o regime jurídico dos graus e diplomas do ensino superior.

¹⁵ Cf. em www.ehea.info (acedido a 15 de setembro de 2022).

¹⁶ <https://www.unideusto.org/tuningeu/sqf-humanities-and-arts/outcomes/linguistics.html> (acedido a 15 de setembro de 2022).

A UC em apreço tem ainda em consideração os desafios pedagógico-didáticos postos pelas exigências sociais da formação superior e pela digitalização, incluindo a inteligência artificial. Privilegiar-se-á, por isso, um paradigma de aprendizagem orientada e autónoma, em que o estudante constrói a sua aprendizagem. Neste contexto, as aulas, ou horas de contacto, deixam, inequivocamente, de ser a única fonte de informação. Esta abordagem é facilitadora da iniciação à investigação (e da elaboração da dissertação no 2º ano). Os alunos são, nesta UC, integrados em tarefas de investigação no âmbito de projetos em curso do Centro de Investigação em Artes e Comunicação (CIAC).

3. Programa da unidade curricular

A informação relativa à UC é aqui apresentada seguindo a estrutura das fichas de unidade curricular em vigor na Universidade do Algarve, constando do Manual de Qualidade¹⁷, parte integrante do sistema interno de garantia de qualidade, acreditado pela A3ES. Na página 17 deste Manual, na sua versão 2.1. (a última homologada e em uso), de 2020, é referido:

“As FUC incluem informação pública e reservada. A informação pública inclui a identificação, caracterização da UC e período de funcionamento, precedências e/ou conhecimentos prévios recomendados, objetivos de aprendizagem, conteúdos programáticos, metodologias de ensino e de avaliação, bibliografia. Adicionalmente a FUC inclui informação referente à demonstração da coerência dos conteúdos programáticos com os objetivos da UC e à demonstração da coerência das metodologias de ensino com os objetivos de aprendizagem da UC (informação reservada).”

Como acima referido, trata-se de uma unidade curricular semestral, do segundo semestre do 1º ano do Mestrado em Ciências das Linguagem. Corresponde a 10 ECTS, ou seja, duzentas e sessenta horas de trabalho dos alunos. Dessas horas, quarenta e quatro são de contacto, trinta e nove na tipologia de Seminário, tipicamente treze sessões presenciais de 3 horas cada, e 5 horas na tipologia de Orientação Tutorial. Estas 5 horas são distribuídas essencialmente na segunda parte do semestre e podem ser presenciais ou a distância (usando *Zoom* ou *Teams*). A UC não tem precedências e são recomendados como conhecimentos prévios os que resultam de uma formação de primeiro ciclo em Ciências da Linguagem ou em área afim. Recentemente, é também pedido que se associe uma área de educação e formação da Classificação Nacional de Áreas de Educação e Formação (CNAEF), publicada na Portaria 256/2005 de 16 de março. Tal parece-me uma utilização desvirtuada desta classificação, pois nela se estipula (artigo 1) que é para

¹⁷ <https://www.ualg.pt/qualidade>

“adoptar na recolha e tratamento de dados sobre a formação profissional, nomeadamente em âmbito de Fundo Social Europeu, nos inquéritos e estudos e na classificação da oferta formativa”.

A CNAEF, s.m.o., classifica cursos e não UCs. Se não restam dúvidas de que a UC de Terminologia se pode incluir na área de estudo 22 - Humanidades, tarefa impossível é depois escolher a área de educação e formação, a não ser que se inclua na 229 - Humanidades – programas não classificados noutra área de formação, o que, na verdade, é pouco rigoroso! Quer esta informação quer a que se refere à indicação de três objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS) para os quais a UC contribui não constam do Manual acima referido, mas surgiram posteriormente na estrutura das fichas de unidade curricular. Indiquei (com alguma dificuldade na escolha de apenas 3) que pode esta UC dar contributos para os objetivos 4. “educação de qualidade”, 5. “igualdade de género”, e 8. “trabalho digno e crescimento económico”.

3.1. Objetivos de aprendizagem

A UC de Terminologia visa problematizar o conceito de terminologia numa perspetiva interdisciplinar, articulando abordagens teóricas e procedimentos metodológicos com necessidades terminológicas monolíngues e multilíngues. Visa ainda o desenvolvimento e competências de investigação em terminologia no âmbito da verbalização do conhecimento e da comunicação de saberes.

A finalidade global da disciplina é promover a descrição e a análise de especificidades linguísticas da comunicação especializada, utilizando conhecimentos anteriores da área das Ciências da Linguagem e fornecendo instrumentos para o tratamento dos diferentes usos das unidades lexicais particulares que são as unidades terminológicas. Na estruturação dos conteúdos programáticos e nas opções metodológicas seguidas é sempre tida em conta esta finalidade e realça-se a pertinência do conhecimento do funcionamento das línguas em diferentes especialidades e em diferentes esferas de atividade humana.

Para atingir esta finalidade, concebe-se a existência de objetivos relacionados com a formação global dos cidadãos, com a formação específica dos mestres em

Ciências da Linguagem, com a aquisição de conhecimentos linguísticos e terminológicos e de objetivos procedimentais relacionados com o trabalho terminológico e com a utilização de terminologias, genericamente em contextos de diversidades linguísticas.

Assim sendo, os objetivos são os seguintes:

1. reconhecer a importância do conhecimento linguístico / terminológico, no âmbito de diferentes domínios do saber e de diferentes esferas de atividade humana, na sua relação com os saberes, o conhecimento e as respetivas delimitação e estruturação;

2. adquirir métodos de análise de dados linguísticos, terminológicos e textuais relativos aos conceitos (técnicos e científicos), às respetivas denominações e às suas utilizações no âmbito de interações comunicativas específicas;

3. conceber a análise linguística (e terminológica) no quadro da linguística textual (e da terminologia textual), com recurso a meios digitais adequados;

4. discutir o conceito de unidade terminológica no âmbito dos estudos lexicais e dos estudos terminológicos, relacionando-o com o conceito de unidade lexical e evidenciando a sua natureza cognitiva discursivamente expressa;

5. entender as relações entre as diferentes denominações no quadro das relações lexicais, das relações de equivalência e dos processos ontológicos de construção / exposição / interpretação do conhecimento;

6. estabelecer relações entre terminologia e políticas de línguas, visando em particular atividades de comunicação de ciência;

7. perceber a relevância do trabalho terminológico para diferentes áreas como a redação e a tradução técnicas, o ensino de línguas, a gestão do multilinguismo e a definição de políticas linguísticas.

3.2. Conteúdos programáticos

Considerando o enquadramento curricular da disciplina e os objetivos acima enunciados, os conteúdos programáticos foram organizados em três pontos distintos e hierarquizados da seguinte forma:

1. O conceito de terminologia
 - 1.1. Terminologia, Ciências da Linguagem e interdisciplinaridade
 - 1.2. Abordagens teóricas e metodológicas
 - 1.3. Funções e implicações culturais, sociais, políticas e económicas
2. Terminologia: termos e discursos
 - 2.1. Unidades terminológicas
 - 2.2. Definição terminológica
 - 2.3. Variação e equivalência terminológicas
3. Terminologia, mediação e comunicação
 - 3.1. Terminologia e terminografia
 - 3.2. Terminologia e políticas linguísticas
 - 3.3. Terminologia e comunicação de ciência

No capítulo seguinte detalharemos estes conteúdos em função da sua distribuição ao longo de um semestre.

3.3. Metodologias de ensino e avaliação

A seleção das metodologias de ensino, das estratégias privilegiadas e das atividades propostas decorre da natureza e dos objetivos da UC e da sua inserção curricular. Esta seleção reflete necessariamente as conceções do docente sobre o processo de ensino-aprendizagem e sobre o enquadramento da UC.

Como já referido, a tipologia de horas de contacto é sobretudo de Seminário, pelo que se privilegiará a indicação prévia de leituras e posterior discussão em aula. De forma a garantir a exequibilidade da metodologia preconizada, é necessário assegurar que os recursos são apropriados. Todos os materiais estão disponíveis na página da UC na tutoria eletrónica (plataforma *moodle* em uso na Universidade do Algarve) e todas as trocas de documentos (incluindo trabalhos dos alunos) se efetuam com recurso à “disciplina” na plataforma *Teams*. Estes recursos são disponibilizados para todas as UC pelos Serviços de Informática em articulação com

os Serviços Académicos. Entendemos por materiais, neste contexto, orientações de leitura, esquemas, apresentações, hiperligações e textos bibliográficos, excetuando os que existam em suporte físico na biblioteca. A sala em que decorrem as aulas tem computadores e cada aluno tem a sua área pessoal virtual. As indicações de leitura são feitas na semana anterior a cada uma das sessões e é pedido aos alunos que preparem os textos para poderem participar na construção de conhecimento por via de orientações de reflexão dadas pelo docente e por via da respetiva discussão.

Além das trinta e nove horas de contacto de Seminário, em que se privilegia esta interatividade e em que todos os alunos são estimulados a participar, as cinco horas de Orientação Tutorial são distribuídas para acompanhamento dos trabalhos feitos nas restantes duzentas e dezasseis horas de trabalho. Cerca de metade destas horas são ocupadas com leituras e preparação dos seminários. As restantes devem ser dedicadas à realização do produto final a realizar enquanto trabalho de projeto, feito preferencialmente a pares.

Por se entender que a aprendizagem será mais proveitosa, privilegia-se uma metodologia de trabalho de projeto em que toda a reflexão é orientada em função da consecução de uma tarefa final, um protótipo de base de conhecimentos terminológicos de um domínio à escolha, acompanhado de relatório fundamentado das opções tomadas e das respetivas limitações. A orientação deste trabalho é feita nas horas de contacto tutoriais que foram distribuídas (ver cronograma adiante) e nas horas de atendimento por forma a acompanhar todas as etapas do trabalho.

A leção dos conteúdos é orientada para a promoção da reflexão e da fundamentação das escolhas efetuadas em cada uma das etapas do trabalho. Assim, em cada sessão, após um primeiro momento de natureza expositiva, é orientada a discussão com os alunos, seguindo as indicações de leituras propostas. Para cada sessão, é indicado um relator que tem como função sistematizar verbalmente a discussão e entregar (carregar no *Teams*) na semana seguinte uma síntese escrita. Esta reflexão e este método (que faz parte da avaliação contínua) permite que os alunos vão fazendo as suas escolhas e também cumprindo cada uma das etapas da elaboração de um trabalho terminológico. Os conhecimentos vão, portanto, sendo construídos na sequência das discussões relativas às leituras (essencialmente

teóricas), da sua aplicação a tarefas terminológicas e/ou terminográficas e das pesquisas desenvolvidas. O papel do docente não é, então, o de se limitar a expor conteúdos, mas é o de orientar a aprendizagem, sistematizando os conteúdos, explicando as metodologias e comentando práticas.

Desta forma institui-se um regime de acompanhamento do trabalho de cada aluno, próximo do que se entende por tutoria e a forma como os alunos são avaliados, valorizando o processo e não simplesmente o produto do trabalho, respeita, além do cumprimento do trabalho em situação de contacto, o regime trabalho autónomo, articulando os dois. Com a aplicação deste método, garante-se que a aprendizagem não é feita por reprodução e que há assimilação de conhecimentos. Seguimo-lo, com ajustes, desde que a UC é lecionada e apraz registar o sucesso de todos os alunos e ainda a qualidade desse sucesso visível pelas classificações e pelo grau de satisfação dos alunos.

A metodologia de ensino aqui preconizada visa valorizar estilos de aprendizagem diferenciados dos alunos, se possível extrapolando meras aprendizagens formais e considerando as designadas competências chave para potencial empregabilidade (geralmente designadas competências chave para o século XXI). No relatório publicado em 2021 (ILO, 2021), a Organização Internacional do Trabalho (OIT) faz uma síntese (p. 35) das diferentes competências chave estabelecidas por diferentes organizações internacionais (ex: UE, OCDE, OIT, UNESCO, Banco Mundial) ou por países (Ex: Índia, Filipinas, Chile, Estados Unidos). O quadro síntese contém trinta e cinco competências chave identificadas em 9 organizações internacionais e 7 países. Apenas uma ocorre em todas as fontes analisadas: comunicação. As seguintes dez mais frequentes (que ocorrem em dez ou mais fontes das dezasseis) são: resolução de problemas, colaboração, planificação e organização, numeracia, literacia, trabalho de grupo, tomada de decisões, autodisciplina e autogestão, metacognição, criatividade e pensamento inovador. Cremos que a metodologia aqui preconizada permite o desenvolvimento de quase todas, sendo que podemos enfatizar o pensamento analítico e pensamento crítico, a autonomia e o trabalho em grupo, a comunicação e a responsabilidade ética.

A metodologia de ensino decorre dos objetivos anteriormente delineados essencialmente por contribuir para aquilo a que Granier (2010) chama o elogio da interpretação, no sentido em que a interpretação

“implique d'abord la sélection de certains aspects du donné, elle valorise ensuite des tâtonnements entre différents circuits et enfin elle explicite des choix entre les hypothèses et la construction finale d'un sens”.

A aprendizagem resultante desta metodologia, em função dos objetivos traçados e dos conteúdos selecionados, é obrigatoriamente significativa para cada aluno, não apenas em termos de especialização em Ciências da Linguagem, mas também enquanto *“homo interpretans”* (Michel, 2019), capaz de usar práticas interpretativas mediadoras da interpretação. Exemplos são (segundo o mesmo autor): a clarificação, a simplificação, a explicação, a exemplificação, a identificação, a categorização e a classificação. A atividade reflexiva permanentemente estimulada nos alunos é acompanhada de um *feedback* contínuo relativo a todas as atividades em curso.

Para situar a perspetiva metodológica preconizada, direi que se inspira essencialmente no que Kumaravadivelu (2001) definiu como pós-método, e que inclui um sistema tridimensional:

“(a) facilitating the advancement of a context-sensitive language education based on a true understanding of local linguistic, sociocultural, and political particularities;

(b) [rupturing] the reified role relationship between theorists and practitioners by enabling teachers to construct their own theory of practice;

and (c) [tapping] the sociopolitical consciousness that participants bring with them in order to aid their quest for identity formation and social transformation” (p. 537).

A avaliação das aprendizagens é eminentemente processual e respeita o Despacho Reitoral 50/2016 de 19 de agosto, que define o Regulamento de Avaliação da Universidade e nomeadamente a alínea a) do número 1 do artigo 9º que entende por *“Avaliação contínua”* a que é *efetuada sucessivamente ao longo do funcionamento da unidade curricular”*.

São elementos de avaliação:

1. A participação regular e adequada nos seminários, mobilizando informação das leituras aconselhadas ou de outras;
2. A elaboração oral de síntese no final de um seminário e a respetiva redação (máximo de duas páginas a entregar na semana seguinte);
3. Um trabalho terminológico feito a pares, mas com discussão individual (se necessário), a entregar até três semanas após o final dos seminários.

Estes elementos têm os seguintes pesos relativos na classificação final da disciplina: 25% para o primeiro, 25% para o segundo e 50% para o último.

A classificação deste último elemento de avaliação contempla duas avaliações, a do processo de elaboração do trabalho e a do produto final (que pode incluir uma discussão individual, se se justificar), com pesos idênticos no cálculo da nota final. A discussão individual pode ser necessária (tem sido raro) nos casos em que, ao longo do processo, se observam discrepâncias no envolvimento, na dedicação e no trabalho de cada um dos membros do par/grupo. O trabalho deve incluir, para além da base (relacional) de conhecimentos terminológicos multilingues com um mínimo de 10 fichas terminológicas, um relatório sobre o trabalho desenvolvido em que se explicitem de forma clara e teórica e metodologicamente fundamentados: as razões da escolha do domínio; os critérios de estruturação do mesmo; os critérios de constituição do *corpus* e de seleção das unidades terminológicas; os critérios de seleção dos contextos incluídos nas fichas e explicação dos critérios para a seleção dos termos associados e de todas as relações estabelecidas; fontes dos equivalentes (em duas línguas estrangeiras ou numa língua estrangeira e numa variante da língua portuguesa¹⁸). Inclui ainda um relatório individual em que cada aluno deve refletir acerca do processo de elaboração do trabalho e da forma como lhe parece que o

¹⁸ Dado o número significativo de alunos brasileiros, os que trabalham com *corpora* de Português do Brasil podem optar por trabalhar a equivalência com termos em Português Europeu e, ao invés, os que trabalham com *corpora* em Português Europeu podem estudar equivalentes em Português do Brasil. Todas as escolhas são feitas pelos alunos.

mesmo permitiu alcançar os objetivos previstos para a unidade curricular. Para além da avaliação da correção escrita, a base de conhecimentos é avaliada, tendo em conta os seguintes aspetos: adequação dos termos ao domínio; correção no preenchimento de todos os campos das fichas e funcionamento das relações hipertextuais.

Os objetivos da disciplina, vistos como objetivos de aprendizagem, pressupõem que, após a frequência da mesma, os alunos tenham desenvolvido uma competência terminológica que se pode desdobrar em diferentes (sub)competências de natureza cognitiva e linguística, metodológica, tecnológica, organizacional e social. É esta competência terminológica que é verificada e avaliada através dos desempenhos. Em termos genéricos, consideramos aqui competência terminológica, a junção de conhecimentos, capacidades e atitudes que permita identificar, analisar e reutilizar dados terminológicos em contextos linguísticos e comunicativos diversificados, acedendo aos conceitos verbalizados e estruturando-os em função de objetivos e de critérios pré-estabelecidos e teórica e metodologicamente sustentados.

A metodologia de ensino aqui proposta e a avaliação praticada coadunam-se com os objetivos da UC e com o desenvolvimento de uma competência terminológica e salientam a pertinência da existência desta disciplina na formação de mestres em Ciências da Linguagem, pois o trabalho sobre os usos e descrição de dados linguísticos e terminológicos contribui, indubitavelmente, para o conhecimento sobre o sistema linguístico, para a comunicação do conhecimento e para a gestão contextualmente ancorada das diversidades linguísticas.

3.4. Bibliografia

As fontes bibliográficas para os alunos podem categorizar-se em dois tipos:

a) as obras gerais cuja leitura integral (ou quase) se recomenda por darem um panorama tão completo quanto possível da disciplina e em relação às quais indicações sucessivas de leitura serão dadas em função do decorrer do semestre;

b) as leituras de artigos ou de capítulos de livros que tratam aspetos pontuais relacionados com os conteúdos do programa.

De ambas as categorias, serão dadas indicações específicas em cada um dos seminários (ver capítulo seguinte). Dada a quantidade de bibliografia disponível, não nos parece exequível listar aqui bibliografia complementar, sendo que a mesma poderá vir a ser indicada por solicitação dos alunos ou caso os trabalhos assim o justifiquem. No início de cada ano letivo a biblioteca da universidade promove para cada turma sessões de formação sobre a utilização de recursos bibliográficos físicos e digitais e sobre gestores de bibliografia. Os alunos devem, pois, fazer pesquisas específicas em bases bibliográficas e a promoção da respetiva autonomia também passa por lhes inculcar essa necessidade e por valorizar as próprias fontes. Além de lhes serem indicadas essas bases e recursos em uso aberto, também lhes serão dadas indicações de sítios, portais e organismos, centros e associações que fazem investigação em terminologia ou que produzem e gerem terminologias, que, dado seu número, é impossível de aqui listar (ex: UE, IATE; TERMCOORD; REALITER, TERMCAT, FRANCETERM, FAO, UNESCO, NATO, etc).

As referências que se seguem constituem uma lista orientadora de leituras aconselháveis, várias outras referências serão fornecidas em função de cada um dos conteúdos. Saliente-se que no formulário constitutivo da FUC que permite a disponibilização da mesma para os alunos (e para o público via internet) no sistema de gestão académica da UAlg, o campo relativo à bibliografia não pode conter mais de mil caracteres, ou seja sensivelmente metade dos que aqui apresentamos. É, por isso, costume indicar apenas obras genéricas de referência e depois disponibilizar na tutoria eletrónica todas as referências necessárias. As que me parecem leituras mínimas aconselháveis são:

Cabré, M. T., 1993, *La terminología, teoría, metodología, aplicaciones*, Barcelona, Editorial Antártida/Empúries.

Cabré, M. T., 2003, Theories of terminology: Their description, prescription and explanation, in *Terminology*, 9:2, pp. 163–199.

Conceição, M. C., 2005, *Concepts, termes et reformulations*, Lyon, Presses Universitaires de Lyon.

- Conceição, M. C. e M. T. Zanola (org.), 2020, *Terminologia e mediação linguística: métodos, práticas e atividades*, Faro, UAlg editora.
- COTSOES - Conference of Translation Services of European States. (2017). *Recommandations relatives à la terminologie*. (FR). 3rd Ed. (versão EN).
- Diki-Kidiri, M., (ed.), 2008, *Le vocabulaire scientifique dans les langues africaines. Pour une approche culturelle de la terminologie*, Paris, Karthala.
- Drouin, P. et al. (eds.), 2017, *Multiple Perspectives on Terminological Variation*, Amsterdam, John Benjamins.
- Gonzalez, M. et al. (eds), 2018, *Terminología : a necesidad de colaboración*, Madrid, Vervuert.
- Krieger, M. G. e M. J. Finatto, 2004, *Introdução à terminologia*, São Paulo, Editorial Contexto.
- Kockaert, H. e F. Steurs, (eds.), 2015, *Handbook of Terminology*, Amsterdam, John Benjamins.
- L'Homme, M-C., 2004, *La terminologie : principes et techniques*, Montréal, Presses Universitaires de Montréal.
- Lázaro, J., 2022, *Forma y función del ejemplo en terminología*, Baja Califórnia, UABC.
- Müller, A., 2016, Competências e funções do terminólogo: um olhar para o contexto das empresas, in *Debate Terminológico*, 16, pp. 39-49.
- Myking, J., 2020, Term formation - Is there a state of the art?, *Terminologija*, 27, pp. 6-30.
- Remenche, M., 2010, Terminologia – reconstrução histórica dos principais paradigmas epistemológicos da ciência terminológica, in *TradTerm*, 16, pp. 343-364.
- Rey, A., 1979, *La Terminologie. Noms et notions*, Paris, PUF.
- Slodzian M., 2000, “ L'émergence d'une terminologie textuelle et le retour du sens”, in Béjoint, H. e P.Thoiron, (eds), *Le sens en terminologie*, Lyon, PUL, pp. 61-85.
- Termmerman, R., 2000, *Towards new ways of terminology description, The sociocognitive approach*, Amsterdam, John Benjamins.
- Zanola, M. T., M. Conceição e P. Guasco (a cura di), 2016, *Terminologie e politiche linguistiche*, Milão, Educatt.

É bem visível na definição desta UC e na apresentação da respetiva FUC que, além do incremento do conhecimento especializado na área das Ciências da

Linguagem, em geral, e da terminologia, em particular, se pretende contribuir para a formação de cidadãos dotados de capacidade de intervenção na sociedade, e na circulação comunicativa do conhecimento que lhe é estruturante. Quer isto dizer que a intencionalidade do desenho da UC tem também uma relação com políticas públicas e com contribuição para alcance dos ODS, a que atrás nos referimos.

3.5. Cronograma

Tabela 1 -Cronograma da UC

Semana	Tópico do programa	Número de horas de contacto e tipologia
1 e 2	Apresentação e leitura comentada da FUC O conceito de terminologia Terminologia, Ciências da Linguagem e interdisciplinaridade	6 S
3 e 4	Abordagens teóricas e metodológicas	6 S
4	Orientação de leituras e de métodos de trabalho	1 OT
5	Funções e implicações culturais, sociais, políticas e económicas	3 S
6	Terminologia: termos e discursos Unidades terminológicas	3 S
7	Definição terminológica	3 S
	Orientação de leituras e orientação do trabalho final	1 OT
8 e 9	Variação e equivalência terminológicas	6 S
10 e 11	Terminologia, mediação e comunicação Terminologia e terminografia	3 S
10	Orientação de leituras e orientação do trabalho final	1 OT
12	Terminologia e políticas linguísticas	3 S
	Orientação do trabalho final	1 OT
13	Terminologia e comunicação de ciência	3 S
	Síntese dos conteúdos tratados na UC	
	Orientação do trabalho final a entregar dentro de 3 semanas.	1 OT

Total 39 S 5 OT.

4. Desenvolvimento do programa

A ficha de unidade curricular é disponibilizada para conhecimento dos alunos antes do início do ano letivo no sistema de gestão académica da UAlg e na plataforma *moodle*. Ainda assim, a primeira parte do primeiro seminário, após a apresentação sumária dos presentes, é dedicada à leitura comentada deste documento e ao esclarecimento de hipotéticas dúvidas.

4.1. O conceito de terminologia

Dado o enquadramento acima referido, é necessário dar início à lecionação da unidade curricular com a definição do conceito de terminologia e com a respetiva delimitação epistemológica, no âmbito das Ciências da Linguagem e na sua essência interdisciplinar. É certo que existem outras possibilidades de estudo desta disciplina, nomeadamente no quadro das ciências documentais e das técnicas de indexação ou enquanto disciplina auxiliar na formação de professores de línguas, de tradutores, de redatores ou de revisores. Mais recente é a sua abordagem no âmbito dos recursos e métodos da inteligência artificial, na sequência de estudos da informatização de dados linguísticos e comunicativos, do processamento computacional, de perspetivas ontológicas não textuais baseadas, por exemplo, em redes neuronais. Estas perspetivas, ainda que referidas nos seminários, não serão detalhadas por transcenderem quase *in toto* as Ciências da Linguagem, área científica do curso em que insere a unidade curricular. Considerar a terminologia enquanto ciência da linguagem leva a fazer opções de carácter epistemológico que enquadram todas as reflexões na esfera do funcionamento discursivo e sociocomunicativo das línguas naturais.

4.1.1. Terminologia, Ciências da Linguagem e interdisciplinaridade

Define-se, neste quadro, terminologia como o estudo teórico-metodológico de unidades (essencialmente) lexicais com estatutos específicos que congregam dimensões cognitivas e linguísticas e que, usadas em discursos, verbalizam

conhecimentos de uma área do saber ou disciplina, de um domínio ou de uma esfera de atividade humana¹⁹. O domínio é uma ligação simbólica entre o conteúdo e a expressão de uma área do saber e, por ter sempre uma dimensão social, deve ser concebido como flexível. Inclui-se ainda neste conceito de terminologia a compilação dessas unidades em obras de natureza terminográfica ou lexicográfica, podendo incluir a descrição dos respetivos usos. A terminologia é, então:

1. o estudo dos termos (técnicos e científicos) e a forma como eles verbalizam esses conhecimentos em comunicação;
2. um conjunto de termos específicos de um domínio do saber ou de uma esfera de atividade;
3. a atividade de recolha, descrição e análise desses termos com fins diferenciados.

A terminologia deve delimitar e definir conceitos e elaborar as respetivas correspondências entre conceitos e denominações e deve fornecer modelos de representação de conhecimentos que possam assegurar a transferência correta de saberes. Dos comentários e de exemplos para cada uma das aceções de terminologia emana a reflexão sobre o conceito de terminografia.

Para que se possam especificar os quadros teóricos e de metodologias próprias da terminologia, na sequência da definição acima, deve ser referida a relação entre a terminologia e outras ciências da linguagem. Relação que é facilmente posta em evidência por se considerar que a unidade de estudo da terminologia (a unidade terminológica) é, em regra, uma unidade lexical, independentemente de outras particularidades que adiante se especificam.

No quadro das Ciências da Linguagem, a terminologia estabelece relações privilegiadas com a lexicologia e com as disciplinas que estudam o léxico (a lexicografia, a dicionarística, a lexicografia de especialidade, a lexicometria, a

¹⁹ Os termos domínio e esfera de atividade emanam de posicionamentos teóricos diferentes e são usados propositadamente para manter a referência à diversidade e a possíveis estruturações macro do conhecimento e da atividade humana. Os respetivos conceitos serão oportunamente explicados aos alunos.

lexicodidática, etc.). Esta relação será aprofundada na parte do programa relativa ao conceito de unidade terminológica.

O estudo da terminologia tem ainda relações com outras disciplinas. Devem, aqui, enfatizar-se as relações com as disciplinas de linguística que, em regra, fazem parte do currículo dos alunos, particularmente a morfologia, a semântica, a sintaxe, a pragmática, análise do discurso, a história da língua e, até, a retórica). Para além das disciplinas acima citadas são ainda focadas as relações com outras disciplinas enquadráveis nas Ciências da Linguagem, tais como a sociolinguística ou a psicolinguística.

É de enfatizar também a relação interdisciplinar com outros domínios do saber como a psicologia, a sociologia ou a informática e toda a área da digitalização, incluindo as humanidades digitais. Pois, como adiante se explicitará, as unidades terminológicas são caracterizadas por especificidades concetuais e pelo facto de serem utilizadas por determinados atores sociais em situações de comunicação socialmente marcadas/determinadas. No que se refere à informática, todo o trabalho terminológico é, hoje, desenvolvido com recurso à informática, quer no que diz respeito à conceção, gestão e reutilização de *corpora* textuais, quer no que se refere à conceção, atualização e utilização de bases de conhecimentos terminológicos. A reflexão metodológica que se desenvolve sobre a forma de utilizar os meios informáticos e digitais para o trabalho terminológico contribui também para a reflexão sobre os próprios dados terminológicos e sobre a terminologia enquanto disciplina. No contexto específico em que se desenvolve esta unidade curricular, em que há alunos que provêm da licenciatura em Línguas e Comunicação Intercultural, será estabelecida relação com as competências desenvolvidas e os conteúdos adquiridos na unidade curricular de Conceção e gestão de recursos linguísticos informatizados (UC do segundo semestre do segundo ano da licenciatura).

Sendo a terminologia o estudo dos termos de um determinado domínio do saber ou de uma esfera de atividade, antevê-se também a relação com a(s) disciplina(s) a que esse domínio se refere, pois a terminologia de um determinado

domínio condiciona ou orienta o estudo que acerca dela se pode fazer, uma vez que as necessidades terminológicas e comunicativas variam de domínio para domínio.

A interdisciplinaridade da terminologia caracteriza-se, portanto, por três aspetos:

- relação com outras disciplinas das Ciências da Linguagem;
- relação com disciplinas que ajudam a caracterizar o objeto de estudo (como a psicologia ou a sociologia) ou que contribuem para o desenvolvimento dos trabalhos (como a informática);
- relação com a disciplina cuja terminologia é estudada (exemplos podem ser a medicina, a matemática, etc.).

O carácter interdisciplinar das suas pesquisas deve-se, então, à ponte que estabelece com as outras áreas de investigação das Ciências da Linguagem e também com as áreas do saber que reestrutura com fins terminológicos. A terminologia é vista como “*puente entre varios mundos*”, como afirma Sager (1993: 11).

Sugere-se a leitura de Cabré (1993: 21-30 e 69-122), Rey (1995:7-22) e Temmerman (2000: 1-4).

4.1.2. Abordagens teóricas e metodológicas

A terminologia não é um saber recente, pois, além da necessidade *ab initio* de verbalização das atividades humanas e de todo o saber (no sentido terminológico), um dos objetivos da ciência e a sua inerente verbalização e comunicação é a tentativa permanente de classificação do mundo e do conhecimento. A categorização aristotélica dos seres vivos ou a taxonomia natural de Lineu são disso exemplos. A construção da terminologia como disciplina, enquanto área do saber com princípios e bases concetuais que regem o estudo dos termos, associada a uma prática agregadora do conjunto de métodos de trabalho relativo à coleta e ao tratamento dos termos de que podem resultar diferentes produtos (glossários, bases de dados, bases de conhecimentos, etc.) desenvolveu-se nestas últimas dezenas de

anos. A sua conceção epistemológica, dotada de enquadramento teórico metodológico só se afirmou efetivamente na segunda metade do século XX.

Cabré (1993: 83) defende três possibilidades de abordagens genéricas:

- a primeira de natureza linguística que incide sobre o estudo numa perspetiva essencialmente lexical;
- a segunda técnico-científica que reflete a organização concetual do especialista do domínio em estudo;
- a terceira em que se observam os dados na ótica do utilizador, concebendo unidades de comunicação.

Estas três abordagens genéricas e a reflexão subsequente sobre as mesmas servirão de mote de entrada para o estudo da dimensão diacrónica das teorias e metodologias da terminologia.

Começaremos pela designada TGT – teoria geral da terminologia, designação da dita abordagem clássica decorrente do trabalho de Eugen Wüster (vulgarmente apelidado de pai da terminologia) e pelas extensões póstumas propostas pelos seus seguidores. Seguir-se-ão a abordagem da socioterminologia, a teoria comunicativa e a abordagem sociocognitiva. Terminaremos a abordagem baseada em *frames* (moldes/modelos), a abordagem cultural e a abordagem textual. Ao longo do semestre serão referidos aspetos emergentes da investigação em terminologia na atualidade, reforçando os estudos diacrónicos, os ecoterminológicos e a relação de todos eles com a comunicação de/em ciência.

Seguindo a metodologia acima apresentada e respeitando a distribuição curricular das horas de contacto (tipologia seminário) e a necessidade de promoção do trabalho autónomo, serão dadas aos alunos indicações de leitura e fornecidas categorias de informação a pesquisar para que na aula seguinte se discutam as características de cada uma destas abordagens. O objetivo deste trabalho é promover a consulta bibliográfica, a extração de informação e a sua discussão em aula para aquisição de conhecimentos estruturadores do conhecimento terminológico. Cada aluno deverá recolher informação sobre duas abordagens, considerando as seguintes categorias:

- - conceção teórica da terminologia e implicações metodológicas;
- - especificidades interdisciplinares da terminologia;
- - funções da terminologia;
- - conceito de discurso técnico e científico;
- - conceito de unidade terminológica.

A sistematização da discussão em seminário deverá permitir fazer a síntese abaixo.

Eugen Wüster (no final da década de 30 do século XX) sistematizou o método terminológico e estabeleceu os princípios do trabalho terminográfico. Centrou-se a sua reflexão na necessidade de normalizar, padronizar e eliminar ambiguidades, estabelecendo a terminologia como disciplina com fins práticos e como ciência. A terminologia é entendida como a delimitação de conceitos especializados e das subsequentes unidades de designação desses conceitos. Trata-se claramente de uma perspetiva onomasiológica. Visa a univocidade e a monossemia no quadro de uma estruturação rígida do saber, pretende catalogar informação, tem vocação institucional e de normalização pela imposição. As suas especificidades interdisciplinares decorrem das relações estreitas com a documentação e a indexação, sendo que os discursos técnicos e científicos servem apenas para a identificação das etiquetas denominativas. Daqui decorre que termos sejam considerados apenas como etiquetas monossémicas de conceitos que se entendiam como universais e individualizáveis e que as suas definições tenham que ser em intensão. O estatuto dos termos é muito próximo do de descritor e a variação é inaceitável. O trabalho de Wüster, que culminou com o dicionário da máquina-ferramenta (1968), trabalho bilingue de termos normalizados (francês e inglês) elaborado com o apoio das Nações Unidas, ainda é considerado como modelo de dicionário técnico. Os seguidores deste autor, genericamente designados por escola de Viena e que enfatizaram a normalização internacional, incluindo a terminologia nas medidas de planificação linguística; admitem que os termos podem ter designações de natureza fraseológica, entre outros; incluem na representação concetual a possibilidade de estruturas não hierárquicas. Um exemplo destes

trabalhos é o manual de Felber publicado em 1984 e cujos excertos são indicados como leitura.

As leituras indicadas para esta atividade são: Felber (1984: 1-114), Cabré (1993: 93-121), Temmerman (2000: 1-38), Cabré (2003: 63-199) e Remenche (2010). Como leituras complementares, sugerem-se Felber e Budin (1989) e Wüster (1998).

Na sequência da chamada “Révolution tranquile”, ocorrida nos anos 60 do século passado no Canadá, que deu argumentos para o reforço a políticas linguísticas de defesa da língua francesa, pela francização das empresas assumida pelo *Office de la Langue Française*²⁰, salientando a relevância sociolinguística de todas as variantes terminológicas, surgem perspectivas que salientam o uso social dos termos; nasce a perspectiva socioterminológica. Devem aqui destacar-se os trabalhos de Jean Claude Boulanger. Em 1990, é defendida, em França, a primeira tese de doutoramento em terminologia que segue esta perspectiva. O autor é François Gaudin e o título é *Terminologie; des problèmes sémantiques aux pratiques institutionnelles* e viria a ser publicada em 1993 com o título *Pour une socioterminologie: problèmes sémantiques aux pratiques institutionnelles*. É assim difundida a abordagem socioterminológica, que usamos em Conceição (1994) para o estudo da terminologia da citricultura²¹.

A socioterminologia assume a existência da variação em terminologia (sinonímia, polissemia, etc.), que enfatiza, e identifica-a em função de diferentes contextos de uso e foca os aspetos sociais e contextuais da comunicação e do discurso especializado. Trata-se assim de uma observação da sociodifusão do conhecimento e das práticas reveladas por uma terminologia de aceitação e pela harmonização feita pelo uso. A interdisciplinaridade é assumida sobretudo com sociologia e com a sociolinguística e o discurso técnico e científico é visto como

²⁰ Delisle (2008) explica o nascimento desta perspectiva e insere-a na história da terminologia no Canadá.

²¹ Num trabalho mais aprofundado e que delimita com maior detalhe esta abordagem, Gaudin (2003:14) refere o contributo do nosso trabalho para a sua afirmação teórico-metodológica.

reflexo de um nível de conhecimentos no quadro da circulação social da informação. Nesta perspetiva, os termos são entendidos como unidades de conhecimento em contexto sociocultural e devem ser estudados no quadro das condições sociais e discursivas da sua existência. A socioterminologia não usa o conceito de domínio mas o de esfera de atividade, por não conceber a possibilidade de estanquicidade entre domínios mas realçar a interdisciplinaridade dos saberes e das práticas. O conceito não precede a denominação, mas é estruturado em discurso por variantes sociohistóricas.

As leituras indicadas são: Boulanger (1985), Gaudin (1993: 117-157) e Gaudin (2003: 11-20).

A teoria comunicativa da terminologia (TCT) salienta as componentes linguística, cognitiva e comunicativa dos termos que concebe como unidades de conhecimento especializado multidimensionais, ou seja, como unidades poliédricas. É por isso designada por teoria das portas por a sua proponente ter usado a metáfora das portas para explicar que se pode chegar à terminologia, entrando pela porta da linguística (denominação), pela porta da cognição (conceito) ou pela da comunicação (situação). Nesta perspetiva, é a poliedricidade dos termos que os distingue das unidades lexicais. Os termos são vistos como unidades designativas de conceitos em contexto comunicativo, sendo a terminologia variacionista e textualista, por isso de base linguística, e tem como funções a comunicação especializada a vários níveis e a harmonização (ao invés da normalização). É salientada a interdisciplinaridade com as teorias da comunicação e os discursos técnicos e científicos são concebidos como atos comunicativos.

Propõe-se como leitura aconselhável Cabré (1999: 60-150).

A abordagem sociocognitiva (Temmerman, 2000) realça a importância do estudo diacrónico das unidades de conhecimento especializado, enfatiza a organização concetual e estrutura categorias, baseando-se na linguística cognitiva. Nesta abordagem, enfatiza-se a terminologia como estudo de unidades de

designação de compreensão, “*units of understanding*” é o termo da autora, enquanto reflexo da atividade de cognição e a terminologia é concebida no âmbito da linguagem e das línguas enquanto compreensão do mundo. São atribuídas à terminologia as funções de categorização da informação e a harmonização e é realçada a interdisciplinaridade com as ciências cognitivas. O discurso técnico e científico é visto como verbalização da atividade de categorização humana e a progressão da compreensão depende de existência, por exemplo, de sinonímias e de polissemias.

Devem os alunos ler Temmerman (2000: 39-73 e 219-254).

As perspetivas teóricas e abordagens metodológicas do estudo e do trabalho terminológicos acima referidas são as que constroem a distinção epistemológica e o aparelho teórico estruturantes da disciplina. Por isso, se tratam com particular detalhe. É, no entanto, necessário referir abordagens mais recentes ainda que não se possam chamar abordagens teóricas específicas. Trata-se, sobretudo de enfatizar pontos de vista ou possibilidades de observação metódica dos dados terminológicos.

O primeiro exemplo são as contribuições de Faber *et al.* (2005) sobre a aplicação da teoria dos *frames* à terminologia. Partindo desta perspetiva essencialmente cognitiva (e enfatizando sobretudo a teoria comunicativa da terminologia e a abordagem sociocognitiva), Faber concebe que qualquer concetualização terminológica (feita a partir de textos) se estrutura com fins específicos. Trata-se de um modelo cognitivo (*frame*) e a terminologia visa o estudo do comportamento das unidades terminológicas nesses textos que se entendem como multidimensionais. Estes trabalhos foram desenvolvidos sobretudo num contexto de reflexão sobre a investigação em tradução e, por isso, a importância da comparabilidade dos *frames* em *corpora* multilingues de que se extraem informações de natureza sintático-semântica. Uma síntese desta perspetiva pode ser consultada em <http://lexicon.ugr.es/fbt>.

Outra perspetiva dos dados terminológicos é a designada terminologia cultural, cujo autor de referência é Diki-Kiridi (2008) que defende que a

categorização do conhecimento por via da terminologia é sempre uma expressão identitária e cultural por via de representações cognitivas e linguísticas. Para os alunos eventualmente interessados neste tópico, na senda da valorização cultural e social da atividade terminológica e linguística, sugerimos também a leitura de Zouogbo (2022).

A investigação em terminologia tem sido vista não como um fim em si mas como atividade de apoio a outras áreas como a tradução, a redação e a comunicação técnicas e científicas, o ensino de línguas para fins específicos, a política linguística, a comunicação de ciência, etc. Por se tratar de estruturar o saber na sua expressão comunicativa, identificaram-se duas perspetivas de trabalho terminológico (por vezes antagónicas), uma textual (terminologia textual) e outra ontológica (ontoterminologia).

A terminologia textual (Slodzian, 2000; Carneiro e Fromm, 2018), refutando em grande parte as concepções wüsterianas, estipula a necessidade de elaboração de *corpora* (monolingues ou multilingues) e da sua análise para extração de informação com interesse terminológico (identificação de candidatos a termos, e, posteriormente de termos candidatos, de relações entre eles, validação de termos e dos seus traços definitórios, etc.). Uma ontoterminologia é uma terminologia cujo sistema concetual é um ontologia formal (Roche, 2007). Esta perspetiva visa construir estruturas formais.

“Par la prise en compte de principes épistémologiques centrés sur la notion d’ontologie et de modèles computationnels respectant ces principes, l’ontoterminologie offre de nouvelles perspectives pour la construction de systèmes notionnels et leur représentation. Elle permet une construction du sens autour d’une sémantique référentielle et justifie l’intérêt de termes normés en regard des termes d’usage. En replaçant le concept et sa dénomination au centre de la terminologie, l’ontoterminologie redonne une place centrale à l’ingénieur dans son activité de conceptualisation. Enfin, elle propose des éléments de réponses aux enjeux de la société numérique et ouvre de nouveaux champs de recherche et d’applications.” (Roche : 2007 : 22)

Além das referências indicadas no texto, sugere-se aos alunos a leitura de Faber (2009).

Dado o enquadramento curricular desta UC, apenas aludiremos (sempre que se justifique) à ontoterminologia e daremos destaque particular à terminologia textual.

Ainda no âmbito deste ponto da unidade curricular, faremos referência aos estudos diacrónicos em terminologia, sobretudo promovidos no âmbito do Observatório de Terminologia e Política Linguística da Universidade Católica Sacro Cuore de Milão, relativos à construção dos vocabulários científicos (Grimaldi, 2017) e à evolução dos vocabulários das “*arts et métiers*”, do traje e da moda (Zanola, 2014 e 2018, por exemplo). Sobre esta temática será também sugerida a leitura de Zanola (2021).

Esta síntese das abordagens teórico-metodológicas da terminologia é consciente e necessariamente incompleta, pois como afirmou Rey (1992: 48):

“Risquer une synthèse des problèmes théoriques de la terminologie serait prétentieux. Il semble cependant que la réflexion doive articuler trois directions: les relations entre sujet et objet de connaissances (logique – philosophie du langage – épistémologie), les relations entre pratiques sociales (sociologie – économie – technologie – linguistique); enfin, les rapports entre langue, culture et connaissance.”

Para epítome deste ponto, realçar-se-ão ainda impactos na investigação em terminologia e na atividade dos terminólogos da construção da comunicação multilingue enquanto área de estudo, da digitalização das humanidades digitais e das recentes perspetivas em políticas linguísticas e em comunicação de ciência. Estes aspetos serão abordados em diferentes aulas ao longo do semestre.

4.1.3. Funções e implicações culturais, sociais, políticas e económicas

Para terminar o primeiro capítulo dos conteúdos do programa é feita uma reflexão conjunta das funções e das implicações culturais, sociais, políticas e económicas da terminologia e referida a descrição do perfil do terminólogo. Da sua relação com a linguística, e no seio das Ciências da Linguagem sobressai a função significativa por trabalhar com signos linguísticos (sobretudo) e unidades essencialmente lexicais (ainda que com estatuto particular que adiante se detalhará). Por estas unidades terem estatuto cognitivo relativo a conhecimentos de especialidade, assumem funções de representação alicerçadas numa dimensão filosófica e assumem ainda função denominativa por exprimirem o referido conhecimento em comunicação num espaço e num tempo que permite reivindicar também uma função histórica e patrimonial. Em Conceição (2001), defendemos que a terminologia tem funções de categorização, de verbalização, de representação, de referenciação, de regulação e de comunicação. A estas funções podem juntar-se outras com valor económico, que decorrem das exigências ao nível da informação e da documentação comercial que têm impacto de competitividade, dado inerente à qualidade da comunicação de especialidade, como referido no texto em COTCOES (2014). A relevância empresarial da terminologia é consequência da boa organização do trabalho terminológico como facilitador da cooperação e coesão interdisciplinar e das políticas linguísticas e comunicativas que gerem os serviços linguísticos e de todas as atividades de mediação.

Referidas as funções da terminologia e os respetivos impactos, foca-se por fim o perfil do terminólogo em contexto de trabalho. Claro que este perfil é genérico e que cada um tem que se adaptar ao contexto em que desenvolve a atividade: empresas (comunicação, indústrias,...), organismos governamentais, instituições internacionais, instituições de mediação comunicativas, etc. Para a análise do perfil do terminólogo será feita uma leitura comentada da informação disponível na página TermCoord (da Direção Geral de tradução e do Parlamento Europeu), em <https://termcoord.eu/why-terminology/31318-2/>, que começa por referir que se trata de um perfil multifacetado e será sugerida a leitura de Müller (2016).

Da explicitação destas funções e dos impactos da sua atividade, assim como da percepção do que se espera de um terminólogo, decorrem implicações de natureza política, económica e social dos trabalhos terminológicos. Encarar o trabalho terminológico como atividade de normalização (em determinados casos) ou de harmonização (muito mais frequente) é reconhecer a relevância do mesmo para regulação da transmissão de conhecimento (comunicação), para o conhecimento do sistema linguístico e para a conseqüente delimitação de políticas linguísticas no seio das empresas e das instituições ou, eventualmente, no seio de uma comunidade linguística mais alargada. A necessidade do estudo terminológico numa dada língua deve-se à tentativa de impedir a perda de domínio, ou seja, a incapacidade de verbalização com terminologias apropriadas e não exógenas dos saberes nessa língua. Como escreveu Linn (2010: 301),

“the blunt message then has to be, either we take domain loss seriously and require professionals to act, or we simply accept the inevitability of Language Shift”.

Neste ponto, tratamos ainda as questões da normalização terminológica e da impossibilidade, ou mesmo inutilidade da imposição de usos terminológicos. Prefere-se, por isso, o conceito de harmonização terminológica e são discutidos critérios linguísticos e sociais para essa harmonização (adequados aos domínios tratados e às respetivas necessidades comunicativas). É partindo da harmonização terminológica, que deve ser acompanhada do estudo das variações terminológicas, que se podem delinear aspetos das políticas linguísticas das instituições, das empresas ou dos estados.

Apesar de serem referidas em permanência, não se indicam aqui explicitamente as implicações linguísticas e culturais por as mesmas serem inerentes a qualquer trabalho sobre o sistema social que reflete uma cultura (no sentido mais amplo do termo) que é a língua.

As leituras propostas são Rey (1995: 49-62) e Conceição (2018a).

O primeiro capítulo do programa pretende fazer o enquadramento da disciplina, situando-a na área das Ciências da Linguagem e na relação

interdisciplinar, por essência, com os outros saberes e com os domínios e esferas de atividade que são o seu foco. Explicitou-se a evolução teórico-metodológica por forma a que os alunos obtenham diferentes possibilidades de observação e análise dos dados terminológicos e trabalharam-se as implicações da investigação e da prática terminológica.

4.2. Terminologia: termos e discursos

4.2.1. Unidades terminológicas

A conceção da terminologia no âmbito das Ciências da Linguagem implica que, independentemente de outras especificidades que possam ter, se assuma que as unidades terminológicas são, em primeira instância, unidades lexicais.

As unidades lexicais são signos linguísticos e, por isso, têm um significado e um significante. As unidades terminológicas (termos), para além do significado e do significante, correspondem a um conceito identificável num sistema concetual. Por outras palavras, os termos remetem para um conceito, ou seja, um conhecimento, um juízo de opinião, uma representação intelectual, num domínio do saber ou numa esfera de atividade. Se no caso das unidades lexicais se pode conceber o significado no plano da língua, no caso das unidades terminológicas o mesmo só é claramente identificável no plano do discurso, pois depende do contexto (linguístico e extralinguístico) em que a unidade ocorre. Uma e outras, e particularmente as segundas, podem ser observadas segundo quatro dimensões como explicitou Lino (1987: 29), a saber:

“- le «niveau référentiel»: ce niveau correspond au monde réel ou imaginaire .

- le «niveau conceptuel» celui de la saisie mentale : l'individu retient un certain nombre d'éléments qu'il perçoit. La représentation se construit à partir du référentiel : elle est conditionnée par les habitudes sociales et culturelles de l'individu et par les circonstances de la communication. La représentation est encore tributaire des besoins créatifs individuels.

- le « *niveau de la langue* » : *niveau de la compétence linguistique dans l'ensemble.*
- le « *niveau du texte produit* » : *le texte est un résultat d'inter-relations entre plusieurs systèmes : linguistique, cognitif, contextuel, situationnel et intentionnel.*”

As unidades terminológicas têm, portanto, um nível linguístico e um nível cognitivo, não nos ateremos, por ora, às questões do referente e da referencialidade. Apesar de nem sempre parecer óbvia a distinção entre o conceito e significado, é importante enfatizar o facto de serem entidades de natureza diferente. O primeiro faz parte do nível cognitivo e o segundo faz parte da língua. Deve-se à distinção entre os dois o facto de ser possível fazer referência a um conceito, atualizando apenas parte do significado que lhe corresponde; aquela que é pertinente num dado contexto e que pode ser entendida pelo interlocutor. Insistiremos na distinção entre conceito e significado para que fiquem bem claros os dois níveis, cognitivo e linguístico dos termos. Sintetizaremos a distinção entre os dois com as seguintes definições:

- Conceito: *“unit of knowledge created by a unique combination of characteristics” (ISO 1087: 2019 en)²², em que “characteristic” significa “abstraction of a property” (idem);*
- Significado: *“Relação entre a estrutura linguística e o mundo (real e/ou possível). (...) De acordo com o representacionalismo psicológico, os significados são sobretudo representações mentais. No realismo semântico o significado é analisado como uma relação directa entre as expressões linguísticas e partes do mundo exterior. Esta última perspectiva tem recentemente sido influenciada por uma abordagem mais dinâmica do significado, dependente do contexto e aproximando-se de uma visão pragmática que apela à relação falante/ouvinte, ao seu conhecimento do*

²²Disponível em <https://www.iso.org/obp/ui/#iso:std:iso:1087:ed-2:v1:en:sec:3.5.1> (acedido a 21 de maio de 2023).

mundo, etc. Para Saussure, o significado é uma das faces do signo, correspondente ao conceito.”(Xavier e Mateus, 1992)²³

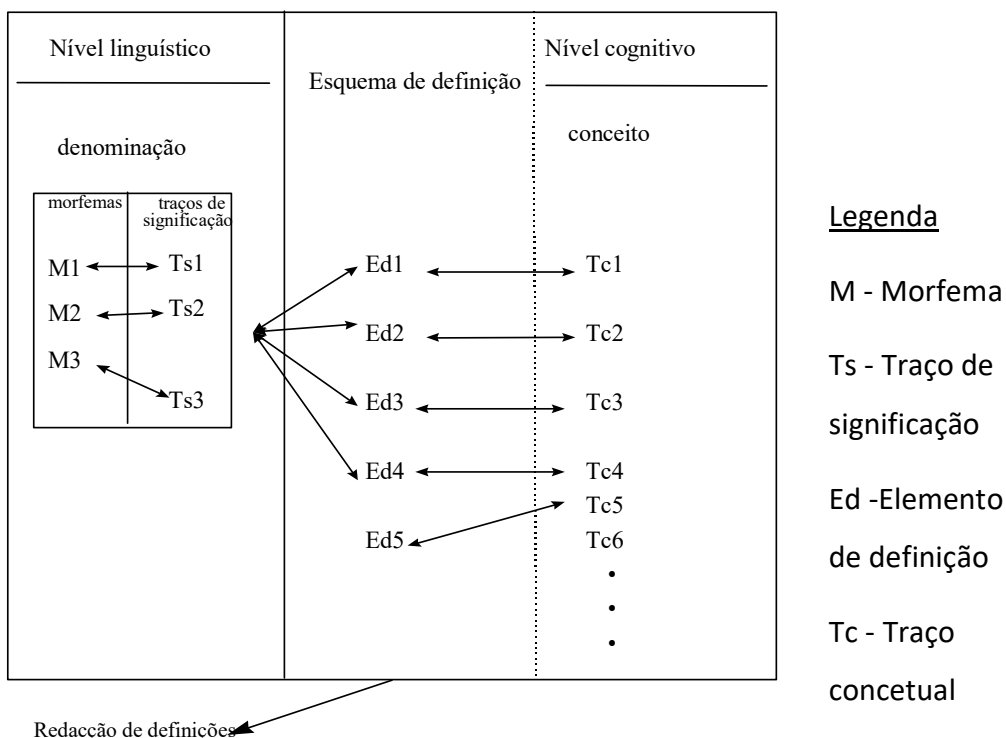
Esta segunda definição, pouco clara na distinção por confundir significado e representações mentais, por remeter o significado para as representações mentais e por remeter a construção do significado para o processo referencial (ou talvez para o referente!) tem interesse sobretudo por realçar a sua natureza dinâmica e contextual. Apresentamo-la para poder discutir o seu conteúdo e incentivar os alunos a problematizar as fontes que usam no sentido de desenvolver capacidades de análise e de juízo crítico. Como afirma Benoist (2010: 101), “*conceptualiser c’est (...) rendre disponible pour le jugement*”. Reteremos que o significado é a expressão conjunta de traços sémiicos passíveis de serem expressos por um significante.

Estes dois níveis podem ser explicados com recurso ao seguinte esquema, apresentado em Conceição (2001):

²³ Esta citação foi retirada do *Dicionário de termos linguísticos*, coordenado por Maria Francisca Xavier e Maria Helena Mateus e publicado em 2 volumes pelas edições Cosmos (1990 e 1992, respetivamente). Usamos a versão disponível em linha no Portal da Língua Portuguesa.

<http://www.portaldalinguaportuguesa.org/?action=terminology&act=view&id=2443>
(acedido a 21 de maio de 2023).

TERMO



Legenda

M - Morfema

Ts - Traço de significação

Ed -Elemento de definição

Tc - Traço concetual

Esquema 1 - Termo

O esquema de definição e a questão da redacção de definições aqui referidos serão utilizados para a explicitação dos conteúdos que tratam a formação das unidades terminológicas, a semântica terminológica e as definições terminológicas.

Se é verdade que as relações entre os diferentes elementos constitutivos das unidades terminológicas são apresentadas como biunívocas, este aspeto carece de reflexão cuidada, pois nem sempre a biunivocidade se verifica, o que decorre de mecanismos inferenciais. Saliente-se, ainda, que este esquema não dá conta do facto de as unidades terminológicas terem também uma natureza sociocultural.

Para além de serem unidades lexicais, unidades de cognição e unidades de significação, as unidades terminológicas são também unidades de referência, unidades de denominação, unidades de representação e unidades de conhecimento. Em suma, trata-se, na terminologia de Temmerman (2000), de *units of understanding*. Por ser possível encará-las sob diversos pontos de vista, consoante

os interesses do seu estudo, podemos considerá-las como unidades multidimensionais ou, usando a terminologia de Cabré (1999), unidades poliédricas. Os termos são estudados à luz das concepções mais recentes da teoria da terminologia, nomeadamente analisando a sua função comunicativa, e das perspetivas socioterminológicas e sociocognitivas. Pretende-se, também, contribuir para a descrição dos neologismos técnicos e científicos e para a descrição do léxico e dos vocabulários (unidades lexicais e unidades terminológicas) nas línguas estudadas.

Após a clarificação do que se entende por unidades terminológicas e dado que são concebidas como unidades lexicais, as suas especificidades morfológicas e semânticas devem ser estudadas, não esquecendo a referência às suas construções sintáticas, questão incontornável na análise de *corpora* com fins terminológicos. Em muitos casos, para além das unidades terminológicas específicas e dos significados atribuídos às unidades lexicais na especialidade, o que caracteriza de forma mais inequívoca os discursos de uma especialidade é também a sua sintaxe. Podem ser dados exemplos de estudos de colocações, a análise das estruturas com verbos como *dever* e *obrigar* na terminologia do direito, ou ainda o estudo das estruturas passivas dos discursos de farmacoterapia.

No estudo da formação das unidades terminológicas, que, por serem (na sua grande maioria) unidades do léxico, se constroem com recurso aos processos de derivação e de composição das restantes unidades lexicais, referem-se particularmente os casos em que estes processos são usados de forma diferenciada em relação à língua corrente. O estudo detalhado da formação das unidades terminológicas reveste-se de particular interesse, não por ser uma mera formalização, mas por permitir:

a) discutir aspetos relacionados com a lematização das unidades terminológicas, para posterior introdução como entradas nos glossários terminológicos ou nas bases de conhecimentos terminológicos;

b) contribuir para a análise semântica dos termos;

c) facilitar a identificação de novos processos de formação de palavras, alguns dos quais se virão a aplicar às unidades lexicais não terminológicas.

Para além dos processos derivacionais (com particular relevância para aqueles oriundos das línguas clássicas (cf Brown, 1956), em que se sublinha o facto de ocorrerem formantes que não o são na língua corrente, e dos processos composicionais, são ainda tratados os epónimos, os processos de acronímia, de criação de siglas e formação de termos a partir de acrónimos e de siglas, os processos de formação braquigráfica e a inserção de elementos alfanuméricos na formação de termos. No âmbito da composição, salienta-se sobretudo a relevância da composição por justaposição por ser o processo mais produtivo em grande parte dos domínios. Este é também um dos aspetos em que a fronteira entre morfologia e sintaxe é mais ténue, pois nem sempre é clara a distinção entre unidade terminológica composta (ou complexa, ou multilexemática), colocação, fraseologia, por exemplo. Serão ainda referidos processos de simplificação de fraseologias e de sintagmas terminológicos.

Em síntese esta abordagem feita aos termos reconhece o seu estatuto de unidades lexicais particulares (exceto casos referidos), até porque partimos de textos e de *corpora* textuais, e salienta, a sua dimensão cognitiva com funções documentais estruturantes e organizativas dos saberes e com existências sociocomunicativas.

As leituras propostas acerca deste ponto do programa são: Cabré (1993: 169-220), Rey (1995: 23-38), Conceição (1998a), Depecker (2002: 29-108), L’Homme (2004: 52-82) e Myking (2020).

4.2.2. Definição terminológica

Para o estudo da significação das unidades terminológicas (acentuando a dimensão cognitiva), depois de uma breve síntese de questões de semântica geral e de semântica lexical em particular, pretende-se discutir o conceito de significação e estabelecer relações de significação entre unidades terminológicas, à semelhança das denominadas relações lexicais entre as unidades lexicais. Por se trabalhar sempre a partir de *corpora*, no âmbito da terminologia textual (que especifica e

adapta questões tratadas pela linguística textual), é ainda necessário utilizar conceitos da semântica frásica ou semântica do enunciado. No estudo da semântica terminológica, é feita uma relação breve entre esta parte da disciplina e a filosofia da linguagem, nomeadamente discutindo a (in)capacidade da linguagem e das línguas para representar o pensamento. Sugerem-se, neste ponto, aos alunos interessados o aprofundamento destas questões pela leitura das opiniões, por exemplo, de: Rorty (1982), que concebe a linguagem como instrumento adaptável a contextos naturais e sociais para alcançar o que o autor chama pragmatismo; Davidson (1996) no que respeita à teoria do significado e a sua relação com a verdade, condicionada pela interpretação; não esquecendo a famosa hipótese de Sapir e Whorf (de inspiração humboldtiana) que deu forma ao relativismo linguístico, preconizando que a língua determina pensamento. A relação entre língua e pensamento pode ser vista numa dimensão ontológica que pressupõe a existência do mundo independentemente da mente, numa dimensão epistémica que se interesse pelo que pode ser conhecido, ou eventualmente numa outra de cariz semântico na ótica da relação entre a realidade e a linguagem, as línguas. No quadro desta unidade curricular creio que as duas últimas devem ser referidas, por permitirem ajudar a elaborar o quadro teórico da mesma.

Em caso de manifestação de interesse específico, aconselhar-se-á a leitura de Dongo-Montoya (2021), que apresenta uma leitura relevante da relação entre pensamento e linguagem em autores como Vygotsky, Wallon, Chomsky e Piaget, pondo em debate a perspetiva destes autores. Referir-se-á ainda que estudo da semântica terminológica tem implicações no desenvolvimento da inteligência artificial e da semântica *Web*, por contribuir para a delimitação de significações e por facilitar o estabelecimento de relações entre a parte linguística e a parte cognitiva das unidades terminológicas por meios de, maior ou menor, formalização necessários ao processamento computacional.

Dadas as especificidades das unidades terminológicas e dado a sua componente cognitiva inerente, o estudo da semântica terminológica tem que incluir aspetos da semântica cognitiva. Serão dadas as seguintes hipóteses de leitura relativas a aspetos específicos:

- os aspetos semânticos da memória de Le Ny (1978);
- os *frames* de C. Fillmore (1982); a gramática cognitiva de Langacker (1986);
- a semântica interpretativa de Rastier (2009);
- as influências do pensamento visual das representações espaciais de Lakoff (2012);
- o modelo-protótipo de categorização de Geeraerts (2017a e 2017b).

Serão referidas as teorias do estereótipo e do protótipo. A primeira tem maior ligação com a filosofia da linguagem. É, por exemplo, referida por Wittgenstein (1953) sob a designação de semelhança de família e é, mais tarde, trabalhada por Putnam (1975). A semântica do estereótipo está ligada a convenções sociais e à noção de vago. O estereótipo tem um carácter intensional e remete para questões de lexicultura (ou com interesse para a lexiculturologia) e, neste caso, no estudo da semântica das unidades terminológicas remete para uma área da terminologia a que se pode chamar etnoterminologia ou terminologia cultural. A semântica do protótipo é uma tendência apresentada como sendo mais recente, desenvolvida no seio da psicologia e da psicolinguística, no início da década de setenta do século XX, ainda que seja um seguimento dos processos de categorização aristotélicos. O conceito de protótipo foi proposto por Rosch (1978), e mais tarde muito trabalhado, entre outros, por Kleiber (1990), Martin (1992), ou por Soares da Silva (2002) por exemplo. Kleiber (1990) distingue claramente duas versões da teoria do protótipo: a versão *standard* e a versão alargada. Esta distinção, ainda que com maior interesse no âmbito da lexicografia ou da análise metalexigráfica, será usada neste seminário em articulação com a propostas de Michalski (1993). O protótipo está ligado à noção de extensão e à noção de exemplo (Lázaro, 2022) e, em termos gerais, não se afasta muito das teorias semânticas sobre a composicionalidade da significação e das condições necessárias e suficientes para conceção de categorias. O termo “condições necessárias e suficientes” é, hoje, pouco usado, sendo frequentemente substituído por traços típicos ou traços característicos do conceito, ou seja, aqueles que com maior certeza são partilhados pelos exemplares de uma categoria de que o conceito é a expressão.

Feito este enquadramento teórico, será a cada passo, feita a transposição, *mutatis mutandis*, para a reflexão sobre a atividade de análise e elaboração de definições terminológicas.

Para a distinção entre traços típicos e outros traços caracterizadores de um determinado conceito, usamos a distinção proposta por Michalski (1993) entre “*basic concept representation*” (BCR) e “*inferential concept representation*”, (ICR). Tal permite fixar conceitos como estruturas de conhecimento por via da BCR e admitir que tenham várias construções significativas, eventualmente várias denominações numa mesma língua, por via, sobretudo da ICR. Permite ainda o estabelecimento justificado de equivalências mais perenes entre denominações em línguas diferentes.

“Une condition pour que nos concepts puissent continuer à être appelés « concepts » est assurément qu’ils conservent, dans leur zone de pertinence respective, un pouvoir discriminant. Dans cette zone, chaque concept opère un partage entre ce qui le satisfait et ce qui ne le satisfait pas.”(Benoist, 2010 : 173)

Os traços concetuais, típicos ou não, básicos ou inferenciais, têm depois traços de significação, semas, que lhes correspondem e podem eventualmente ser verbalizados sob a forma de morfemas, como se mostrou no esquema apresentado em 3.2.1. para caracterização das unidades terminológicas. O estudo em detalhe dos tópicos acima referidos no âmbito da semântica terminológica é de grande pertinência, dado o interesse de que se revestem não só para análise e elaboração de definições terminológicas mas também para a análise e conceção de macroestruturas e de microestruturas de produtos terminográficos.

Após a explicitação destes conceitos, é, então, possível trabalhar as relações de significação, que exprimem, por exemplo relações concetuais de subordinação e coordenação, de parte-todo, todo-parte, etc., entre as unidades terminológicas. Estas relações serão exemplificadas em domínios específicos.

Para análise da significação das unidades terminológicas, estabelecem-se relações²⁴ entre significações e entre traços de significação, pelo que se estudam: a sinonímia e antonímia, a polissemia e a homonímia, a hiperonímia, a hiponímia e a co-hiponímia, holonímia e a meronímia. O estudo destas relações é entendido e apresentado como indispensável para a estruturação concetual dos domínios ou esferas de atividade cuja terminologia é estudada, pois é destas relações de significação que se podem depreender concetologias e organizar ontologias.

No decorrer da caracterização das unidades terminológicas, após o estudo das suas especificidades, dos processos de formação e da semântica terminológica e depois de analisados os processos de criação neológica, é possível estudar a definição terminológica. Trata-se de um processo de explicação da designação e até de escolha da denominação que visa referenciar conceitos no interior de sistemas, através da delimitação e da descrição, que estabelece relação entre *definiendum* e *definiens* de forma a que o *definiendum* possa ser usado em situação de comunicação e que deriva da capacidade autorreflexiva dos falantes. A imprescindibilidade do estudo desta questão deve-se ao facto de todo o trabalho terminológico (ou quase) ser feito em função da fixação do conhecimento, e da sua partilha por via comunicativa, tão precisa quanto possível.

Para melhor especificar o que se entende por definição terminológica, inserida no âmbito da semântica vericondicional por visar explicitar a verdade num modelo e não a verdade no universo (Martin, 1983) e que tem uma função cognitiva, por situar o conceito no sistema, tratam-se outros tipos de definição:

a definição lexicográfica (definição cultural, estereotipada, relativamente estável e, por vezes, metalinguística);

a definição enciclopédica (mais próxima da descrição, apresenta traços pertinentes de um conceito mas também uma súpula de conhecimentos sobre o que é definido);

²⁴ Para uma visão completa das relações lexicais, sugere-se o trabalho que Mato (1999) apresenta para a língua galega.

c) a definição textual (conjunto de elementos textuais que fixam a significação de um termo num discurso).

Destes tipos de definição são dados exemplos retirados de obras lexicográficas e terminográficas. Para as definições textuais são dados exemplos retirados dos *corpora* elaborados em trabalhos terminológicos de projetos terminados ou em curso.

São explicitados os conceitos de definição em compreensão e de definição em extensão e estudada a relação de equivalência por meio de paráfrase que se estabelece entre a denominação e a definição. No quadro do estudo da definição terminológica, são também equacionadas questões como a (im)possibilidade de delimitação da significação, a fidelidade da significação verbalizada pela definição aos traços concetuais para os quais remete, as relações entre definição, descrição e explicação.

Neste ponto do programa é retomado o esquema apresentado anteriormente para caracterização das unidades terminológicas e é, aqui, explicitado o esquema definicional como preparação para a redação das definições. Retoma-se também o que acima foi afirmado acerca da semântica do estereótipo e do protótipo, lembrando os conceitos de composicionalidade e de vericondicionalidade em semântica.

Depois de delimitada a abordagem teórica da definição (em alguns casos por adaptação de aspetos da semântica lexical e da semântica lexicográfica) pode, então, trabalhar-se especificamente a redação de definições terminológicas, chamando a atenção para o tipo de frase, o vocabulário e os termos que se introduzem no discurso de definição, as relações com outros termos que a definição põe em evidência, os processos de remissão e a circularidade (in)desejável.

Um exercício de aplicação frequente consiste em pedir aos mestrados que, considerando, por exemplo, a unidade lexical <água> façam uma análise contrastiva das suas definições lexicográfica e enciclopédica e das definições terminológicas dos termos água em biologia e em química. A correção comentada deste exercício permite fazer uma sinopse das questões relativas à definição terminológica que, de

forma muito sintética podemos definir como *“representation of concept by an expression that describes it and differentiates it from related concepts”*²⁵

Acerca destes conteúdos, além de algumas das referências citadas no texto, aconselha-se a leitura de: Otman (1996: 11-124), Temmerman (2000: 219- 238), Rey (2000: 1-14), Depecker (2002: 68-97), Gaudin (2003: 149-172), L’Homme (2004: 83-118) e Martins (2015).

4.2.3. Variação e equivalência terminológicas

Como já referido, encara-se o estudo das terminologias enquanto representações discursivas de conhecimentos específicos de determinados domínios do saber e/ou esferas de atividade. Simultaneamente, analisam-se os dados terminológicos numa perspetiva de comunicação especializada, uma vez que as diferentes verbalizações, que caracterizam esta tipologia discursiva (dita de especialidade), são também processos de formalização, de transferência e de aquisição desses mesmos conhecimentos.

As unidades terminológicas ocorrem em situações de comunicação em que o emissor e o recetor (ou, pelo menos, o emissor) detêm conhecimentos sobre um domínio de especialização do saber ou sobre uma esfera de atividade. Esta comunicação é, por isso, designada comunicação especializada. Trata-se de conhecimentos mais ou menos especializados que obrigam ao domínio de estruturas cognitivas, linguísticas e retóricas particulares, além de também poderem requerer conhecimentos e competências de natureza profissional.

Considera-se comunicação especializada a interação comunicativa entre interlocutores especialistas no âmbito de um domínio ou entre um especialista e um não especialista. Tal como evidenciado em Noronha e Conceição (2019), a nossa conceção de especialista não é a que a literatura tradicional sobre terminologia refere, a do especialista letrado, universitário, académico. Entendemos por

²⁵ Retirado a 3 de junho de 2023 de <https://www.iso.org/obp/ui/#iso:std:iso:1087:ed-2:v1:en:term:3.3>

especialista, de forma mais genérica, a pessoa que tem conhecimento vasto e aprofundado num domínio ou numa esfera de atividade. Nas suas respetivas áreas, tão especialista é um catedrático como um mariscador analfabeto.

O tipo de comunicação aqui em causa (como quase todos os outros) também se caracteriza em função do contexto em que ocorre, o suporte em que é veiculada e a situação em que os intervenientes especialistas, ou não, desenvolvem a sua atividade. A ênfase relativamente ao suporte é muito pertinente na presente unidade curricular, dado que o trabalho a desenvolver pelos alunos parte de *corpora* constituídos segundo critérios de desejada homogeneidade, que devem ser justificados.

Distinguem-se, então, casos de comunicação especializada, que correspondem a tipos de verbalização de conhecimentos e dos quais se retiram diferentes tipos de dados com interesse para a análise terminológica. Podem citar-se os seguintes casos de tipos de comunicação especializada:

- comunicação entre especialistas;
- comunicação entre especialistas e interessados em especialização;
- comunicação entre especialistas e não especialistas;
- outros, como é o caso dos diversos casos de comunicação entre jornalistas científicos e diferentes tipos de público.

Para todos os casos são apresentados aos alunos exemplos concretos e é a partir da caracterização dos mesmos que os alunos são levados à sistematização de todas as características da comunicação dita especializada. O trabalho sobre exemplos concretos de comunicação nos domínios de especialidade ou esferas de atividade deixa logo antever a necessidade de uma caracterização tipológica dos discursos produzidos.

Depois de enfatizar o aspeto sistemático do conceito de língua em relação ao aspeto contextual do conceito de discurso, expõe-se o caso dos usos específicos da língua nas situações de comunicação especializada nos diferentes domínios, a que tradicionalmente se tem chamado língua de especialidade. Apesar de haver

unanimidade no conceito que corresponde ao conjunto dos recursos e das estruturas linguísticas (morfológicas, semânticas, sintáticas, lexicais, pragmáticas e discursivas), a denominação atrás referida tem sido alvo de várias discordâncias. Este conceito tem inúmeras denominações, sendo as mais frequentes: língua para fins específicos (termo criado partir do inglês *language for specific purposes*), língua da especialidade, língua em especialidade, língua especializada e língua de especialidade. Prefiro o termo discursos de especialidade para designar o subconjunto de estruturas de uma determinada língua natural, cujos elementos são usados preferencial ou exclusivamente no âmbito da comunicação num domínio ou esfera de atividade específicos. Realce-se o facto de haver uma continuidade entre este(s) subconjunto(s) de elementos da língua natural e os restantes elementos do sistema. Sem considerar esta continuidade não se poderia conceber a existência de unidades lexicais não terminológicas na comunicação especializada, nem poderia haver a reformulação interdiscursiva (seja banalização ou vulgarização).

Estes discursos também se distinguem pelas suas particularidades retóricas, próprias dos respetivos domínios ou esferas de atividade e também próprias de cada língua. Os recursos retóricos de um discurso sobre interação medicamentosa são distintos dos que se usam num discurso sobre história da arte; se compararmos este aspeto em discursos sobre o mesmo domínio em duas línguas diferentes também observaremos o mesmo. Mostrei-o no estudo sobre reformulações feito na tese de doutoramento defendida em 2001 e na publicação subsequente em 2005.

O estudo da língua no quadro de uma especialidade corresponde à caracterização das relações sintagmáticas e paradigmáticas preferenciais entre os termos que denominam os saberes de um domínio ou de uma esfera de atividade e as restantes unidades lexicais (não terminológicas) que ocorrem nos discursos produzidos no âmbito de situações de comunicação especializada.

O uso das línguas nas diferentes especialidades distingue-se dos usos correntes da língua por critérios tais como:

- os critérios sociolinguísticos: diferenças de carácter diastrático e diatópico que permitem equacionar os diferentes tipos de grupos socioprofissionais que os utilizam;

- os critérios psicolinguísticos: diferenças de carácter diafásico que permitem equacionar as vontades e necessidades individuais de comunicação no interior dos grupos socioprofissionais;

- os critérios lexicais: tipo, natureza e número das unidades lexicais e/ou terminológicas utilizadas;

- os critérios discursivos: tipologia discursiva inerente às condições de produção e aos objetivos pragmáticos da emissão e receção das mensagens;

- os critérios informativos: dependentes da quantidade e da natureza da informação transmitida no ato de comunicação.

São também traços gerais dos discursos em especialidade:

- a tendência e / ou necessidade de definição dos conceitos, normalizando/harmonizando casos de homonímia e polissemia, tentando evitar sinónimos e variações diatópicas e, por exemplo, assimilando elementos braquigráficos;

- a construção de sistemas semióticos, sistemáticos e coerentes que visam a universalidade.

Considerando os conteúdos atrás sintetizados, ou seja, as particularidades da comunicação especializada e as especificidades da língua usada nas diferentes situações de comunicação especializada, introduz-se, então, o estudo dos discursos técnicos e científicos. Prefere-se o termo discurso ao termo texto por se enfatizar particularmente a análise de processos de comunicação. Para um estudo aprofundado das questões relativas aos conceitos de texto e de discurso, sugerir-se-á a leitura de Coutinho (2023).

É, aqui, apresentada, comentada e exemplificada uma proposta de caracterização tipológica destes discursos, distinguindo discursos especializados, discursos de semivulgarização, discursos de vulgarização, discursos oficiais, discursos

pedagógicos e discursos pragmáticos (como as teses). Discutem-se depois os elementos de definição do parâmetro especializado apresentados por Cabré (1999), a saber:

- opacidade cognitiva,
- precisão concetual,
- densidade cognitiva,
- sistematicidade morfológica,
- sistematicidade lexical,
- informativa,
- símbolos abstratos,
- símbolos icónicos.
- variação denominativa.

Do resultado do trabalho de comentário e de exemplificação destes elementos sobressaem as diferenças entre trabalhos terminológicos feitos a partir de diferentes tipos de discursos especializados e salienta-se a necessidade de relembrar a reflexão sobre o conceito de unidade terminológica, enquanto unidade constitutiva e característica destes discursos.

Da descrição acima, relativa a possibilidade de diferenciação discursiva num domínio ou numa esfera de atividade, lembrando que nos situamos no quadro da terminologia textual, isto é, nos estudos terminológicos feitos a partir *corpora*, decorre a possibilidade de variação terminológica. Como atrás se viu nem todas as abordagens teórico-metodológicas da terminologia conceberam a possibilidade de existência de variação.

A variação linguística é, por um lado, a expressão da criatividade dos falantes pelos usos diferenciados de recursos expressivos e, por outro, o testemunho da plasticidade e da flexibilidade das línguas que se adaptam a espaços, tempos, intenções e necessidades. No quadro da terminologia, como já referido, nem todas as abordagens admitiram a sua existência, essencialmente por parecer ser contraditória com as supostas monossemias, mononímias, monorreferenciações que

pretendem as abordagens normalizadoras. A variação terminológica justifica-se porque

“Il y a autant d’«occurrences» pour un concept que d’occasions de penser à une certaine chose – tant que nos pensées, vis-à-vis de cette chose, conservent le style de ce même concept”. (Benoist, 2010 : 103)

Certo é que a variação tem limites que se constroem quando é impeditiva da adequada comunicação. Se há domínios e momentos comunicativos em que a variação é inadmissível, como é o caso de uma comunicação no bloco cirúrgico entre o cirurgião principal e o enfermeiro instrumentista, na maioria das interações comunicativas em especialidade (no sentido explicitado) podem ocorrer variações denominativas ou até mesmo conceituais. Em função de exemplos de domínios do conhecimento diferenciados e em função da tipificação dos discursos que atestam especificidades de interação comunicativa condicionadas por aspetos também acima referidos, pretende-se estabelecer uma panorâmica das possibilidades de variação em terminologia. Esta panorâmica será muito relevante não só para a análise e a descrição terminológicas, mas também para o estudo seguinte do programa que abordará questões de mediação na ótica da terminografia, das políticas de língua e da comunicação de ciência.

Relembrando que assumimos acima que as unidades terminológicas são, regra geral, unidades lexicais com estatuto específico que advém da dimensão cognitiva, o estudo da variação na presente unidade curricular supõe uma conceção de léxico que corresponde ao afirmado por (Assunção e Araújo, 2017: 68), um *“domínio de interface, módulo interativo e paralelo situado entre as estruturas conceptuais e as linguísticas”*. Supõe ainda a valorização da dinâmica do conhecimento, do dinamismo das significações e das respetivas existências discursivas, associadas a uma abordagem da terminologia que reconhece o seu valor cultural.

A variação resulta da multidimensionalidade conceitual, uma vez que os conceitos podem ser categorizados em função de perceções, funções, locais, matérias, formas, etc. A sua inclusão em discurso, resultado de escolhas e decisões do autor, é aquilo a que em Conceição (2001) chamamos teatralização do significado

por via de uma certa encenação constitutiva do ato comunicativo. Assim sendo, as variações serão vistas de forma também dinâmica em função dos domínios, dos contextos e dos discursos em que ocorrem e tal terá que ser necessariamente consequente com os fins do trabalho terminológico ou terminográfico.

Distinguiremos assim, primeiro, variação denominativa e variação concetual. Se a primeira é de mais fácil explicação e análise detalhada, a variação concetual é de maior complexidade por, eventualmente, *in extremis*, problematizar a própria identidade do conceito. A distinção entre as duas é feita de forma clara por Pelletier (2012) que considera que a variação denominativa ocorre quando duas ou mais denominações remetem para o mesmo conceito e para o mesmo referente, e a variação concetual ocorre quando a um mesmo referente e um mesmo conceito correspondem duas ou mais representações. O exemplo da autora não é perfeitamente elucidativo, mas usá-lo-emos para melhor explicação. Numa determinada esfera de atividade, <lixo> tem uma aceção de elemento poluidor, mas numa outra pode assumir a aceção de matéria prima com valor comercial. Digo que não é elucidativo porque creio que a autora confunde os planos linguísticos (semânticos) e cognitivos. No presente exemplo, não parece haver dúvida de que se nos situamos em duas esferas de atividade diferentes, estamos perante dois conceitos e não apenas um. Não é, pois, um exemplo de variante concetual, mas apenas, em semântica lexical, um caso de polissemia. Reformularemos, dizendo que a um mesmo conceito correspondem duas ou mais atualizações discursivas que, apesar de tudo, remetem para a mesma BCR (como acima explicado).

A variação concetual é o resultado de diferentes concetualizações e depende de fatores externos que levam a que um conceito possa ser apreendido de acordo com diferentes perspetivas. Trata-se de considerar diferentes representações do mesmo conceito que podem ocorrer, por exemplo, por diferenciação de nível de conhecimentos no domínio ou de conhecimentos terminológicos, linguísticos e comunicativos. Um sistema linguístico, tal como uma comunidade discursiva, no sentido de Swales (1990), depende de concetualizações específicas, associadas à(s) respetiva(s) cultura(s), que se manifestam mediante recursos denominativos próprios (exceto no caso dos estrangeirismos). Assim, diremos que variação

conceitual não decorre de mudança do conceito, mas de mudança da sua percepção. Perante o conceito de <dor>, um médico e um paciente ativam traços conceituais diferentes, não havendo alteração ao nível da BCR, ocorrem questões inferenciais (ver modelo de Michalski acima) que, não sendo impeditivas de comunicação entre ambos, criam espaços de negociação de significado. A variação conceitual pode, pois, revelar variantes diastráticas, diatópicas, diafásicas, sem que haja alteração denominativa. Aparentemente impossível será a variante conceitual diacrónica, pois a evolução do conhecimento é, por essência, uma alteração de conceitos. Mudando o conceito, muda o termo e deixa de haver variação conceitual, no sentido que temos vindo a expor. Os casos em que mudou o conceito, mas se manteve a denominação não podem ser aqui considerados, pois não são variantes. Em suma, a variação conceitual é o resultado de diferentes percepções. Esta questão é muito pertinente para o estudo de terminologias multilingues (incluindo terminologias de línguas pluricêntricas). A ela voltaremos adiante na parte relativa à equivalência terminológica.

A variação denominativa é o processo que se refere à possibilidade de ocorrências de diferentes denominações para o mesmo conceito. Pode ser simplesmente uma questão de grafia, o uso de uma sigla ou de um acrónimo em lugar da expressão verbalizada por extenso. Estas variantes podem ser meramente discursivas e não necessariamente sistémicas e podem decorrer de questões diastráticas, diafásicas, diatópicas e diacrónicas. Para efeitos do estudo da terminologia neste seminário, dada a valorização dos aspetos comunicativos e culturais (de natureza contextual), é particularmente relevante levar os alunos a observar em discurso variantes denominativas resultantes de: níveis de conhecimento, discursos de níveis altamente especializados, discursos de natureza didática e discursos de vulgarização, por exemplo; questões geoletais (português europeu -PE e português do Brasil - PB, por exemplo). Para enquadramento e consolidação da questão das variantes entre PE e PB, sugerir-se-á a leitura de Soares da Silva (2018), em que

“a hipótese da divergência entre PE e PB ao longo dos últimos 70 anos é sociocognitiva e sociolectometricamente confirmada através

de perfis onomasiológicos de termos e construções alternativos” (p. 844).

Reparar-se-á também aqui que não nos referimos detalhadamente à variação denominativa diacrónica, uma vez que raros serão os casos de alteração temporal de uma denominação, sem que tenha havido alteração do conceito. Mantemos que o estudo da variação se refere a alterações de percepção de um mesmo conceito ou a alterações de denominação deste conceito. Sempre que a alteração ocorre ao nível do conceito, ao nível da BCR não se fala de variação, mas de mudança. Esforço-me por deixar claro perante os estudantes que a terminologia diacrónica constitui uma possível e muito relevante área de investigação na medida que se assume como contributo inestimável para o estudo da evolução do conhecimento e para o nosso património. Disso são testemunho, por exemplo, os trabalhos de Grimaldi e de Zanola, a que já aludimos acima.

Interessante será levar os alunos a sistematizar a tipologia das relações entre as variantes. Há variantes que concorrem entre elas (casos de sinonímia discursiva), ou apenas coocorrem (variantes gráficas e variantes geoletais, por exemplo), sendo que também há algumas que são claramente competitivas (o melhor exemplo são os estrangeirismos). A identificação da variação pode também ser de grande utilidade para a redação de definições e para o estudo de processos reformulativos, sendo que os próprios conetores de reformulação podem também ser instanciadores de variação.

A variação terminológica comprova diferentes categorizações da realidade que ajuda a descrever concetualizações e a atestar usos. O seu estudo contribui para que se tenham em conta as mudanças concetuais e denominativas, realçando a importância de se considerar no processo investigativo a situação de comunicação. Quer isto dizer que, por via do estudo da variação em terminologia, se evidenciam as funções da terminologia acima referidas, a saber: função de categorização, função de verbalização, função de representação, função de referenciação, função de comunicação e função de regulação. Esta última merece especial atenção, dado que por via do estudo das relações entre variantes se praticam técnicas de harmonização e de manutenção do que poderíamos chamar uma certa homeostasia que permite

que se estabeleça a comunicação. Não restam dúvidas de que qualquer que seja a tipologia da variação e a sua atualização em discurso são sempre de antever consequências cognitivas em relação ao acesso e à interpretação do conhecimento do domínio ou da esfera de atividade.

Um dos casos geradores de variação terminológica pode ser a neologia, ou seja, a ocorrência de denominação até então não atestada. A neologia em terminologia é, por vezes, também chamada neonímia, ainda que a neonímia seja apenas um tipo de neologia terminológica, aquela em que se cria uma nova denominação. Será pedido aos alunos que, no seu tempo de trabalho autónomo, pesquisem sobre tipos de neologismos em neologia lexical para que se adapte essa informação à terminologia, por forma a realçar a evolução das denominações, que corresponde à evolução dos conhecimentos e contribui para evolução do sistema linguístico. Como afirmam Grimaldi *et al* (2022:7):

“La creazione linguistica e comunicativa si manifesta così all’interno del divenire temático e disciplinare, e si irradia in testi e discorsi anche grazie all’ampia gamma di attività terminologiche, in stretto rapporto con la traduzione, la linguistica del testo, l’analisi del discorso, la São comunicazione specialistica interlinguística e interculturale”.

São tratados exemplos de criação neológica de forma (criação *ex nihilo*) e de sentido e faz-se especial referência aos empréstimos interlinguísticos e aos empréstimos intralinguísticos.

No primeiro caso, merece destaque o estudo dos estrangeirismos, que têm frequências elevadas em alguns domínios. Estes estrangeirismos podem ser importados sem alteração da sua forma ou com adaptações ao sistema fonomorfossintático da língua em que entram. Humbley (2022) apresenta o alcance intercultural de paradigmas de constituição de terminologias dominadas pela língua inglesa. Este texto será, pois, indicado para leitura.

No segundo caso, estão os termos cuja significação adquire novos semas e unidades lexicais que adquirem o estatuto de unidade terminológica (terminologização). Refira-se que o processo de terminologização é um aspeto a considerar em estudos terminológicos, muitas vezes na sequência de processo

metafóricos ou de extensão de significado. No quadro da relação entre terminologia e comunicação em sociedade (não necessariamente comunicação de ciência), relevante é também o estudo dos processos de determinologização. A circulação livre, ou quase, dos conhecimentos, a sua exposição nos meios de comunicação social e nas redes sociais provocaram um aumento exponencial de casos em que denominações terminológicas até então de uso restrito de comunidades discursivas de especialistas, por exemplo, passaram a ser de uso corrente. Inúmeros casos dos domínios da infeciologia, da virologia e da saúde pública inundaram o nosso quotidiano no período pandémico.

Os casos em que termos e/ou formantes adquirem novas significações e passam a corresponder a novos conceitos, ao serem usados em domínios diferentes, chamados de casos de transferência de vocabulário, são também fenómenos de neologia terminológica, embora não o sejam no plano da língua.

O estudo da neologia terminológica contribui para o estudo das terminologias, por este ser o fenómeno que mais bem documenta a evolução dos saberes e as diferentes conceções desses mesmos saberes. Contente e Lino (2017) afirmaram que a neologia terminológica, resultado da variação terminológica, revela alguma instabilidade concetual. Assumimos o valor eufórico desta instabilidade.

Feito o estudo da variação e observadas as possibilidades de neologia nos discursos com relevância para o trabalho terminológico, essencialmente a partir de fontes monolíngues, observaremos depois a recolha de dados terminológicos de fontes multilíngues. Na análise de discursos em várias línguas (*corpora* multilíngues), que é num dos fins a que se destina o trabalho terminológico, a mediação, ou mais especificamente a tradução, a relação a destacar entre termos é a equivalência. Usamos este termo na aceção de relação entre termos designando o mesmo conceito em línguas diferentes. Também o poderíamos usar para termos designando o mesmo conceito em variantes de línguas como o PE e o PB mas incluímos esse conceito de equivalência interlinguística na variação geoletal.

Para o estudo da equivalência interlinguística, doravante apenas equivalência, lembrando o que acima se disse sobre a relação entre concetualização e sistema linguístico, dever-nos-emos ater a uma visão pragmática de ter que dizer o

conhecimento em línguas diferentes, ainda que, usando o título de U. Eco (2003²⁶), se trata de “*dizer quase a mesma coisa*”. O estudo da equivalência em terminologia resulta de um procedimento de análise onomasiológica interlinguística dos termos.

Os casos de equivalência total ou perfeita são, por exemplo, os das designações de objetos, máquinas ou partes delas. São frequentemente unidades simples ou com poucos constituintes lexemáticos, e são facilmente mobilizáveis em *corpora* paralelos ou alinhados por serem passíveis de etiquetagem semi(automática) facilitada e sobre os mesmos não há muito que dissertar. Que mais dizer de avion (fr.), plane (en.) e avião (pt.) a não ser que são termos equivalentes totais do domínio dos transportes aéreos.

São os casos de equivalência parcial que muito ocupam a investigação nesta área. Podem acontecer os seguintes casos:

- - o conceito numa língua não corresponde completamente ao conceito numa outra língua: ex. conceito de <bem> em terminologia jurídica em português europeu e em tétum;
- - a denominação numa língua remete apenas para parte do conceito numa outra: ex. a denominação arguido em português europeu corresponde apenas a parte do conceito designado por suspect em inglês.

Escolhemos propositadamente exemplos de terminologia jurídica por ser, provavelmente, um dos domínios em que as equivalências são mais trabalhosas quer para terminólogos, quer para tradutores; essas dificuldades são apresentadas por exemplo no trabalho Chiovcchetti e Stanizzi (2022) sobre culturas jurídicas em confronto. Aliás, a situação é semelhante em todos os domínios e esferas de atividade com maior ancoragem histórica e sociocultural. Em outros tipos de domínios ocorrem desafios diferenciados no estabelecimento de equivalências. Sobre esta questão será sugerido que se observem atentamente os exemplos

²⁶ *Dizer quase a mesma coisa – sobre a tradução* é o título desta obra publicada em Portugal, em 2005, pela Difel. O título original da obra publicada em 2003 pela editora Bompassi é *Dire quasi la stessa cosa – Esperienze di traduzione*.

apresentados por L'Homme (2004: 201-226) a propósito da extração de dados terminológicos em *corpora* bilingues.

Acerca das temáticas abordadas neste subcapítulo, além dos trabalhos referidos nos textos, são sugeridas aos alunos as seguintes leituras: Alves (2010 e 2017), Lino *et al.* (2010), Contente e Lino (2017), Cabré (2018), Fernandes-Silva (2018), Zanola (2018), Lino (2019) e Cardoso *et al.* (2020).

Neste capítulo segundo do programa foi estudada a especificidade das unidades terminológicas no âmbito da sua existência discursiva, e tratou-se da questão da definição terminológica antes de analisar as relações entre denominações consideradas variantes e as possibilidades de percepção diferenciada de um mesmo conceito. Nesta sequência, evidenciaram-se as questões de neologia terminológica e abordou-se a problemática da equivalência em terminologia. Ficaram os alunos dotados da informação suficiente para grande parte da investigação em terminologia que se pede que entreguem no final do semestre. Será deixada uma parte do último dos seminários previstos no cronograma para estes tópicos para a sistematização das indicações e o acompanhamento será feito nas horas de orientação tutorial e nas horas de atendimento semanal que disponibilizo (atendimento que, cada vez mais, e a pedido dos alunos é feito via zoom). Uso o termo sistematização porque ao longo das exposições e discussões dos conteúdos vou sempre apresentando exemplos de trabalho e de etapas da sua consecução.

4.3. Terminologia, mediação e comunicação

Na sequência das opções epistemológicas que enquadram esta unidade curricular, após reflexão e atividade sobre terminologia e terminografia, dedicamos os últimos seminários à ênfase dos resultados da investigação na área quer para a definição, implementação e monitorização de políticas linguísticas, quer para a comunicação de ciência. A seu tempo definiremos cada um destes dois conceitos. Está em curso a construção de percursos de investigação em terminologia e, neste

capítulo, serão tratadas, sob a ótica da mediação, questões de reflexão e de metodologia de trabalho terminológico e de produção terminográfica, em primeiro lugar, e, depois, o equacionamento do lugar destas atividades no âmbito das políticas linguísticas e a sua imprescindibilidade na circulação dos saberes, ou seja, genericamente, na comunicação de ciência.

A circulação dos saberes, das práticas e das vivências no nosso mundo, caracterizado por infindáveis mobilidades, determina a necessidade de mediação linguística e comunicativa para as quais a terminologia é condição central. Tal como expusemos em Noronha e Conceição (2020: 61):

“a mediação pode ser definida como um processo complexo de construção e/ou desconstrução que, pela verbalização, transforma conceitos em unidades linguísticas/discursivas ou que, pela adaptação de verbalização existente, torna essas unidades acessíveis a públicos diferenciados e contextualmente regulados (na mesma língua ou em línguas diferentes).”

Entendemos o conceito de mediação na sua aceção ampla e multidimensional, não condicionada por limitações teóricas ou epistemológicas, seja:

- a) visando a justiça e a verdade da ética (numa visão aristotélica²⁷);
- b) vista como ato de interação (no sentido mais próximo de Vygostky, 1978);
- c) no sentido de Gagnepain (1994) em que os signos linguísticos se organizam em comunicação para ligar conceitos e/ou realidades extralinguísticas e as respectivas verbalizações;
- d) no seguimento da proposta do Quadro Europeu Comum de Referência para as Línguas (QECR:2001, 36), em que se diz:

“as actividades escritas e/ou orais de mediação tornam a comunicação possível entre pessoas que não podem, por qualquer razão, comunicar directamente. A tradução ou a interpretação, a paráfrase, o resumo, a recensão, fornecem a terceiros uma (re)formulação do texto de origem ao qual estes não têm acesso directo. As actividades linguísticas de mediação, ao (re)processarem

²⁷ Referimo-nos essencialmente ao exposto na *Ética a Nicómaco*.

um texto já existente, ocupam um lugar importante no funcionamento linguístico normal das nossas sociedades.”

Como afirma Richards (2015: 4), a mediação, no enquadramento desta unidade curricular, visa impedir a dissonância terminológica. A mesma autora, realçando que esta dissonância produz casos de incomunicação, ainda que inclua casos de incomunicação devida a hostilidades ou ignorância total, afirma que

“The terminology mediation space is defined via a comprehensive overview of the following: the background of terminologies and ontologies; the sister space of terminology management; terminology mediation concepts listed under other areas of study; an overview of relevant tools; linguistic factors that contribute to the need for terminology mediation; benefits of terminology mediation in singular and multidisciplinary work; relevance to Information Technology”.
(Richards, 2015: 35).

A negociação, enquanto atividade centrada nos discursos, ou seja, estrutura polifónica em que se usam termos em comunicação, subentende capacidade de negociação. Quer isto dizer na atividade de mediação, os termos, além de remeterem para conhecimentos, também são escolhidos e usados com fins pragmáticos, em função da comunicação efetiva.

A mediação promove a circulação e a fixação de saberes que se atestam na comunicação dita especializada (independentemente do nível de especialização) e em atividades profissionais tais como a tradução, a interpretação, a mediação cultural, a revisão e edição textuais, o ensino e a formação, a localização, a legendagem, a comunicação entre utilizadores (especialização e/ou vulgarização). O resultado destas atividades é a promoção da inclusão, criando condições de equidade entre utilizadores. Retomamos nesta perspetiva o que acima se referiu com a abordagem ecolinguística em que o terminólogo, sendo também mediador, contribui para a partilha e se inscreve nas necessidades de socialização do conhecimento na sua temporalidade, e na temporalidade do conhecimento científico visto, no sentido de Kuhn, como produto histórico²⁸, e ajuda a criar

²⁸ Mladenovic (2003), ao editar textos inacabados de Thomas Kuhn, enfatiza esta dimensão do conhecimento científico, ainda que seja tratado como produto histórico no quadro de

confiança no processo de comunicação e no conteúdo das mensagens. Como defende Zanola (2023:13),

“la lingua usata per la comunicazione scientifico-professionale deve essere appropriata dal punto di vista lessico-grammaticale e deve adattarsi allo scopo comunicativo, al tipo de publico e al contesto. Infine, la comunicazione scientifico-professionale al giorno d’oggi non può esimeri da strumenti quali i media audio e visivi. (...) Comunicare bene è un garanzia per trasnmettere la conoiscenza, ma implica la complessa interazione tra una buona pratica della lingua (...) e la conoscenza delle technici e dei principi che ne governano l’uso nella prassi professionale consolidata.”

A relevância da terminologia para a mediação e, claro, para a comunicação, será analisada de seguida no âmbito da abordagem do trabalho de descrição terminológica e terminográfica. Dada a evolução incessante da ciência, das técnicas, dos saberes, quer a fixação do conhecimento feita pela terminologia, quer a sua comunicação, por mediação, também estão em mutação. Aplica-se à mediação terminológica o que Aboudrar e Mairesse concluíram relativamente à mediação cultural:

“Le moment de médiation (...) est une rencontre, un nœud coulant, une figure de kaléidoscope, un instant formé dans les reconfigurations permanentes de la culture et de la société. La médiation culturelle est à recommencer”. (Aboudrar e Mairesse, 2022 : 121)

4.3.1. Terminologia e terminografia

Na sequência dos conteúdos abordados nos capítulos anteriores, trataremos, agora, o trabalho terminográfico, salientando que quaisquer descrições terminográficas resultam sempre de posicionamentos teóricos metodológicos e da análise das necessidades terminológicas. A descrição apresentada e discutida com os alunos transcende a tradicional distinção *in vitro* (ou de gabinete, planificada)/ *in vivo* (social, usada em comunicação), estabelecida por Cabré (1999) e transcende

uma pluralidade de mundos que sustenta a teoria evolucionista do desenvolvimento científico.

ainda a distinção onomasiologia/semasiologia, mas *reger-se-á*, numa visão *bottom-up*, pelas especificidades dos domínios trabalhados e pelas necessidades de mediação e de comunicação identificadas nos respetivos tempos e espaços.

O termo terminografia denomina o conjunto dos procedimentos que conduzem à preparação e à disponibilização de produtos e recursos, tais como glossários e bases de conhecimentos terminológicos. O termo não é, no entanto muito usado, pois usa-se uma aceção específica do termo terminologia para designar este conceito. Este termo é ainda, por vezes, tido, incorretamente, como sinónimo de lexicografia de especialidade. Por me parecer mais claro para os alunos desta unidade curricular e por uma necessidade de rentabilização do tempo disponível para a lecionação da mesma, não proponho uma reflexão muito demorada sobre as distinções entre terminografia e lexicografia de especialidade, nem me demoro na discussão da pertinência, ou não, do uso do termo terminografia. Este termo é usado no programa para marcar a distinção entre a reflexão sobre a ciência terminológica e prática de análise com fins descritivos de terminologias. Uso o termo trabalho terminográfico na aceção que apresenta a ISO²⁹, a saber “*terminology work aimed at creating and maintaining terminological data collections*”. O trabalho terminográfico tem, então, como finalidade prática cumprir a função de mediação comunicativa ao disponibilizar os resultados da sua atividade sob a forma de produtos terminológicos, recursos linguísticos precisos e fiáveis que possam ser utilizados por vários profissionais (especialistas, formadores, tradutores e outros profissionais das indústrias da língua) ou pelo público em geral. É assim, necessário apreender e representar o dinamismo inerente aos discursos de especialidade.

Neste ponto do programa, em seminário é feito simultaneamente fornecimento de linhas de pesquisa e de orientação para o trabalho que se espera que os alunos façam para avaliação. Será, por isso, dado relevo à questão da estruturação do domínio escolhido e será aconselhada a pesquisa sobre árvores de domínio, mapas conceituais e representações hierárquicas do conhecimento, dando

²⁹ <https://www.iso.org/obp/ui/en/#iso:std:iso:12616:-1:ed-1:v1:en> (acedido a 23 de junho de 2023).

como exemplo Barité e Rauch (2017). As indicações incluirão depois o cuidado com os critérios para elaboração de um *corpus* multilingue (ou três subcorpora monolinguês), para a extração de candidatos a termos, análise de dados com interesse terminológico (concordâncias, contextos etc.). Além do que devem retirar dos seminários em que estas questões foram tratadas, incentivam-se os alunos a pesquisar manuais de terminologia, que não terão dificuldade em encontrar na biblioteca da UAlg, nas bases de dados bibliográficos disponíveis em linha ou nos portais e sítios *web* de instituições com atividade terminológica.

São propostas aos alunos a observação e análise de diferentes tipos de produtos de trabalhos terminológicos / terminográficos e é feita a sua caracterização em função do suporte em que são apresentados, dos fins com que foram feitos e do conteúdo da informação que apresentam (nomeadamente pela análise das entradas, do tipo e dos conteúdos das definições que incluem). A primeira distinção é a que é feita entre glossários e dicionários especializados e enciclopédias para se realçar a natureza da informação que aí foi inserida (informações concetuais, linguísticas e informações de natureza enciclopédica). Distinguem-se, depois, glossários e dicionários técnicos e científicos em suporte papel e em suporte informatizado (glossários informatizados ou bases de conhecimentos terminológicos, por exemplo). É ainda feita a caracterização de trabalhos monolinguês, bilinguês e plurilinguês e especificadas as implicações linguísticas e terminológicas de cada um destes tipos. Salienta-se, também, a relevância dos glossários inseridos nos livros de especialidade, pois, ainda que não sejam necessariamente organizados segundo os critérios das obras terminográficas, são repositórios de informação muito pertinente para todo o trabalho terminológico e para acesso aos conhecimentos do domínio ou da esfera de atividade.

Na caracterização dos produtos terminográficos, em que são consideradas, obviamente, as suas macro e microestruturas, dá-se importância à presença/ausência de cada um dos elementos que possam facilitar o acesso ao conhecimento pelos utilizadores em função dos quais o trabalho é feito. Para além da análise da sua organização alfabética ou analógica, o que permite relembrar os

conceitos de semasiologia e de onomasiologia e fazer uma breve referência à onomasiologia cognitiva, por, como afirmou Soares da Silva (2005: 134), ser

“decisiva para o estudo da função cognitiva básica da linguagem – a categorização –, já que responde a uma das duas partes deste processo – o acto de selecção de uma categoria para exprimir determinada ideia.”

Analisa-se ainda, por exemplo, a presença/ausência de contextos, de informação sobre construção sintática dos termos, a multimodalidade expressa por imagens, os esquemas, as ligações para filmes etc. Pelo exposto, depreende-se que este ponto do programa usa conceitos e métodos de análise oriundos da lexicografia, da dicionarística e da metalexicografia, pelo que contribuirá também para que os alunos retirem ilações para a análise dos dicionários de língua corrente.

O trabalho final a desenvolver pelos alunos é a conceção de uma pequena base de conhecimentos terminológicos, em que devem revelar o conhecimento dos conteúdos do programa e conhecimentos sobre metodologia do trabalho terminológico. O trabalho que é pedido é de natureza sistemática. Para tal, são neste ponto explicadas as fases do trabalho terminológico, enfatizando a terminologia sistemática, mas sem esquecer o que caracteriza o trabalho terminológico pontual. O que se pretende fornecer é um guião em que todas as etapas e todas as opções sejam justificadas em função do que se pretende fazer, da abordagem que é feita aos dados terminológicos e da reflexão que se desenvolve sobre os mesmos com fins de descrição terminográfica.

Começa-se pela escolha do domínio ou esfera de atividade cuja terminologia se estuda. A identificação clara de um domínio pressupõe opções de carácter epistemológico. Trata-se a questão da (im)possibilidade de isolar domínios do saber e questionam-se os modelos de estruturação interna dos domínios. Apesar das críticas que têm sido apresentadas à estruturação em árvore de domínio (cuja formalização é necessariamente redutora), críticas que são apresentadas aos alunos, este processo ainda parece ser aquele que, com maior clareza, mostra a dificuldade em discernir claramente subdomínios.

Escolhido o domínio e analisadas as necessidades comunicativas pelos falantes que nele desenvolvem a sua atividade, deve discutir-se o tipo de trabalho que se pretende desenvolver, o suporte em que será apresentado e a caracterização dos recetores pretendidos. Haverá preocupações diferentes se se pretender fazer uma terminologia para especialistas, para iniciados ou um trabalho para o público em geral, distinguindo-se aqui os níveis de especialização desde o altamente especializado ao nível da vulgarização.

Qualquer que seja o tipo de trabalho pretendido, como já anteriormente foi dito, o trabalho faz-se sempre com recurso a discursos mais ou menos especializados de determinados domínios ou esferas de atividade, ou seja, no quadro da terminologia textual. É, portanto, necessário recorrer a *corpora* existentes ou construir um *corpus* textual. Por se pretender veicular conhecimentos procedimentais e metodológicos privilegia-se a segunda possibilidade e é tratada em pormenor a questão da seleção de materiais e de fontes de informação para a criação de *corpora*. Chama-se a atenção para as dificuldades que pode pôr o trabalho a partir de um *corpus* constituído por discursos retirados da Internet quanto à homogeneidade. Obviamente o *corpus* a criar decorre das escolhas anteriormente feitas, sobretudo da estruturação concetual do domínio e da escolha do nível de especialização. Salienta-se que será necessário um *corpus* multilingue. Trata-se, então, detalhadamente o conceito de *corpus* textual e a sua informatização para posterior extração de informação terminológica. Feita referência a aspetos gerais da linguística de *corpora*, o conceito de *corpus* é apresentado como conjunto de textos/discursos escritos ou orais, que servem de base à descrição linguística e terminológica e cuja compilação não foi arbitrária.

A não arbitrariedade da constituição do *corpus* implica que sejam estudados os critérios linguísticos que estão na base dos elementos que o vão constituir. Salienta-se que um *corpus*, ainda que seja uma amostra, deve ser sempre um conjunto em aberto, cujos constituintes devem respeitar os critérios gerais de homogeneidade, de sincronia ou de diacronia e de representatividade. Entre outros critérios específicos que se podem relacionar com o tipo de discurso, a temática, o nível de especialização do conteúdo, não se pode omitir a caracterização editológica (como o

que se sabe do autor, o suporte, o tipo de circulação do texto) de cada um dos elementos a incluir no *corpus*.

Distinguem-se os tipos de *corpus*, caracterizando e exemplificando o que se entende por *corpus* de análise, *corpus* de referência, *corpus* alinhado, *corpus* paralelo, *corpus* etiquetado e *corpus* anotado. Para explicar a diferença entre um conjunto de textos e uma base de dados textual, é necessário explicitar os problemas de informatização e de tratamento informático dos *corpora*, focando, entre outras, a questão da necessidade de harmonização dos formatos de intercâmbio de dados. São ainda mostrados exemplos de *corpora* que temos vindo a constituir de domínios como a terapia medicamentosa, a farmacologia clínica, a psicanálise, a arquitetura, a oceanografia, a biologia (*corpus* de vulgarização), o genoma humano ou o melhoramento genético de plantas.

Em simultâneo com a exemplificação com *corpora* existentes, são apresentados exemplos de tratamento dos *corpora* e exemplos de usos de ferramentas de extração de informação terminológica dos *corpora*, ferramentas que serão usadas pelos alunos para os seus trabalhos no âmbito da disciplina. Na Faculdade usamos, mediante pagamento de licença apropriada, o Sketch Engine³⁰, mas é possível também usar outros programas de acesso aberto³¹.

Constituído o *corpus* e considerando o que acima foi dito sobre as especificidades cognitivas e linguísticas das unidades terminológicas, são discutidos os problemas da identificação, da delimitação e da extração dos candidatos a termos. A identificação de candidatos a unidades terminológicas é um trabalho demorado que pode ser facilitado pela ajuda da consulta de dicionários da especialidade, pelos conhecimentos que o terminólogo vai adquirindo sobre o domínio e pela consulta dos especialistas. Só é possível identificar candidatos a termos (que podem ser sintagmas terminológicos, colocações, fraseologias ou termos propriamente ditos) se se puder identificar conceitos do domínio e se for possível identificar os traços concetuais que os compõem. Da identificação dos

³⁰ <https://www.sketchengine.eu/>.

³¹ Exemplos ANTCONC (<https://antconc.en.lo4d.com>), CONCAPP (<https://concapp.software.informer.com/>), TACT (<https://tact.interact-labs.com/>).

traços conceituais é possível passar para a identificação dos traços de significação e para os processos de verbalização desses semas que decorrem das estruturas do sistema linguístico, em geral, e das suas atualizações na especialidade, em particular.

Ainda que não se conheça um sistema fiável e completo de identificação e extração de termos dos *corpora*, é trabalhada a identificação de termos a partir da análise de sequências discursivas em que a presença de um conector de reformulação revela, na maior parte dos casos, a presença de uma denominação de um conceito ou seja de um candidato a termo. Segue-se a metodologia desenvolvida em Conceição (2001) para a identificação de indícios e de conectores de reformulação e para o uso destes marcadores discursivos para a extração de candidatos a termos ou de termos e para o acesso a informação discursiva acerca dos termos, dos conceitos e da construção e da representação discursivas dos conhecimentos de especialidade.

A etapa seguinte consiste em decidir quais os candidatos a termos que merecem o estatuto de unidade terminológica e quais os critérios de lematização; o que só pode ser feito pela análise individual da informação cognitiva, da informação semântica que esses segmentos discursivos ou denominações verbalizam e do seu posicionamento no seio da concetologia a que o domínio a que pertencem se refere.

Composto o *corpus* e vistas as possibilidades de extração de informação (termos, contextos, concordâncias, coocorrências, processos de reformulação, etc.), deve ser concebida a estrutura da base de conhecimentos em que se registam os dados extraídos do *corpus*. Esta base, que pode conter diferentes tipos de informação, começa por ser um conjunto de fichas terminológicas.

A definição dos campos a introduzir na ficha terminológica depende do tipo de trabalho terminológico que se elabora. São apresentados exemplos de fichas de diversas bases de dados e de conhecimentos terminológicos, das mais simples às mais complexas, que incluem campos para informação de natureza ontológica. Não se pretendendo construir ontologias, nem tal é fiável com o método aqui preconizado, privilegia-se um modelo de ficha em que se possam estabelecer hiperligações entre termos com relações conceituais e de significação, em que se possam estabelecer processos de remissão entre o termo e os contextos extraídos

do *corpus* e remissões entre as ocorrências dos termos no texto de uma definição e a ficha terminológica correspondente.

A ficha a criar pelos alunos, além do número de ficha, da data e do autor, deve incluir, pelo menos, campos para: o termo, a categoria gramatical, as variantes (para cada variante deve ser elaborada uma ficha), a definição, um ou mais contextos exemplificativos, os termos associados, os equivalentes em duas línguas estrangeiras ou em uma língua estrangeira e numa outra variante da língua portuguesa e as notas. Pode ainda incluir, por exemplo, se se justificar, campos para a transcrição fonética, para o subdomínio, para imagens, esquemas ou outras representações icónicas. A presença de cada um dos campos da ficha deve ser justificada.

Preenchidas as fichas terminológicas em suporte informatizado, devem ser analisadas as possibilidades de exploração das relações entre o conteúdo das mesmas por via de relações hipertextuais. Fica, assim, concebido um produto terminológico sob a forma de base de conhecimentos terminológicos relacional, o que pode ser um primeiro passo para a construção de ontologias ou para a exploração pela semântica *Web*, aspetos que apenas são referidos.

Por fim, como última etapa do trabalho terminológico, voltando a realçar a necessidade da interdisciplinaridade e sublinhando a importância da colaboração com os especialistas, é tratada a questão da avaliação e da validação dos dados incluídos na base de conhecimentos terminológicos. A colaboração entre o terminólogo e o especialista do domínio é focada, separando de forma clara as funções de cada um e os seus papéis na elaboração do trabalho terminológico, e relembrando o conceito de especialista que se expôs anteriormente.

Mais do que indicações de leitura, para este ponto do programa, serão sugeridas aos alunos consultas e observações analíticas de produtos terminográficos e bases de dados e de conhecimentos terminológicos.

4.3.2. Terminologia e políticas linguísticas

Foi acima exposta e discutida a relevância do trabalho terminológico para a concetualização e para a verbalização de saberes de domínios e de esferas de

atividades estruturados com fins terminológicos, em função de necessidades comunicativas, entre outras. Explicitou-se o impacto na mediação e trabalhou-se sobre produtos terminográficos e recursos terminológicos que testemunham as funções da terminologia. Referimos oportunamente que neste ciclo de formação se pretende trabalhar no quadro da terminologia textual e sempre em terminologia multilingue. Levantam-se, pois, as questões da relação entre línguas e os procedimentos de gestão da sua diversidade.

A terminologia multilingue, tendo como princípio a não hierarquização entre as línguas, é uma afirmação do respeito e da promoção da diversidade linguística, uma vez que

“le gain économique que l’on croit obtenu par l’imposition d’une seule langue aboutit à une paupérisation scientifique ; il induit un affaiblissement relatif des savoirs à travers des réductions conceptuelles que masque une apparente facilité de communication intense et massive.” Cerquiglini, (2013 : 17).

Fixar terminologias em várias línguas e estabelecer equivalentes entre os termos é uma atestação inequívoca de fuga a esse empobrecimento e é, desde logo, um princípio basilar de políticas linguísticas. A procura de equivalentes terminológicos e eventualmente a manifestação de necessidade neológica, ultrapassa o mero interesse da mediação, do uso em tradução, e, além de potencial enriquecimento lexical, é também enriquecimento concetual, e, por isso, de saber. Pode também ser procedimento de salvaguarda de variedades, variantes terminológicas ou mesmo de línguas menos disseminadas que a força centrípeta da globalização, por via da implementação de uma *lingua franca* ou de línguas com mais poder, faz desaparecer.

Entendemos por política linguística o conjunto das decisões tomadas relativamente ao uso das línguas. Trata-se de decisões a nível macro (estados, organizações internacionais), meso (instituições, empresas, universidades, famílias) ou micro (por cada indivíduo ou pequenos grupos de indivíduos). As decisões, sendo ou explícitas ou implícitas, podem assumir funções de lei, de despacho, de regra escrita ou ser resultado de hábitos e práticas culturais. Como afirmou Spolsky (2012: 50):

“Any particular language is assessed according to whether it is effective as a means or ineffective, and language policy is formulated around fostering use of effective means of communication and working around the barriers created by the use of languages that are ineffective”.

No atual contexto sociolinguístico de tantas diversidades, lembrando o conceito de língua exposto no início desta unidade curricular, a terminologia exemplifica a necessidade do estudo da relação entre contexto, línguas, variedades e variações dos repertórios multilingues dos falantes. O trabalho terminológico é um possível garante de equidade relativamente aos saberes e ao desenvolvimento sustentável das comunidades. Lembremos que os falantes de muitas línguas nem sempre têm a possibilidade de expressarem saberes nas suas línguas, ou porque as políticas linguísticas em vigor em determinado contexto não o permitem (e obrigam o uso de uma determinada língua apenas, por exemplo), ou porque essas línguas não têm os recursos terminológicos para o fazerem. Esta segunda causa pode resultar também de decisões de políticas linguísticas relativamente ao ensino e à investigação que, não raras vezes, se pretende que sejam feitos em línguas de poder ou em *lingua franca*. Atente-se ao que se passa no ensino superior português, por exemplo, no que respeita às políticas de língua para a investigação e para a avaliação da mesma, ou ainda a fraca valorização do multilinguismo na investigação e na ciência. Sobre esta problemática, será sugerido aos alunos que leiam por exemplo Conceição, (1998b, 2020a, 2020b, 2022), pedindo-lhe que reflitam acerca das leituras na ótica da unidade curricular de terminologia.

É certo que, por um lado, a circulação dos saberes numa quase obrigatória instantaneidade, a massificação e a racionalidade instrumental que impera, e por outro, a compartimentalização que torna algo absurda alguma hiperespecialização de saberes, condicionam as políticas linguísticas. Ainda assim, a metodologia descritiva de usos terminológicos torna-se premente para, por exemplo, usando a inteligência artificial, criar estruturas ontológicas para possível interoperabilidade de recursos, ou, com alcance comunicativo e linguístico, harmonizar e difundir usos concretos dos termos em interação.

A investigação em terminologia terá assim impacto na gestão da diversidade linguística, eventualmente na planificação linguística (se ocorrer), uma vez que

procura mostrar estabilidades, provavelmente temporárias, de usos de termos (em diferentes domínios e níveis de especialização), validando representações de estruturas concetuais.

Havendo políticas linguísticas que o permitam, a terminologia pode assim contribuir para a fixação de patrimónios de conhecimentos, valorizando processos cognitivos e respetivas verbalizações, resultantes de cognições situadas. Consideramos cognição situada o processo em que a atividade cognitiva está relacionada com atividade social, ou seja, no sentido de Ataizi (2012³²):

“Humans are socially curious beings and learn mostly through social interaction with others. This social interaction involves context, culture, activity, discourse, people, and so on. Situated cognition is the study of human learning that takes place when someone is doing something in both the real and virtual world, and therefore learning occurs in a situated activity that has social, cultural, and physical contexts.”

A harmonização e a normalização de estruturas cognitivas, de termos, de equivalências e de usos por exemplo, resultantes da atividade terminológica e publicitadas pelos recursos terminológicos e terminográficos elaborados, ao revelarem as respetivas intenções funcionais e demonstrativas, são práticas de gestão da diversidade linguística. São elementos de política linguística que sustentam graus de variação, de correção e de aceitabilidade, expondo assim a vitalidade terminológica. A criação de confiança em relação a esta vitalidade e a adesão a hipotéticas decisões que a possam enformar sustentam-se também no trabalho colaborativo com os especialistas do domínio ou da esfera de atividade. A mesma pode ser também equacionada sob outros prismas no quadro das Ciências da Linguagem, como acima referido, aquando da explicitação da dimensão interdisciplinar da terminologia.

A terminologia é, pois, componente de políticas linguísticas que, decorrendo de práticas, de necessidades e de outros fenómenos sociais, também exprimem visões estratégicas em relação à construção do conhecimento. Na comunicação nas especialidades, e não só, as práticas linguísticas são estruturadoras de espaços

³² Não se indica número de página por se tratar de um documento eletrónico não paginado. Adotou-se este critério para todas as fontes deste tipo.

sociais que, estando em tensão permanente, carecem de regulação política linguística, função que a terminologia pode e deve assumir.

A investigação em terminologia em contextos multilingues é, então, garante de promoção da diversidade linguística, tal como afirmei em Conceição (2022) para a língua portuguesa. É com esse desiderato que se explica aos alunos o interesse do trabalho que farão e eventualmente da dissertação (se vierem a escolher esta área), exemplificando concretamente com os léxicos elaborados no seio da Rede Panlatina da Terminologia e com as reflexões promovidas no quadro da Rede de Lexicologia, Terminologia e Tradução. Por fim, exemplificaremos as relações entre terminologia em políticas linguísticas, além do que foi escrito em Conceição (2016b), cuja leitura se recomenda. Serão ainda referidas as questões de procura de equilíbrio entre o local e o global na gestão do conhecimento e das políticas linguísticas, como analisado em Conceição *et al.* (2018b).

A perspetiva aqui apresentada para a indubitável relação entre terminologia e políticas linguísticas, não esquecendo que a unidade curricular é parte do currículo de um mestrado em Ciências da Linguagem, é a assunção de um posicionamento de linguística implicada. Uso o termo de Burger (2015) e adapto-o ao que tem sido exposto no presente texto. A linguística implicada assenta num vai e vem permanente entre ação e comunicação, entre teoria e prática, na observação e análise dos fenómenos linguísticos emergentes e na sensibilidade permanente para com os fenómenos sociais.

Além das diferentes fontes referidas no decurso do texto sobre terminologia e políticas linguísticas, sugere-se ainda aos alunos a leitura de Rajagopalan (2013b) e de Conceição (2018c).

4.3.3. Terminologia e comunicação de ciência

A comunicação de ciência é uma área partilhada entre a comunicação e a atividade científica que se tem vindo a afirmar em resposta à necessidade de aumento da visibilidade da relação entre a produção de conhecimento e seu impacto na sociedade. Uso o termo ciência no sentido lato de organização sistemática em discurso de construções cognitivas que, num dado momento

histórico, ultrapassam o conhecimento espontâneo. Para conhecimento, sigo os termos de Grayling (2021: 5), que diz que é *“what is true and accepted on indubitable grounds”*. Que o resultado da atividade científica deva ter impacto na sociedade não é novidade, novidade é a preocupação sistémica e sistemática em fazê-lo. Muitas vezes é até um exercício de escrutínio e uma condição para angariação de financiamentos. Dudo e Besley (2016) apresentam um elenco de relações entre os cientistas e o público e entre elas está a questão da comunicação. A necessidade de dar a conhecer a atividade da investigação científica contempla algumas problemáticas que a podem vir a condicionar, uma vez que, a pretexto da suposta democratização, a pretexto do *“surgissement du public”* (Stengers, 2023: 11), a ciência pode ser condicionada por interesses não científicos.

“La mise en cause du progrès par ceux qui étaient censés en bénéficier prend des formes multiples, parfois balbutiantes, et certains peuvent, me cas échéant, confirmer aux yeux du monde académique l’irrationalité de l’opinion” (idem : 13)

Também para debelar estes perigos, esta *“montée de l’irrationalité”*(ibidem) é imprescindível para que a comunicação de ciência use terminologias apropriadas e inscritas em processos retóricos contextualmente determinados.

Para definir comunicação de ciência, e como exemplo da relação entre a investigação em curso e os seminários de Mestrado, usarei neste seminário os resultados provisórios da tarefa 6.3. Comunicação de Ciência, que coordeno, da Aliança Europeia da Universidade dos Mares (SEA-EU). No âmbito desta tarefa, estão em preparação (a terminar até dezembro de 2023) linhas orientadoras para que os 9 parceiros da aliança implementem medidas e políticas de comunicação de ciência. Aos alunos será permitida a consulta dos documentos de trabalho das várias sessões em que se trabalhou a definição do conceito, os seus alcances nos 9 contextos, o esboço de critérios de qualidade para a atividade de comunicação de ciência, etc. Esta consulta orientada, além do interesse *per se*, é relevante por lhes mostrar processos e resultados de negociação em investigação em grupo multilingue e multicultural. A definição consensual a que se chegou, por ora, é

“Science communication describes the many ways, including dissemination, in which the processes, results/outcomes and

implications of Science and Knowledge - broadly defined – can be shared or discussed among scientists, as well as with public and private institutions/administrations, policymakers, enterprises and general public, within the scope of an open and democratic Science and Knowledge.”

Realce-se que não se trata de uma definição terminológica nem se pretende uma definição em absoluto do conceito. Visa-se apenas uma definição textual operatória que permita avançar para a etapa seguinte que é elaboração de linhas orientadoras e de critérios de qualidade para a monitorização da sua implementação.

A comunicação de ciência, como toda a comunicação, pressupõe que se estabeleça uma relação social, um contrato social, nos termos de Detey (2023) por via de um contrato linguístico. Dada a especificidade do conteúdo (ciência, enquanto saberes organizados suscetíveis de verificação), esse contrato, por maior força de razão, assenta no princípio de confiança, no conteúdo e no processo de mediação que o rigor e a sistematização da terminologia podem assegurar, e assenta ainda na capacidade de dúvida (na desconfiança) resultante competência interpretativa do recetor. Quer isto dizer que o discurso tem que ter um nível de complexidade adequado à ativação dessa competência do recetor, sob perigo de deixar de ser comunicação de ciência para passar a ser propaganda.

A ciência é, assim, uma construção discursiva, no sentido de Leydesdorff (2015), e não restam dúvidas da necessidade da terminologia para a sua consecução, para que se produza e se dissemine o conhecimento. Como anteriormente se explicitou, compete à terminologia sistematizar o conhecimento e os recursos para a sua verbalização, sendo imperioso encontrar um equilíbrio entre uma possibilidade discursiva e comunicativa pouco regulada (quase um excesso estético), que se assume como entretenimento, e uma outra intolerante à variação e excessivamente normalizadora. É, assim, necessário manter a correção do que é comunicado, mas considerar com especial afincos os sujeitos alvo dessa comunicação, ultrapassando aquilo a que Touraine (1993: 241) chamava o drama da modernidade,

“Le drame de la modernité c’est qu’elle s’est développée en luttant contre la moitié d’elle-même, en faisant la chasse au sujet au nom de la science”.

A procura deste equilíbrio é uma tensão permanente em comunicação de ciência que almeja encontrar a regulação ajustada ao espaço, aos interlocutores, à intenção e área do saber ou de atividade. A terminologia permite que em comunicação de ciência ocorra aquilo a que acima se chamou cognição situada, carecendo, obviamente do respeito de princípios éticos e do manuseamento do conhecimento e da sua disseminação. Insisto muito frequentemente na dimensão ética da investigação (em terminologia, no caso presente) por me parecer imprescindível que hipotéticos futuros investigadores não venham a descurar esta dimensão da sua atividade e venham a desenvolver a sua justiça epistémica (Medvecky, 2018), ou seja, a competência de justiça em relação ao conhecimento e à sua circulação. Escreveu Durand (2021: 252):

“L’éthique touche les actes personnels, leurs répercussions sur les autres (familles, voisins, collaborateurs, employés, concitoyens), ainsi que les aménagements sociaux (règlements, lois, institutions sociales et structures sociopolitiques) à mettre en place ou à critiquer, jusque sur le plan international, pour que chaque être humain puisse vivre dignement et s’épanouir.”

Aos alunos eventualmente interessados em explorar esta dimensão da comunicação de ciência sugeriremos a leitura de Preist *et al.* (2018).

Para a reflexão sobre a relação entre terminologia e comunicação de ciência, será ainda referida a relevância da expressão multimodal do conhecimento em que, ainda que aparentemente se dispensem recursos linguísticos, se podem facilmente identificar processos terminológicos de categorização e de estruturação expressos por setas, esquemas, imagens, etc. Quer isto dizer que ainda que os recursos usados em comunicação de ciência possam não ser verbais, a terminologia está sempre presente. Podem não estar explícitas as denominações, mas sem as usar não se identificam os conceitos, nem as relações concetuais que organizam o conhecimento. Admitimos a possibilidade de em comunicação de ciência a dimensão cognitiva dos termos ter outras representações que não a linguística e discursiva. Representações que transcendem claramente o domínio de estudo das Ciências da Linguagem e que, por isso, apenas serão assim aludidas.

Em síntese da reflexão produzida neste último seminário da unidade curricular será relevante referir o alcance do trabalho terminológico nas questões da produção, avaliação e validação de conteúdos de comunicação de ciência num tempo em que, por um lado, se privilegia a indústria dos conteúdos a pedido e, por outro, a sua interoperabilidade em sistemas digitais e de inteligência artificial cada vez mais potentes. Só a análise e a descrição terminológicas precisas e sistemáticas permitirão alimentar os recursos acima referidos. Obviamente, os dados terão que ser multilingues, como defendem Márquez e Porras (2020), e devem considerar-se não só a(s) língua(s) *de jure* mas também a(s) língua(s) e as variedades *de facto* e enfatizar toda a dimensão social, como o mostra, por exemplo, Dankova (2022) ao estudar o domínio das pandemias gripais.

Esta reflexão sobre o impacto do trabalho terminológico na comunicação de ciência fecha o programa e contribui para a síntese do mesmo. Foram retomadas ideias desenvolvidas ao longo do semestre, focando-se especificamente a relevância da terminologia, para a descrição do sistema linguístico, para a verbalização, a transferência e a circulação dos conhecimentos especializados e para a comunicação especializada. Realçaram-se as implicações desta disciplina para a delineação de políticas linguísticas (quer ao nível nacional, quer ao nível institucional e empresarial), para a sociedade do conhecimento e realça-se também o valor do uso de terminologias corretas e adequadas como defesas da propriedade intelectual e como trunfos económicos, industriais, culturais e sociais.

Todos os conteúdos do programa proposto foram selecionados e hierarquizados em função do estudo de vocabulários de especialidade e da verbalização de conhecimentos especializados, no âmbito da comunicação especializada. Enfatiza-se a importância de que se reveste a terminologia na atualidade, no que diz respeito à construção verbal e multilingue dos saberes, subscrevendo o que escreveu Villa (2013), "*l'inglese non basta*", e às suas múltiplas difusões.

5. Notas finais

A unidade curricular objeto do presente relatório, inserida num currículo de segundo ciclo em Ciências da Linguagem, obrigou a que se tomassem decisões epistemológicas que legitimam os estudos terminológicos aqui descritos à luz de uma ciência situada. Após um enquadramento teórico-metodológico da terminologia, privilegiando a perspetiva linguística e discursiva, preconiza-se que as etapas da investigação nesta área, e neste contexto, comecem pela deteção e análise das necessidades, visando estabelecer percursos de respostas, quer seja da ordem da estruturação do conhecimento e da verbalização correspondentes, quer seja da ordem da harmonização comunicativa com fins de medidas de políticas linguística ou de comunicação de ciência.

O princípio fundacional baseia-se nos usos reais das línguas e dos discursos e na observação cuidada dos paradigmas (sociais, profissionais, retóricos, etc.) do domínio ou da esfera de atividade em que se desenvolvem. Condamines e Narcy-Combes (2015: 213) afirmam que o respeito por estes paradigmas é *“la seule garantie de la scientificité et de la recevabilité des résultats”*.

Esta abordagem, para mestrandos em Ciências da Linguagem, consolida-se em aspetos provenientes da linguística cognitiva que reconhecem o signo linguístico como perspetivação do mundo, entidade dinâmica e flexível. Dinamismo e flexibilidade que se observam nas reorganizações cognitivas e nos inerentes processos denominativos e de inserção discursiva em contextos complexos, dadas a diversidade de línguas e de variedades e as diversidades de níveis de especialização dos possíveis membros das comunidades discursivas. Heinrich e Schubert (2019), no quadro dos estudos de comunicação especializada, afirmam que um domínio (ou uma esfera de atividade) é sempre um conjunto de intencionalidades individuais e coletivas. É imperioso, a meu ver, que o modelo de formação de possíveis futuros investigadores tenha tudo isto em conta.

Ao invés de pretender alcançar perspetivas de sistémicas terminológicas, os trabalhos pedidos aos alunos, ainda que de índole sistemática, visam essencialmente

a demonstração de competências (conhecimentos, capacidades e atitudes) evidenciáveis por reflexões a que podemos chamar de terminologia e terminografia de situação.

No presente relatório procuramos uma abordagem eclética, respeitando os objetivos definidos para a UC e as consequentes metodologias de trabalho e de avaliação. Partindo da dimensão textual, linguística e comunicativamente plural, situou-se a disciplina terminológica no campo das Ciências da Linguagem de forma a que se possa evidenciar a evolução e a disseminação dos conhecimentos científicos, culturais, profissionais e sociais, através da rigorosa descrição das estruturas cognitivas, das verbalizações e das construções discursivas que espelham, cada vez mais, contextos da interação multilingue e multicultural.

6. Bibliografia

- Abouddrar, B. e F. Mairesse, 2022, *La médiation culturelle*, Paris, Presses Universitaires de France.
- Alcina, A., (ed.), 2009, *Teaching and learning terminology, new strategies and methods*, Amsterdam, John Benjamins.
- Alves, I., (org.), 2010, *Neologia e neologismos em diferentes perspectivas*, São Paulo, Paulistana.
- Alves, I., 2017, “Contribuições para a metodologia do trabalho em neologia terminológica: o *corpus* de exclusão”, in Catala, S. e M. Barite, (org.), *Teoría y praxis en terminología*, Montevideo, Ediciones Universitarias, pp. 103-112.
- Alwin, F e H. Penz, (ed.), 2017, *The Routledge handbook of ecolinguistics*, Londres, Routledge.
- Assunção, C. e C. Araújo, 2017, “Variações conceituais sobre o léxico na segunda metade do séc. XX”, in *Confluência: Revista do instituto de Língua Portuguesa*, 53, pp. 57-70.
- Ataizi, M., 2012, “Situated Cognition”, in Seel, N.M. (eds), *Encyclopedia of the Sciences of Learning*, Boston, Springer, https://doi.org/10.1007/978-1-4419-1428-6_16
- Auger, P., 1979, “L’enseignement de la terminologie (aspects théoriques et pratiques) dans les études en traduction et en linguistique”, in *Actes du sixième colloque international de terminologie*, Québec, Éditeur Officiel du Québec, pp. 445-484.
- Austin, J., 1962, *How to do things with words*, Oxford, Clarendon press.
- Barité, M e M. Rauch, 2016, “El árbol de dominio como herramienta en organización del conocimiento: aplicación al área de educación superior”, in Simões, M. E M. Borges, (coord.), *Tendências atuais e perspectivas futuras em organização do conhecimento: atualidade e tendências*, Coimbra, Universidade de Coimbra, pp. 467-476.
- Benaroyo, L. et al., 2019, *Chemins de l’in(ter)disciplinarité. Connaissance, corps, langage*, Louvain-la Neuve, Academia- L’Harmattan.
- Benoist, J., 2010, *Concepts, une introduction à la philosophie*, Paris, Flammarion.
- Beyssade, C., 1998, *Sens et savoirs, de communautés épistémiques dans le discours*, Rennes, Presses Universitaires de Rennes.
- Boulanger, J.C., 1995, “Présentation: images et parcours de la socioterminologie”, in *Meta*, 40 - 2, pp. 194-205.
- Bourdieu, P. 1977, “ Sur le pouvoir symbolique”, in *Annales*, 32-3, pp. 405-411.

- Bronfenbrenner, U. e G. Evans, 2000t, “Developmental science in the 21st century: Emerging questions, theoretical models, research designs and empirical findings”, in *Social Development*, 9 (1), pp. 115–125.
- Brown, R., 1956, *Composition of scientific words*, Washington, Smithsonian Institution Press.
- Budin, G. e S. Wright, 1997, *Handbook of Terminology Management: basic aspects of Terminology Management*, Vol. 1, Amsterdam, John Benjamins.
- Budin, G. e S. Wright, 2001, *Handbook of Terminology Management: Application-Oriented Terminology Management*, Vol. 2, Amsterdam, John Benjamins.
- Burger, M., 2015, “Pour une linguistique impliquée”, in Gradoux, X. et al. , (dir), *Agir dans la diversité des langues*, Louvain-la-Neuve, Duculot, pp. 73-86
- Cabré, M. T., 1993, *La terminología, teoría, metodología, aplicaciones*, Barcelona, Editorial Antártida/Empúries.
- Cabré, M. T., 1999, *La terminología: representación y comunicación: elementos para una teoría de base comunicativa y otros artículos*, Barcelona, Institut Universitari de Lingüística Aplicada.
- Cabré, M. T., 2003, Theories of terminology: Their description, prescription and explanation, in *Terminology*, 9:2, pp. 163–199.
- Cabré, M.T., 2018, “De la diversidad à la variación en la TCT”, in Gonzalez, M. et al. (eds), *Terminología: a necesidad de la colaboración*, Madrid, Vervuert, pp. 17-38.
- Campo, A., 2012, *The reception of Eugen Wüster’s work and the development of terminology*, tese de doutoramento, Montréal, Université de Montréal.
- Cardoso, E. et al. (org.), 2020, *Estudos lexicais em diferentes perspectivas, vol VIII, Homenagem a Ieda Maria Alves*, São Paulo, USP.
- Carneiro, R. e G. Fromm, 2018, “Implicações linguísticas e textuais para os estudos terminológicos: por uma terminologia textual”, in *Acta Scientiarum. Language and Culture*, 40, <https://doi.org/10.4025/actascilangcult.v40i1.34823>
- Cerquiglini, B., 2013, “Le plurilinguisme en faveur de la science”, in *Synérgies Europe*, 8, pp. 11-18.
- Chiocchetti, E. e I. Stanizzi, 2022, “Culture giuridiche a confronto : lo sviluppo della terminologia giuridica altoatesina attraverso la comparazione giuridica”, in Grimaldi, C. et al. (a cura di), *Terminologia e interculturalità. Problematiche e prospettive*, Città di Castello, I libri di Emil, pp. 77-92.
- Citton, Y., 2010, *L’avenir des humanités. Economie de la connaissance ou cultures de l’interprétation ?*, Paris, Editions La Découverte.
- Conceição, M. C. e M.T. Zanola (org.), 2020, *Terminologia e mediação linguística: métodos, práticas e atividades*, Faro, UAlg editora.

- Conceição, M. C. *et al.*, 2018a, “Why is it advisable to combine “international orientation” with “regional location” in the language strategy of universities?, in Grin, F. *et al.* (ed.), *The MIME Vademecum*, Saint Suplice, MIME, pp. 130-131.
- Conceição, M. C. *et al.*, 2018b, “What is the role of English in multilingual and multicultural learning spaces?”, in Grin, F. *et al.* (ed.), *The MIME Vademecum*, Saint Suplice, MIME, pp. 140-141.
- Conceição, M. C., 1994, *Da terminologia à socioterminologia: análise do vocabulário da citricultura*. Dissertação, Lisboa, Universidade Nova de Lisboa.
- Conceição, M. C., 1998a, “Conceptualização, denominação e termo”, in *Seminários de linguística*, 2, pp.38-47.
- Conceição, M. C., 1998b, “Terminologie et transmission du savoir: (re)construction(s) de concepts”, in Delavigne V. e M. Bouveret, (dir.), *Sémantique des termes spécialisés*, Rouen, Presses Universitaires de Rouen, pp. 33-42.
- Conceição, M. C., 2001, *Termes et reformulations*, Tese, Lisboa, Universidade Nova de Lisboa.
- Conceição, M. C., 2005, *Concepts, termes et reformulations*, Lyon, Presses Universitaires de Lyon.
- Conceição, M. C., 2016a, “Diversité linguistique et enseignement supérieur: pour une homéostasie (im)possible”, in Curea. A. *et al.* (ed.), *Discours en présence*, Cluj-Napoca, Presa Universitara Clujeana. pp. 217-233.
- Conceição, M. C., 2016b, “Terminologias da Realiter: contributos para políticas linguísticas”, in Zanola, M.T., *et al.* (a cura di), *Terminologie e politiche linguistiche*, Milão, EDUCATT, pp. 23-32.
- Conceição, M. C., 2018a, “De que falamos, quando falamos de normalização?”, in Nuñez Singala, M., (ed.), *Terminoloxía e normalización*, Santiago de Compostela, Universidade de Santiago de Compostela Publicacións, pp. 41-47.
- Conceição, M. C., 2018b, “Português na casa do mundo: terminologias e políticas linguísticas”, in Barroso, H., (dd.), *O Português na Casa do Mundo*, Hoje Braga, Edições Húmus, pp. 27-38.
- Conceição, M. C., 2018c, “Terminologia e gestão da diversidade linguística”, in Gonzalez, M. *et al.* (eds.), *Terminoloxía. A necesidade da colaboración*, Madrid, Iberoamericana / Vervuert, pp. 333-343.
- Conceição, M. C., 2020a, “Higher Education Language policies: global trends and local needs”, in Pieters, D. and T. Keersmaekers, (eds.), *Internationalisation of Universities and the National Language*, Berlin, Peter Lang, pp. 45-59.
- Conceição, M. C., 2020b, “Language policies and internationalization of higher education”, *European Journal of Higher Education*, 10-3, pp. 231-240.
- Conceição, M. C., 2021, “Somos as nossas línguas. Diversidade e identidades”, in Gonçalves, M. F. e M.V. Navas, (ed.), *O barranquenho como língua de contacto no contexto românico*, Lisboa, Ed. Colibri, pp.173-193.

- Conceição, M. C. e E. Caruso, 2022, “Higher Education Language Policies for Mobility and Inclusion”, in Grin, F. et al. (eds.), *Advances in Language Policy - Mobility and Inclusion in Multilingual Europe*, Amsterdam, John Benjamins, pp. 215 – 237.
- Conceição, M. C., 2022, “Português língua global: desafiando necessidades locais”, in *Atas do XXXI Encontro internacional da AULP, Globalização e saúde*, Coimbra, AULP, pp. 19-25.
- Condamines, A. e J-P. Narcy-Combes, 2015, “La linguistique appliquée comme science située”, in Carton, F. et al., (dir.), *Cultures de recherche en linguistique appliquée*, Paris, Riveneuve éditions, pp. 209-229.
- Conselho da Europa, 2001, *Quadro europeu comum de referência para as línguas. Aprendizagem, ensino e avaliação*, Lisboa, ASA.
- Contente, M. e M.T. Lino, 2017, “Neologia: reflexão sobre a variação e a instabilidade conceptual”, in De Rosa, G. et al (ed.), *De volta ao futuro da língua portuguesa*, Atas do V Simpósio Mundial de Estudos de Língua Portuguesa, Lecce, Università del Salento, pp. 701-709.
- Costa, R., 2001, *Pressupostos teóricos e metodológicos para a extracção automática de unidades terminológicas multilexémicas*, tese de doutoramento, Lisboa, Universidade Nova de Lisboa.
- COTSOES - Conference of Translation Services of European States. (2017). *Recommandations relatives à la terminologie*. (FR). 3rd Ed. (versão EN).
- Coutinho, M. A., 2023, *Linguística do texto e do discurso*, Braga, Húmus.
- Crawford, J., 2023, *O poder das fronteiras*, Porto, Desassossego.
- Cruz Ferreira, M., (ed.), 2010, *Multilingual norms*, Berna, Peter Lang.
- Dankova, K., 2022, “La dénomination de nouvelles maladies infectieuses sous l’angle de la dimension sociale de la communication. Le cas de la terminologie française des pandémies grippales des XXe et XXIe siècles”, in Grimaldi, C. et al. (a cura di), *Terminologia e interculturalità. Problematiche e prospettive*, Città di Castello, I libri di Emil, pp. 93-110.
- Davidson, D., 1996. “The Folly of Trying to Define Truth” in *The Journal of Philosophy*, 93, pp. 263 – 278.
- Delavigne, V., 2017, “Term usage and socioterminological variation: The impact of social and local issues on the movement of terms”, in Drouin, P. et al (eds.), *Multiple Perspectives on Terminological Variation*, Amsterdam, John Benjamins, pp. 31-55.
- Delisle, J., 2008, *La terminologie au Canada, histoire d’une profession*, Montréal, Linguattech éditeur.
- Depecker, L., 2002, *Entre signe et concept, éléments de terminologie générale*, Paris, Presses Sorbonne Nouvelle.
- Derrida, J., 2001, *O monolinguismo do outro ou a Prótese de Origem*, Lisboa, Campos das Letras.

- Detey, S., 2023, *Savons-nous vraiment parler ? Du contrat linguistique comme contrat social*, Paris, Armand Colin.
- Diki-Kidiri, M., (ed.), 2008, *Le vocabulaire scientifique dans les langues africaines. Pour une approche culturelle de la terminologie*, Paris, Karthala.
- Dongo-Montoya, A., 2021, *Pensamento e linguagem: Vygotsky, Wallon, Chomsky e Piaget*, São Paulo, UNESP.
- Drouin, P. et al. (Ed.), 2017, *Multiple Perspectives on Terminological Variation*, Amsterdam, John Benjamins.
- Dudo, A. e J. C. Besley, 2016, "Scientists' Prioritization of Communication Objectives for Public Engagement". *PLoS ONE*, 11(2), doi:10.1371/journal.pone.0148867.
- Durand, G., 2021, *L'éthique, une sagesse en actes, des fondements aux questions sociales*, Montréal, Médialpaul.
- Faber, P. 2009, "Terminología multilingüe y ontologías", in Alcina, A. et al. (eds), *Terminología y sociedad del conocimiento*, Berna, Peter Lang, pp. 289-308.
- Faber, P. et al., 2005. "Framing Terminology: a Process-Oriented Approach", in *Meta*, 50- 4, <https://doi.org/10.7202/019916ar>.
- Faber, P. e M-C. L'Homme, (ed.), *Terminology perspectives on terminology. Explaining terms, concepts and specialized knowledge*, Amsterdam, John Benajmins.
- Felber, H., 1984, *Terminology manual*. Paris, Unesco e Infoterm.
- Fernandez-Silva, S., 2018, "A investigación sobre variación terminológica: avances actuais e desafios metodológicos", in Gonzalez, M. et al. (eds), *Terminología: a necesidad de la colaboración*, Madrid, Vervuert, pp. 39-68.
- Fernández-Silva, S., et al., 2014, "A method for analysing the dynamics of naming from a monolingual and multilingual perspective", in R. Temmerman & M. van Campenhout (Eds.), *Dynamics and Terminology: An interdisciplinary perspective on monolingual and multilingual culture-bound communication*, Amsterdam, John Benjamins, pp. 183–212.
- Fillmore, C., 1982, *Frame semantics*, in *Linguistics in a morning calm*, Seoul, Hanshin Publishing Co. pp. 111-137.
- Finatto, M. J. e L. Zilio, (org.), 2015, *Textos e termos por Lothar Hoffman*, Porto Alegre, Palotti.
- Frath, P. e R. Daval, 2019, *Cogito versus ubuntu, Les rapports entre individu et société analysés dans un cadre anthropologique et linguistique*, Paris, Observatoire Européen du Plurilinguisme.
- Gagnepain, J., 1994, *Leçons d'introduction à la théorie de la médiation*, Louvain-la-Neuve, Peeters.
- Gaudin, F., 1993, *Pour une socioterminologie, des problèmes sémantiques aux pratiques institutionnelles*, Rouen, Presses Universitaires de Rouen.

- Gaudin, F., 2003, *Socioterminologie, une approche sociolinguistique de la terminologie*, Bruxelles, Duculot.
- Geeraerts, D., 2017a, “Grammaire cognitive et sémantique lexicale”, in *Communications*, 53, pp. 17-50.
- Geeraerts, D., 2017b, *Conceptual Structure and Conceptual Variation*, Shanghai, Foreign Language Education Press.
- Gobbo, F. e F. Russo, 2020, “Epistemic diversity and the question of *lingua franca* in science and philosophy”, in *Foundations of science*, 25, pp. 185-207.
- Gonzalez, M. et al. (eds), 2018, *Terminología : a necesidad de colaboración*, Madrid, Vervuert.
- Gradim, A., 2018, “Políticas da língua e comunicação de ciência: a importância do multilinguismo no espaço lusófono de conhecimento” in *Revista de Ciências Humanas e Sociais*, 4-2, pp. 52-67.
- Granier, F., 2010, “Yves Citton, L'avenir des humanités. Economie de la connaissance ou cultures de l'interprétation?”, *Lectures*, <https://doi.org/10.4000/lectures.1148>.
- Grayling, A., 2021, *The frontiers of knowledge*, Dublin, Penguin.
- Grimaldi, C., 2017, *Discours et terminologie dans la presse scientifique française (1699–1740), La construction des lexiques de la botanique et de la chimie*, Berne, Peter Lang. Grimaldi, C. et al., (a cura di), 2022, *Terminologia e interculturalità. Problematice e prospettive*, Città di Castello, I libri di Emil.
- Grin, F. et al., (ed.) 2018, *The MIME Vademecum*, Saint Suplice, MIME.
- Gullifer, J. e D. Titine, 2020, “Characterizing the social diversity of bilingualism using language entropy”, in *Bilingualism: Language and Cognition*, 23-2, pp. 283 – 294.
- Gutiérrez, B., 1998, *La ciencia empieza en la palabra. Analisis e historia del lenguaje científico*, Madrid, Península.
- Guyon, M., 2019, “Langue, enjeux de recherche et communication scientifique”, in *Sociologies* [En ligne], Débats, mis en ligne le 17 janvier 2019, DOI <https://doi.org/10.4000/sociologies.9561>.
- Heinrich, F. e K. Schubert, 2019, “Writing research and specialized communication studies”, in *Hermes – Journal of Language and Communication in Business*, 59, pp. 53-70.
- Horst, M. e S. Davies, 2016, *Science Communication: Culture, Identity and Citizenship*, London, Palgrave.
- Humbley, J., 2019, *La néologie terminologique*, Limoges, Lambert-Lucas.
- Humbley, J., 2022, “Les paradigmes dans la constitution de terminologies dominées par l’anglais : l’enjeu interculturel”, in Grimaldi, C. et al. (a cura di),

- Terminologia e interculturalità. Problematiche e prospettive*, Città di Castello, I libri di Emil, pp. 111-124.
- Ihde, D, 1990, *Technology and the lifeworld, From Garden to Earth*. Bloomington, Indiana University Press.
- ILO, 2021, *Global framework on core skills for life and work century in the 21st, Geneva, ILO*. ISBN: 978-92-2-035042-3 (web).
- Jones, P., 2017, "Language - The transparent tool: reflections on reflexivity and instrumentality", in *Language Sciences*, 61, pp. 5-16.
- Kieger, M.G e M.J. Finatto, 2004, *Introdução à terminologia*, São Paulo, Editorial Contexto.
- Kleiber, G., 1990, *La sémantique du prototype*, Paris, PUF.
- Kockaert, H. e F. Steurs, (eds), 2015, *Handbook of Terminology*, Amsterdam, John Benjamins.
- Kravchencko, A., 2015, "Two views on language ecology and ecolinguistics", in *Language sciences*, 54, 102-113.
- Kumar, M. e T. Welikala, (ed.), 2021, *Teaching and Learning in Higher Education: The Context of Being, Interculturality, and New Knowledge Systems*, Bingley, Emerald Publishing.
- Kumaravadivelu, B., 2001, "Toward a Postmethod Pedagogy" in *TESOL QUARTERLY*, 35(4), pp. 537-560.
- L'Homme, M-C., 2004, *La terminologie : principes et techniques*, Montréal, Presses Universitaires de Montréal.
- L'Homme, M-C., 2020, *Lexical semantics for terminology, an introduction*, Amsterdam, John Benjamins.
- Lakoff, G., 2012, "Explaining embodied cognition results", in *Topics in cognitive science*, 4.4, pp. 773-785.
- Langacker, R., 1986, "An introduction to cognitive grammar", in *Cognitive Science*, 10, pp-1-40.
- Lázaro, J., 2022, *Forma y función del ejemplo en terminología*, Baja California, UABC.
- Le Ny, J.-F., 1978, "Introductory report: Semantic aspects of memory" in *International Journal of Psycholinguistics*, 5(2)[10], 7-16.
- Leydesdorff, L., 2015, "The Sciences are Discursive Constructs: The communication perspective as an empirical philosophy of science", in Cantoni, L. e J. Danowski, (Eds.), *Communication and Technology*, Berlim, De Gruyter Mouton, pp. 553-562.
- Linn, A., 2010, "Can parallelingualism save Norwegian from extinction?", in *Multilingua*, 29, pp-289-305.
- Lino, M. T., 1987, *Unités lexicales et situations d'énonciation. Réseaux d'associations sur un domaine d'expérience: la mer*, 3 tomes, thèse de doctorat, Paris, Université de la Sorbonne Nouvelle, Paris III.

- Lino, M. T., 2005, “Néologie et polysémie dans la terminologie médicale”, in Beltrán-Vidal, D. e F. Maniez (dir), *Les mots de la santé*, Lyon, Presses Universitaires de Lyon, pp. 246-252.
- Lino, M. T. et al., 2010, “Neologia, terminologia e lexicultura, a língua portuguesa em situação de contacto de línguas”, in *Filologia e linguística portuguesa*, 12-2, pp. 187-210.
- Lino, M. T., 2019, “Neologia e neonímia em língua portuguesa, critérios de identificação”, in *Linha D’Água*, 32, 3, pp. 9-23.
- Lino, M. T., 2020, “Mediação terminológica no seio da REALITER”, in Conceição, M. C. e M. T. Zanola (org.). *Terminologia e mediação linguística: métodos, práticas e atividades*, Faro, UAlg Editora, pp. 17-23.
- Lio, Y. e X. Wei, 2023, “From “three doors” to “one revolving door”, Extending the *Theory of Doors* for a cross-lingual study of the concept of violence in English and Chinese language and culture”, in *Terminology*, 29-1, pp. 133-161.
- Lüdi, G., 2011, “Vers de nouvelles approches théoriques du langage et du plurilinguisme”, in *Travaux neuchâtelois de linguistique*, 53, pp. 47-64.
- Magalhães, A., 2022, “Serendipidade na investigação científica”, in *Revista de Ciência Elementar*, 10(04):057. doi.org/10.24927/rce2022.057.
- Mansharamani, V., 2020, *Think for yourself, restoring common sense in. and age of experts and artificial intelligence*, Boston, Harvard Business Review press.
- Márquez, M. e A. Porras, 2020, “Science Communication in multiple languages is critical to its effectiveness”, in *Frontiers in Communication*, 5 : 31. <https://doi.org/10.3389/fcomm.2020.00031>.
- Martin, R., 1992, *Pour une logique du sens*, Paris, PUF.
- Martins, S., 2015, *A definição em terminologia, perspetivas teóricas e metodológicas*, tese de doutoramento, Lisboa, Universidade Nova de Lisboa.
- Mato, X., 1999, *Gramática da língua galega*, Semántica, vol. III, Vigo, Edicións A Nosa Terra.
- Medvecky, F., 2018, “Fairness in knowing: science communication and epistemic justice”, in *Science engineering ethics*, 24, pp. 1393 – 1408.
- Michalski, R., 1993, “Beyond prototypes and frames: the two-tiered concept representation”, in Mechelen, I. et al. (eds), *Categories and concepts: theoretical views and inductive data analysis*, London, Academic Press Ltd, pp. 1-23.
- Michel, J., 2019, *Homo Interpretans: Towards a Transformation of Hermeneutics*, Latham, Rowman and Littlefield.
- Mladenovic, B., (ed.), 2023, *A pluralidade dos mundos. Para uma teoria evolucionista do desenvolvimento científico*, Lisboa, Guerra & Paz.
- Moreno Cabrera, J. C., 2002, *La dignidad e igualdad de las lenguas, crítica de la discriminación lingüística*, Madrid, Alianza Editorial.

- Müller, A., 2016, Competências e funções do terminólogo: um olhar para o contexto das empresas, in *Debate Terminológico*, 16, pp. 39-49.
- Myking, J., 2020, Term formation - Is there a state of the art?, *Terminologija*, 27, pp. 6-30.
- Nogochi, F., 2022, *Rethinking Education for Sustainable Development in a Local Community Context*, Singapore, Springer.
- Noronha, F., 2018, *Proposta para a criação de um recurso terminológico no domínio da aquacultura*. Dissertação de Mestrado em Ciências da Linguagem, Faro, Universidade do Algarve.
- Noronha, M. F. e M. C. Conceição, 2019, “Fixação terminológica por tradutores: em busca da normalização perdida!”, in Blas., M.(org.), *Terminologia per a la normalització i terminologia per a la internacionalització*, Barcelona, TERMCAT, pp. 57-67.
- Noronha, M. F. e M. C. Conceição, 2020a, “Terminological variation and communicative mediation within the context of specialised discourse an ecolinguistic approach”, in Nistor, R-M e C. Teglas, (ed.), *Limbajele specializate în contextul noilor medii de învățare: provocări si oportunități*, Cluj-Napoca, Presa Universitară Clujeană, pp. 153- 168.
- Noronha, M. F. e M. C. Conceição, 2020b, “ Discursos de especialidade e recursos terminológicos: mediação e dinamismo”, in Conceição, M.C. e M.T. Zanola, *Terminologia e mediação linguística: métodos, práticas e atividades*, Faro, UAlg Editora, pp.59-73.
- Otman, G., 1996, *Les représentations sémantiques en terminologie*, Paris, Masson.
- Pelletier, J., 2012, *La variation terminologique : un modèle à trois dimensions*, Thèse de doctorat, Laval, Université de Laval.
- Picton, A., 2014, “The dynamics of terminology in short-term diachrony”, in Temmerman, R. e M. Van Campenhoudt (eds.), *Dynamics and Terminology: An interdisciplinary perspective on monolingual and multilingual culture-bound communication*, Amsterdam, John Benjamins, pp. 159–182.
- Picton, A. e P. Dury, 2017, “Diastratic variation in language for specific purposes”, in Drouin, P. et al. (eds.), *Multiple Perspectives on Terminological Variation*, Amsterdam, John Benjamins, pp-57-80.
- Preist, S. et al. 2018, *Ethics and Practice in Science Communication*, Chicago, Chicago University Press.
- Putnam, H., 1975, “Is Semantics Possible?”, in *Mind, Language and Reality*. Cambridge, Cambridge University Press, pp.139–152.
- Rajagopalan, K., 2013a, “A política de ensino de línguas no Brasil: história e reflexões prospetivas”, in Moita Lopes, L., (org.), *Linguística aplicada na Modernidade*

- recente –*Festschrift para Antonieta Celani*, São Paulo, Parábola Editorial, pp. 143-163.
- Rajagopalan, K., 2013b, “Política linguística: do que é que se trata, afinal?”, in Nicolaidis, C. et al. (org.), *Política e políticas linguísticas*, Campinas, Pontes, pp. 19-42.
- Rastier, F., 2009, *Sémantique interprétative*, Paris, PUF.
- Remenche, M., 2010, Terminologia – reconstrução histórica dos principais paradigmas epistemológicos da ciência terminológica, in *TradTerm*, 16, pp. 343-364.
- Rey, A., 1979, *La Terminologie. Noms et notions*, Paris, PUF.
- Rey, A., 2000, “Defining definition”, in Sager, J.C., *Essays on definition*, Amsterdam, John Benjamins, pp. 1-14.
- Richards, J., 2015, *Terminological mediation in information technology and related fields*, dissertation, Provo, Brigham Young University.
- Rio-Torto, G., 2020, “As denominações cancro e câncer no português europeu e brasileiro”, in *Panace@*, 52, pp. 7-19.
- Rio-Torto, G. e A. Rodrigues, 2020, “Prólogo: El portugués de especialidad en las ciencias de la salud y de la vida”, in *Panace@*, 52, pp. 1-2.
- Roche, C., 2007, “Le terme et le concept: fondements d’une ontoterminologie” in *Terminologie & Ontologie : Théories et applications - TOTh 2007*, Annecy, pp. 1-22
- Rorty, R., 1982, “Pragmatism, relativism and irrationalism”, in *Consequences of Pragmatism*, Minneapolis, University of Minnesota Press, pp. 160-175.
- Rosch, E., 1978, “Principles of categorization”, in Collins, A. e E. Smith (eds.), *Readings in cognitive science, a perspective from psychology and artificial intelligence*, San Mateo, Morgan Kaufmann Publishers, pp. 312-22.
- Sager J., 1990, *A Practical Course in Terminology Processing*. Amsterdam; John Benjamins.
- Sager, J.C., 1993, “Prólogo. La terminología, puente entre varios mundos”, in Cabré, M.T., *La terminología. Teoría, metodología, aplicaciones*, Barcelona, Editorial Antártida/Empúries.
- San Martin Pizarro, A., 2015, *La representación de la variación contextual mediante definiciones terminológicas flexibles*, tesis doctoral, Granada, Universidad de Granada.
- Sanden, G., 2020, “Domain loss theory revisited: from multinational corporations to multicorporate nations”, in *International Journal of Applied Linguistics*, 30, pp. 510-529.
- Slodzian M., 2000, “ L’émergence d’une terminologie textuelle et le retour du sens», in Béjoint, H. e P.Thoiron, (eds), *Le sens en terminologie*, Lyon, PUL, pp. 61-85.

- Soares da Silva, A., 2002, "Porque e como é que surgem novos significados? Prototipicidade e eficiência cognitiva e comunicativa", in Head., B et al. (org.) *História da Língua e História da Gramática*, Braga, Univ.do Minho/ILCH, pp. 421-433.
- Soares da Silva, A., 2005, "Palavras e conceitos no tempo: para uma onomasiologia diacrónica e cognitiva do Português", in *Estudos em Homenagem ao Professor Doutor Mário Vilela*, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, pp. 121-139.
- Soares da Silva, A., 2018, "Variação linguística e pluricentrismo: novos conceitos e descrições", in Díaz, M. et al (eds.), *Actas do XIII Congresso Internacional de Lingüística Xeral*, Vigo, GRADES, pp. 835-845.
- Spolsky, B., 2012, *The Cambridge Handbook of Language policy*, Cambridge, Cambridge University Press.
- Stengers, I., 2023, *Apprendre à bien parler des sciences, La vierge et le neutrino*, Paris, La Découverte.
- Swain, M., 2006, *Languaging, Agency and Collaboration in Advanced Second Language Proficiency*, in Byrnes, H. (ed), *Advanced Language Learning: The Contribution of Halliday and Vygotsky*, London, pp. 95-108.
- Swales, J., 1992, *Genre analysis, English in academic and research settings*, Boston, Cambridge University Press.
- Teixeira, J. 2016, "Português, língua de ciência", in Teixeira, J. (Org.), *O português como língua num mundo global, problemas e potencialidades*, Braga, Humus, pp. 175-190.
- Tercedor-Sánchez, M., 2011, "The cognitive dynamics of terminological variation", in *Terminology*, 17-2, pp. 181–197.
- Termmerman, R, 2000, *Towards new ways of terminology description, The sociocognitive approach*, Amsterdam, John Benjamins.
- Touraine, A., 1993, *Critique de la modernité*, Paris, Fayard
- Tsini, E., 2021, *Vous autres civilisations, savez maintenant que vous êtes mortelles*, Paris, Garnier.
- Villa, M. L., 2012, *L'inglese non basta*, Turim, Pearson.
- Villa, M. L., 2016, *La scienza sa di non sapere per questo funziona*, Milão, Guerini e Associati.
- Vogel, S. e O. Garcia, 2017, "Translanguaging", in *Oxford research encyclopedia of education*, <https://doi.org/10.1093/acrefore/9780190264093.013.181>.
- Vygotsky, L., 1978, *Mind in Society: The Development of Higher Psychological Processes*, Cambridge, Harvard University Press.
- Vygotsky, L., 1986, *Thought and Language*, Cambridge, The MIT Press.
- Wittgenstein, L., 1953, *The philosophical investigations*, Oxford, Blackwell.
- Wolton, D., 2020, *Vive l'incommunication, la victoire de l'Europe*, Paris, Pérégrines.

- Wüster, E., 1998, *Introducción a la teoría general de la terminología y a la lexicografía terminológica*, Barcelona, Universitat Pompeu Fabra.
- Xavier, M. F. e Mateus, M. H. (orgs.) 1992, *Dicionário de termos linguísticos*, Volume II. Lisboa, Edições Cosmos.
- Yanaprasart, P., 2020, "Language of knowledge and knowledge of language. Towards plurilingual sciences", in *European Journal of Higher Education*, 10-3, pp. 257-275.
- Zanola, A., 2023, *La lingua inglese per la comunicazione scientifica e professionale*, Roma, Carocci.
- Zanola, M. T., (ed.), 2021, *Cahiers de Lexicologie, Terminologie diachronique: méthodologies et études de cas, nº 118*. Zanola, M. T., 2014, *Arts et métiers au XVIIIème siècle. Études de Terminologie diachronique*, Paris, L'Harmattan.
- Zanola, M. T., 2018a, "Terminologie et diffusion des connaissances : un dialogue culturel et diachronique pour communiquer les métiers", in Gonzalez, M. *et al.* (eds), *Terminología: a necesidad de la colaboración*, Madrid, Vervuert, pp. 159-180.
- Zanola, M. T., 2018b, *Che cos'è la terminologia*, Roma, Carocci editore.
- Zanola, M. T. *et al.* (a cura di), 2016, *Terminologie e politiche linguistiche*, Milão, Educatt.
- Zouogbo, J-P., (dir), 2022, *Linguistique pour le développement, concepts, contextes et empiries*, Paris, Éditions des Archives Contemporaines.